

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS (UEG)
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PRP)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO, EDUCAÇÃO E
TECNOLOGIAS (PPGET)**

TARCÍSIO JOSÉ FERREIRA

**A FUNÇÃO DO TUTOR NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: DESAFIOS E
PERSPECTIVAS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS**

**LUZIÂNIA/GO
2023**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS (UEG)
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PRP)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO, EDUCAÇÃO E
TECNOLOGIAS (PPGET)**

TARCÍSIO JOSÉ FERREIRA

**A FUNÇÃO DO TUTOR NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: DESAFIOS E
PERSPECTIVAS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão, Educação e Tecnologias da Universidade Estadual de Goiás para a realização do Exame de Defesa para a obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Reis dos Santos

**LUZIÂNIA/GO
2023**

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL (BDTD/UEG)

Na qualidade de titular dos direitos de autor / autora, autorizo a Universidade Estadual de Goiás a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UEG), regulamentada pela Resolução, **CsA n.1087/2019** sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a **Lei nº 9610/98**, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

Estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade do autor / autora.

Dados do autor (a)

Nome Completo: Tarcísio José Ferreira

E-mail: tarcisioest@gmail.com

Dados do trabalho

Título: A função do tutor na educação a distância: desafios e perspectivas na Universidade Estadual de Goiás

Tipo

- () Tese (X) Dissertação () Dissertação e Produto Técnico Tecnológico (PTT)
() Tese e Produto Técnico Tecnológico (PTT)

Curso: Programa de Pós-Graduação em Gestão, Educação e Tecnologias (PPGET)

Concorda com a liberação do documento:

[X] SIM

[] NÃO

Assinalar justificativa para o caso de impedimento e não liberação do documento:

- [] Solicitação de registro de patente;
[] Submissão de artigo em revista científica;
[] Publicação como capítulo de livro;
[] Publicação da dissertação/tese em livro.



Período de embargo é de **um ano** a partir da data de defesa, prorrogável por mais um ano. Em caso de não autorização, o período de embargo será de **até um ano** a partir da data de defesa, caso haja necessidade de exceder o prazo, deverá ser apresentado formulário de solicitação para extensão de prazo para publicação devidamente justificado, junto à coordenação do curso.

Luziânia/GO, 15 de maio de 2023.

Assinatura do autor

Assinatura do orientador

F383f Ferreira, Tarcísio José

A função do tutor na Educação a distância: desafios e perspectivas na Universidade Estadual de Goiás / Tarcísio José Ferreira. – Luziânia, 2023.

109 f.

Dissertação apresentada ao programa de Mestrado: Pós-Graduação em Gestão, Educação e Tecnologias – da Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária de Luziânia, como requisito para obtenção do título de Mestre em Gestão, Educação e Tecnologias. .

Orientador: Flávio Reis dos Santos

1. Educação a distância - Universidade Estadual de Goiás. 2. Pedagogia - Modalidade a distância. 3. Funções pedagógicas - Tutor em Educação a distancia. I. Santos, Flávio Reis dos . II. Título.

CDU 37.018.43

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS (UEG)
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PRP)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO, EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS
(PPGET)

A função do tutor na educação a distância: desafios e perspectivas na
Universidade Estadual de Goiás

Tarcísio José Ferreira

Exame de Defesa de Mestrado realizado em 13/04/2023

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Flávio Reis dos Santos
(Orientador)

Profa. Dra. Rosemary Aparecida Santiago
(Membro Externo)

Prof. Dr. Marcelo Duarte Porto
(Membro Interno)

DEDICATÓRIA

À minha família, especialmente, à minha avó (*in memoriam*) e ao meu avô que me deu toda força e coragem para que eu continuasse nessa caminhada.

À minha amada mãe que ajudou a me manter firme todo o tempo nessa dura caminhada.

Às minhas tias e meus aos meus tios, que me incentivaram a nunca parar de estudar.

Ao meu companheiro de todo o processo Danrley Pires Victor.

A todos os amigos que me apoiaram, compreenderam e ajudaram quando precisei.

Aos professores do PPGHIS/UEG, em especial, ao meu orientador Prof. Dr. Flávio Reis dos Santos que compartilharam os seus conhecimentos, muito contribuindo para o meu crescimento acadêmico.

AGRADECIMENTOS

À minha família que esteve junto comigo depositando toda a confiança no meu aprendizado nessa jornada, por ter compreendido a minha ausência e minhas viagens semanais em busca do conhecimento. Em especial agradeço à minha mãe Zilda, aos meus avós Ana (*in memoriam*) e José, aos meus tios e tias que com muito companheirismo e carinho me deram a força necessária para o término desta dissertação.

Ao meu Professor Orientador Doutor Flávio Reis dos Santos, que depositou sua confiança em mim e acreditou no desenvolvimento da temática pesquisada, me guiando, ensinando, com ética e toda a sua sabedoria, dividindo os seus conhecimentos comigo, meu muito obrigado.

Aos membros da banca, Profa. Dra. Rosemary Aparecida Santiago e Prof. Dr. Marcelo Duarte Porto que com muito carinho e atenção aceitaram de bom grado fazerem parte das bancas de qualificação e de defesa, marcando positivamente a minha vida com seus ensinamentos, contribuições e sugestões não só nesta dissertação, mas também na minha vida.

Aos meus colegas de mestrado que nas discussões de cada aula, nas trocas de conhecimentos e materiais, no convívio pude aprender uma infinidade de fundamentos, conceitos e concepções teóricas que levarei comigo para sempre.

Ao meu companheiro Danrley Pires Victor, que muitas vezes compreendeu a minha ausência e noites sem dormir; me acompanhou e segurou a minha mão até o fim desta caminhada.

Ao meu melhor amigo Cleverson Domingos que muitas vezes me acalantou quando precisei e me incentivou nesta jornada com discussões maravilhosas e materiais, além do seu apoio em muitas madrugadas e ligações infinitas, meu muito obrigado.

Aos professores do mestrado que dividiram um pouco da sua sabedoria comigo, servindo de guias para o meu conhecimento.

A todos os **tutores** que lutam cotidianamente para vencer preconceitos e estigmas em permanente batalha pelo espaço na docência e pela melhoria constante do seu fazer pedagógico, meu muito obrigado.

À FAPEG, pela concessão da bolsa de estudos que me possibilitou a realização desta pesquisa e aprofundamento dos estudos sobre a temática, na perspectiva de demonstrar o real papel do tutor.

“Aprender é a única coisa de que a mente nunca se cansa, nunca tem medo e nunca se arrepende”.

Leonardo da Vinci.

FERREIRA, Tarcísio José. **A Função do Tutor na Educação a Distância: Desafios e Perspectivas** na Universidade Estadual de Goiás. 2023. 106f. Dissertação (Mestrado em Gestão, Educação e Tecnologias) – Universidade Estadual de Goiás, Luziânia/GO, 2023.

RESUMO

A presente pesquisa tem por universo de investigação o curso de Pedagogia oferecido na modalidade à distância pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB). Ao considerarmos as frequentes transformações tecnológicas amplamente utilizadas na Educação a Distância nos deparamos com o seguinte questionamento para a realização da pesquisa: Além de suas atividades didático-pedagógicas já consolidadas e praticadas no processo de ensino e aprendizagem que outros meios, recursos, instrumentos e/ou ferramentas os tutores (professores-tutores) constroem e empregam (ou não) para o enfrentamento dos desafios e dificuldades vivenciadas em suas práticas profissionais cotidianas? Aclaramos que a prática docente, tanto do professor quanto do tutor é constituída por distintas funções pedagógicas, por diferentes materiais didáticos, sob a responsabilidade de ambos acerca das disciplinas que compõem as matrizes curriculares, fundamentais para a mediação e desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. Na perspectiva de realizar a presente pesquisa, definimos como objetivo geral analisar de que maneira o tutor se utiliza de suas funções pedagógicas para criar novas perspectivas de aprendizagem e transpor seus desafios no processo de ensino-aprendizagem dos discentes no curso de Pedagogia da Unidade Universitária de Águas Lindas de Goiás. Para alcançar os nossos intentos entre encontros e desencontros nos propusemos a analisar as informações disponibilizadas pelos sujeitos que responderam os questionamentos de nossa investigação em suas realidades e na concretude de suas experiências no exercício da função de tutor do processo de ensino e aprendizagem na modalidade à distância. A nossa expectativa com a conclusão deste estudo é que possa contribuir para o entendimento dos contextos históricos que envolvem o nosso país sobre as oportunidades de formação acadêmica em nível superior à uma parcela da população brasileira, sem deixar de considerar as suas fragilidades e deficiências, pois apesar de ser uma possibilidade, em verdade, constitui uma concessão da classe dominante enquanto paliativo.

Palavras-chave: EaD - UEG; pedagogia - modalidade à distância; funções pedagógicas do Tutor - EaD.

FERREIRA, Tarcísio José. **The Tutor's Role in Distance Education: Challenges and Perspectives at the State University of Goiás.** 2023. 106f. Dissertation (Master in Management, Education and Technologies) – State University of Goiás, Luziânia/GO, 2023.

ABSTRACT

The present research has as investigation universe the Pedagogy course offered in the distance modality by the State University of Goiás (UEG) in partnership with the Open University of Brazil (UAB). When we consider the frequent technological transformations widely used in Distance Education, we are faced with the following question for carrying out the research: In addition to its didactic-pedagogical activities already consolidated and practiced in the teaching and learning process that other means, resources, instruments and/or or tools do tutors (teacher-tutors) build and use (or not) to face the challenges and difficulties experienced in their daily professional practices? We clarify that the teaching practice, both of the teacher and the tutor, is constituted by different pedagogical functions, by different didactic materials, under the responsibility of both about the disciplines that make up the curricular matrices, fundamental for the mediation and development of the teaching and learning process. With a view to carrying out this research, we defined the general objective of analyzing how the tutor uses his pedagogical functions to create new learning perspectives and overcome his challenges in the teaching-learning process of students in the Pedagogy course at the University of São Paulo. Beautiful Waters of Goiás. In order to achieve our intentions between meetings and disagreements, we proposed to analyze the information made available by the subjects who answered the questions of our investigation in their realities and in the concreteness of their experiences in the exercise of the function of tutor of the teaching and learning process in the distance modality . Our expectation with the conclusion of this study is that it can contribute to the understanding of the historical contexts that involve our country regarding the opportunities for academic training at a higher level for a portion of the Brazilian population, without failing to consider its weaknesses and deficiencies, as despite being a possibility, in fact, it constitutes a concession by the ruling class as a palliative.

Keywords: Distance education at UEG. Pedagogy in Distance Mode. Pedagogical Roles of the Tutor in Distance Learning.

LISTA DE SIGLAS

ABT – Associação Brasileira de Tecnologia Educacional
ABT – Associação Brasileira de Tele-Educação
AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem
AVEA – Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem
BM – Banco Mundial
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CD – Compact Disc (Disco Compacto)
CEAR – Centro de Ensino e Aprendizagem em Rede
CEMA – Centro Educativo do Maranhão
CENAFOR – Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para Formação Profissional
CES – Câmara de Educação Superior
CETEB – Centro de Ensino Técnico de Brasília
CIER – Centro Internacional de Estudos Regular
CLMD – Curso de Licenciatura em Matemática à Distância
CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNE – Conselho Nacional de Educação
CNED – Conselho Nacional de Ensino à Distância da França
COREAD – Coordenação Geral de Regulação da Educação Superior à Distância
COVID – Corona Vírus
DIREG – Diretoria de Regulação da Educação Superior
DVD – Digital Versatile Disc (Disco Versátil Digital)
EaD – Educação à Distância
EJA – Educação de Jovens e Adultos
ENAD – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
EUA – Estados Unidos da América
FAPEG – Fundo de Amparo a Pesquisa do Estado de Goiás
FCBTVE – Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa
FEPLAN – Fundação Nacional Padre Landell de Moura
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNTEVE – Fundo de Financiamento da Televisão Educativa

GT – Grupo de Trabalho
IES – Instituição de Ensino Superior
IFE – Instituto Federal de Educação
INEMAD – Instituto Nacional de Ensino Médio à Distância
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IUB – Instituto Universal Brasileiro
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LMS – Learning Management System (Sistema de Gerenciamento de Aprendizagem)
MEB – Movimento de Educação de Base
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MOBRAL – Movimento Brasil de Alfabetização
PBL/ABL – Problem Based Learning / Aprendizado Baseado em Problemas
PCD – Pessoa com Deficiência
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PNE – Plano Nacional de Educação
POSGRAD – Pós-Graduação Tutorial à Distância
PRONATEL – Programa Nacional de Tele-Educação
PVC – Policloreto de Vinila
RN – Rio Grande do Norte
SERES – Secretaria de Regulação e Supervisão de Educação Superior
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
TBL – Team Based Learning (aprendizagem por time)
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento
TDIC – Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação
TV – Televisão
UAB – Universidade Aberta do Brasil
UEG – Universidade Estadual de Goiás
UNISA – Universidade Sudafrica
URSS – União da República Socialista Soviética

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Definições de Educação à Distância.....	20
Quadro 2 – Outras Legislações Brasileiras acerca da EaD.....	34
Quadro 3 – Marcos Históricos da EaD no Mundo.....	36
Quadro 4 – Marcos Históricos da EaD no Brasil.....	39
Quadro 5 – Idade, Gênero e Etnia.....	77
Quadro 6 – Área de Formação.....	78
Quadro 7 – Tempo de Atuação na EaD.....	79
Quadro 8 – Principais Funções Pedagógicas como Tutor.....	81
Quadro 9 – Quais Ferramentas Você Utiliza para Desempenhar suas Funções de Tutor?.....	82
Quadro 10 – Quais os Maiores Desafios Encontrados para Desempenhar suas Funções de Tutor?.....	83
Quadro 11 – Quais as suas Perspectivas Enquanto Tutor?.....	85
Quadro 12 – Você Acredita que o Tutor tem um Papel Importante na Aprendizagem do Discente? Por quê?.....	87
Quadro 13 – Quais as Possíveis Contribuições do Tutor na Aprendizagem dos Estudantes?.....	89
Quadro 14 – Gostaria de Realizar algumas Considerações Finais sobre a Tutoria na UAB/UEG?.....	91

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NO BRASIL.....	18
2.1. Conceito de Educação à Distância.....	19
2.2. Educação à Distância e suas Bases Legais no Brasil.....	24
2.3. Educação Mediada por Tecnologias no Contexto Atual.....	42
3. ATUAÇÃO DO TUTOR NA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA.....	48
3.1. Tutor e Professor-Tutor: Delineamento das Definições.....	49
3.2. Principais Ferramentas Midiáticas-Metodológicas Utilizada pelos Tutores no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).....	61
3.3. Pedagogias Digitais: Desafios e Perspectivas da tutoria.....	65
4. PESQUISA EMPÍRICA: AS ATIVIDADES DE TUTORIA NA UEG.....	73
4.1. Universo e Contexto da Pesquisa.....	73
4.2. Polo de Apoio Presencial de Águas Lindas de Goiás.....	76
4.3. Apresentação e Análise de Dados da Pesquisa.....	78
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
6. REFERÊNCIAS.....	97
7. ANEXOS.....	107
7.1 ANEXO A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento (TCLE).....	107

1. INTRODUÇÃO

A Educação a Distância (EaD) configura realidade na contemporaneidade mundial e em menor ou maior escala disponibilizou a oportunidade de acesso para boa parte da população brasileira de acesso à Educação Básica e ao Ensino Superior, considerando todas as dificuldades decorrentes da ausência do Estado na formulação, implantação e implementação de políticas públicas destinadas à satisfação das carências da educação em nosso país. Neste estudo, primeiramente, nos ocupamos em disponibilizar a trajetória histórica da oferta da educação de modo remoto, desde as cartas (correspondências), disponibilização do ensino elementar por meios de comunicação – rádio e televisão –, até a ampla utilização das tecnologias que “estabeleceram” a modalidade de ensino à distância em nosso país.

A presente pesquisa tem por universo de investigação o curso de Pedagogia oferecido na modalidade à distância pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB). Cabe esclarecer que o Programa UAB foi criado por meio do Decreto Presidencial n. 5.800, de 8 de junho de 2006 com o propósito de aumentar e interiorizar a oferta de cursos de educação superior com por prioridade à formação inicial de professores para atuar na Educação Básica pública.

Buscamos na literatura as indicações que se remetem às definições da função do tutor na Educação a Distância, que têm recebido atenção de pesquisadores e estudiosos sobre a temática, que destacam as habilidades e competências necessárias para o desempenho da função com destaque para a diferenciação das inovações didáticas e metodológicas que envolvem esta modalidade de ensino.

Tomamos em empréstimo as palavras de Madeira et al. (2016, p. 2), para apontar que a prática docente, tanto do professor quanto do tutor – definições que diferenciaremos adiante – é constituída de distintas funções pedagógicas, de diferentes materiais didáticos, de professores e tutores responsáveis pelas disciplinas componentes das matrizes curriculares, fundamentais para a mediação e desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, que se utilizam de diversas “abordagens, metodologias e recursos tecnológicos, em espaços virtuais com uso das TICs, que se apresentam de forma desafiadora para os profissionais da educação, constituídos historicamente na presencialidade”.

Em nossas sondagens iniciais observamos que o tutor mesmo acompanhando uma turma por determinado período do processo formativo do aluno, não detém todas as resoluções às dúvidas dos alunos. Nesse sentido, Moraes (2014, p. 13) diz que “o tutor deve ter a humildade em assumir que não tem todas as respostas e se propor a buscar aquilo que não sabe, assim como respeitar a individualidade de cada discente e não dispor de suas fraquezas, erros ou precipitações para que não os desmotivem do curso”. Nunes (2013), de sua parte aponta que:

Dar uma explicação presencialmente não requer as mesmas habilidades que fazer isso por meio de um computador, por exemplo. Aqui o tutor precisa usar os mais diferentes recursos (texto, som, vídeo, fórum, *chat*, videoconferência etc.) para se fazer compreender. O tutor deve, inclusive, planejar e orientar debates entre alunos quer presencial ou virtualmente (NUNES, 2013, p. 13).

Diante das considerações de Nunes (2013) é possível indicar que o tutor dispõe de vários canais de comunicação para com os alunos na perspectiva de mantê-los amparados e, de outra parte, precisa dispor de recursos e habilidades para realizar satisfatoriamente a sua função. Contudo, não podemos deixar de ressaltar que a prática pedagógica é dinâmica e complexa, independente de ocorrer em ambiente virtual ou presencial e, assim sendo, requer do profissional da educação (tutor ou professor-tutor) de conhecimentos e de sua atualização constante. Em contrapartida, o aluno precisa buscar os recursos necessários para desenvolver a capacidade de autonomia na administração de sua aprendizagem na modalidade de ensino remota para que a relação professor-aluno venha a ser exitosa.

Como pergunta de pesquisa temos: além de suas atividades didático-pedagógicas já consolidadas e praticadas no processo de ensino e aprendizagem que outros meios, recursos, instrumentos e/ou ferramentas os tutores (professores-tutores) constroem e empregam (ou não) para o enfrentamento dos desafios e dificuldades vivenciadas em suas práticas profissionais cotidianas?

Esta dissertação tem como objetivo geral: analisar de que maneira o tutor se utiliza de suas funções pedagógicas para criar novas perspectivas de aprendizagem e transpor seus desafios no processo de ensino-aprendizagem dos discentes do curso de Pedagogia da Unidade Universitária de Águas Lindas de Goiás. E, como objetivos específicos: apontar as principais dificuldades e desafios enfrentados no

cotidiano profissional da tutoria na Educação a Distância; Identificar a aplicação de recursos didático-pedagógicos inovadores que contribuam para com o processo de aprendizagem dos alunos no ensino superior à distância.

Para alcançar os nossos intentos entre convergências e divergências procuramos analisar as informações disponibilizadas pelos sujeitos que se dispuseram a responder os questionamentos orientadores de nossa investigação em suas realidades e concretude de suas experiências no exercício da função de tutor (mediador) do processo de ensino e aprendizagem na modalidade à distância. Em outras palavras, recorreremos à fundamentação teórico-metodológica elaborada por Karl Marx.

No entendimento de Santos (2021, p. 9), o materialismo histórico nos disponibiliza “a consideração do ‘ser social’ e suas relações, toma como aspectos para a investigação os trabalhos realizados pelos homens para atingir as relações que os determinam: o Estado, as relações econômicas, sociais e culturais para chegar ao abstrato e ao conhecimento”.

Obviamente, partimos da análise bibliográfica como não poderia deixar de ser, uma vez que, tem por finalidade a elucidação de um problema proposto com base nas leituras, interpretações e reflexões dos textos selecionados em bases digitais (artigos, monografias, dissertações e teses), livros e capítulos digitais, assim como impressos. Apontamos que a pesquisa bibliográfica é de fundamental importância para afirmar ou rechaçar ideias, definições e conceitos pré-estabelecidos (SANTOS, 2021).

Quanto aos instrumentos metodológicos optamos pela aplicação de questionários com perguntas semiestruturadas disponibilizadas pelas plataformas digitais na expectativa de realizar uma análise qualitativa dos dados coletados no processo de investigação. Recorreremos à utilização e aplicação do modelo de questionário *Survey*, que considera a coleta de dados acerca de informações, características, ações e demais esclarecimentos sobre uma temática emitido por um grupo-alvo são extremamente relevantes. Cabe esclarecer que o questionário utilizado no *Survey* constitui “um conjunto de perguntas sobre um determinado tópico que não testa a habilidade do respondente, mas mede sua opinião, seus interesses, aspectos de personalidade e informação biográfica” (YAREMKO et al., 1986, p. 186).

Seguimos para uma abordagem qualitativa dos dados, que segundo Minayo et al. (2010), apontam para o emprego de que a análise das informações coletadas pode elucidar e/ou responder às questões disponibilizadas aos sujeitos da pesquisa de forma particularizada na medida em que se debruça:

[...] nas Ciências Sociais, como um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto das pesquisas qualitativas dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos (MINAYO et al., 2010, p. 21).

Realizados os esclarecimentos iniciais em nossa introdução, aclaramos que a expectativa futura que nos move é a da que este estudo possa contribuir para o entendimento e compreensão da realidade que envolve o nosso país acerca das oportunidades de formação acadêmica em nível superior para uma parte da população brasileira, sem deixar de levar em conta as suas fragilidades e deficiências, pois apesar de ser uma possibilidade, em verdade constitui uma concessão da classe dominante enquanto paliativo.

2. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL

A Educação a Distância (EaD) no Brasil tem uma longa trajetória, pois desde o início da formação da sociedade brasileira, boa parte das famílias almejava ter um filho “doutor”. Assim sendo, a classe dominante – grandes proprietários de terras – defendia que uma boa formação e acúmulo de capital significava a garantia de uma boa qualidade de vida, bem como uma posição social e econômica.

Entretanto, nem todos tinham condições de enviar seus filhos para que obtivessem uma educação de qualidade nas melhores escolas da Europa. Uma das opções oferecida pelas instituições de ensino europeias era a formação por correspondência e aulas de verão. Com o passar dos anos e dos avanços tecnológicos as formas de se fazer educação, na modalidade à distância, também foram sofrendo alterações.

As correspondências que, no passado eram enviadas por navios e com tempo considerável de respostas foram substituídas pelo rádio e, posteriormente, por gravações e manuais, depois pela televisão (telecursos), até a revolução tecnológica da internet, que possibilitou a instalação e desenvolvimento da educação semipresencial e a Educação a Distância (EaD).

Essas transformações e adaptações nos possibilitam identificar os impactos que esta modalidade de ensino trouxe para a sociedade, bem como os avanços e desafios no modo de se fazer educação para a formação e prática profissional. Vale ressaltar que a educação em qualquer modalidade, deve ser transformadora e oferecer mudanças na realidade do indivíduo por meio do conhecimento acumulado.

A lógica mercadológica e os embates ideológicos sobre a Educação a Distância produziram embates em defesa de uma educação igualitária e que rompa com os moldes tradicionais, assim como o representou uma forma de esvaziamento dos saberes e conseqüentemente o distanciamento de uma formação consistente, ou seja, expressa uma formação insólita e distante da realidade a formação na modalidade presencial.

Vale destacar que os questionamentos entre aqueles que defendem a modalidade presencial se intensificaram na mesma medida em que se materializou um substancial crescimento da oferta da modalidade à distância em todo o País,

especialmente, a partir dos anos 2000, ou seja, aprofundamento do processo de mercadorização da educação de massa, também chamada de “uberização” formação “*fast-food*”, dentre outros adjetivos pejorativos. Para melhor entender o contexto atual da Educação a Distância, faz-se necessário entender seu conceito e preceitos, as bases legais que a compõe, a sua trajetória histórica, os desafios e as perspectivas desta modalidade de educação.

2.1. Conceitos de Educação a Distância

A palavra educação pode ser descrita de diferentes formas e contextos sob distintas óticas, mas sempre considerando o seu propósito primeiro, isto é, promover o processo de ensino e aprendizagem. A Educação a Distância é uma modalidade que possibilita ao estudante realizar o processo de aprendizagem de acordo com a sua disponibilidade. Contudo demanda responsabilidade, compromisso, comprometimento e disciplina para a realização das atividades propostas. De acordo com Hermida e Bonfim (2006), partindo da concepção epistemológica:

[...] a palavra Teleducação ou Educação a Distância vem do grego tele (longe, ao longe), e pode ser conceituada como o processo de ensino-aprendizagem mediado por tecnologias, onde professores e alunos ficam “separados” espacial e/ou temporalmente. Pode envolver atividades presenciais e outros momentos de “contatos” conjuntos, porém, conectados ou intermediados através de recursos tecnológicos (HERMIDA; BONFIM, 2006, p. 168).

Definir conceitualmente o termo/expressão “Educação a Distância”, ainda é uma tarefa complexa, pois imbrica os elementos “tempo” e “espaço”. No entendimento de Maia e Mattar (2011, p. 6) a Educação a Distância pode ser compreendida como “uma modalidade de educação em que professores e alunos estão separados, planejados por instituições e que utiliza diversas tecnologias de comunicação”.

Segundo Moran (2002, p. 1), “Educação a Distância é o processo de ensino e aprendizagem mediado por tecnologias, onde professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente”. Este conceito segundo o autor é, atualmente, o mais próximo da realidade, bem como o que melhor descreve as conjunturas da Educação a Distância.

Tais definições procuram expressar os principais elementos/aspectos que caracterizam a EaD ao destacar que a separação física (espaço) entre o aluno e

o professor e a disponibilidade para se dedicar aos estudos (tempo) não mais representam barreiras para ter acesso ao conhecimento, por meio da utilização de recursos tecnológicos. Para que possamos melhor compreender a variação das definições conceituais sobre Educação a Distância vejamos o Quadro 1.

Quadro 1 – Definições de Educação a Distância

Autor	Definição
Dohmen (1967)	Educação a Distância é uma forma sistematicamente organizada de auto-estudo onde o aluno instrui-se a partir do material de estudo que lhe é apresentado, o acompanhamento e a supervisão do sucesso do estudante são levados a cabo por um grupo de professores. Isto é possível através da aplicação de meios de comunicação, capazes de vencer longas distâncias.
Peter (1973)	Educação/ensino a distância é um método racional de partilhar conhecimento, habilidades e atitudes, através da aplicação da divisão do trabalho e de princípios organizacionais, tanto quanto pelo uso extensivo de meios de comunicação, especialmente para o propósito de reproduzir materiais técnicos de alta qualidade, os quais tornam possível instruir um grande número de estudantes ao mesmo tempo, enquanto esses materiais durarem. É uma forma industrializada de ensinar e aprender.
Moore (1973)	Ensino a distância pode ser definido como a família de métodos instrucionais onde as ações dos professores são executadas à parte das ações dos alunos, incluindo aquelas situações continuadas que podem ser feitas na presença dos estudantes. Porém, a comunicação entre o professor e o aluno deve ser facilitada por meios impressos, eletrônicos, mecânicos ou outro.
Holmberg (1977)	O termo Educação a Distância esconde-se sob várias formas de estudo, nos vários níveis que não estão sob a contínua e imediata supervisão de tutores presentes com seus alunos nas salas de leitura ou no mesmo local. A Educação a Distância beneficia-se do planejamento, direção e instrução da organização do ensino.
Keegan (1991)	O autor define a Educação a Distância como a separação física entre professor e aluno, que a distingue do ensino presencial, comunicação de mão dupla, onde o estudante beneficia-se de um diálogo e da possibilidade de iniciativas de dupla via com possibilidade de encontros ocasionais com propósitos didáticos e de socialização.
Chaves (1999)	A Educação a Distância, no sentido fundamental da expressão, é o ensino que ocorre quando o ensinante e o aprendente estão separados (no tempo ou no espaço). No sentido que a expressão assume hoje, enfatiza-se mais a distância no espaço e propõe-se que ela seja contornada através do uso de tecnologias de telecomunicação e de transmissão de dados, voz e imagens (incluindo dinâmicas, isto é, televisão ou vídeo). Não é preciso ressaltar que todas essas tecnologias, hoje, convergem para o computador.
Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005	Art. 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a Educação a Distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em

lugares ou tempos diversos.

Fonte: Alves (2013) – Adaptação Ferreira (2022)

Moran (2002) acrescenta que embora professor e aluno estejam separados fisicamente, estão conectados ou interligados por meio de canais tecnológicos ou de tecnologias, principalmente as telemáticas como é o caso da internet, além da utilização de outros recursos como CDs, DVDs, rádio, TV etc. Mill e Abreu-e-Lima (2008) argumentam que:

De forma bastante resumida, entendemos a educação como um processo pedagógico constituído por docência e discência, isto é, ensino e aprendizagem (ou ensino-aprendizagem). A importância de trazer à tona essa compreensão de educação está no nosso desconforto da utilização, no âmbito da educação a distância, dos termos ensino ou aprendizagem a distância. Consideramos inadequado o emprego de ensino a distância ou aprendizagem a distância, pois ignora a imprescindível junção do ensinar com o aprender. Somente a terminologia educação abarcaria essa concepção (MILL; ABREU-E-LIMA, 2008, p. 113).

A Educação a Distância passou por transformações ao longo de sua trajetória histórica, sendo direcionada ideologicamente, adaptada a diferentes realidades e influenciada por fatores externos e extrínsecos para que houvesse melhor aceitação e difusão da modalidade, inclusive como fonte de retroalimentação para o capital, ou seja, assim como a educação tradicional foi sendo moldada no transcurso histórico, a EaD também passou e continua passando por transformações, que não podem ser desconsideradas, precisam ser evidenciadas no sentido de explicitar o seu direcionamento e propósito.

Reiterando as definições apresentadas anteriormente, Bastos, Cardoso e Sabbatini (2000), inferem que a EaD ocorre quando aluno e professor separados física e temporalmente se utilizam de tecnologias específicas e adequadas para ação e interação à distância. Os autores destacam que a EaD tem uma relação muito significativa com as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), o que possibilita as mais diversas interações entre professor-aluno, professor-professor, aluno-aluno e aluno-professor.

Contudo, a Educação a Distância não se restringe apenas ao uso das tecnologias, conforme já apontamos, a recorrência às correspondências e manuais didáticos, rádio e televisão (HERMIDA; BONFIM, 2006). A EaD configura um campo em disputa e em constante construção-desconstrução-reconstrução-evolução, conceitua-la sem levar com conta as suas principais variáveis – tempo e espaço,

ativo e passivo, relevante e irrelevante, de massa e elitizada – limitaria as possibilidades de sua utilização.

Considerar que a tecnologia deve ser utilizada como recurso, ferramenta, instrumento para propiciar o acesso aos materiais educacionais, disciplinas, conteúdos e atividades, portanto, ao desenvolvimento do processo de aprendizagem e interação síncrona e assíncrona com professores e tutores. Todavia, precisamos observar que nem sempre a tecnologia mais moderna e mais sofisticada por si só é suficiente para promover o processo de ensino e aprendizagem na modalidade à distância, se faz necessário considerar que as realidades, condições e situações são heterogêneas e demandam uma visão holística daqueles que fazem uso da EaD (BASTOS; CARDOSO; SABBATINI, 2000; HERMIDA; BONFIM, 2006; MILL et al., 2008).

Portanto, o desenvolvimento da Educação a Distância requer a plena compreensão das variantes tempo e espaço, pois as formas de aprender são adequadas de acordo com cada etapa de vivência do indivíduo, o meio no qual está inserido e as suas principais carências e necessidades. Sendo assim, a EaD configura na atualidade uma ferramenta de aprendizagem que não deve ser desconsiderada, pois permite ao estudante realizar as suas atividades remotamente, organizando o seu tempo de acordo com a sua disponibilidade.

Cabe esclarecer que o processo de ensino e aprendizagem realizado exclusivamente por intermédio das tecnologias recebe a denominação *E-learning*, termo em inglês para denominar equitativamente a EaD. Nas palavras de Cabral, Gyenge e Bianchi (2014), *E-Learning* é:

[...] uma forma de ensinar e aprender, utilizando-se dos recursos da internet, que apresenta vantagens para estudantes e a escolas. O aluno pode estudar em qualquer local que tenha um computador e acesso à internet; fazer seu próprio ritmo de estudo; ter acesso a cursos de escolas distantes, que teria dificuldade de frequentar. A escola pode levar o conteúdo a dezenas, centenas e até milhares de pessoas simultaneamente, partindo de um único ponto. Os cursos acontecem de forma on-line, em tempo real e off-line, por meio de conteúdos gravados, que podem ser acessados a qualquer momento. Os ambientes de aprendizagem simulam os espaços da sala de aula, onde é possível conhecer o professor e os colegas, fazer reuniões, conversar, trocar mensagens e estudar (CABRAL; GYENGE; BIANCHI, 2014, p. 101).

Esta definição mais ampla da Educação a Distância ou educação mediada por tecnologias, exprime um modelo de ensino e aprendizagem mais preciso, ao

apontar que a aprendizagem na EaD se configura por meio processos que envolvem a utilização de diversos recursos. Esta concepção sistematizada mediada com ampla utilização das tecnologias tem sido bastante difundida e aceita no interior da sociedade.

Moore e Kearsley (2008, p. 2), apontam que a Educação a Distância é utilizada por instituições de ensino e profissionais da educação se caracteriza como sendo “o aprendizado planejado que ocorre normalmente em um lugar diferente do local do ensino, exigindo técnicas especiais de criação do curso e de instrução, comunicação por meio de várias tecnologias e disposições organizacionais e administrativas especiais”.

O permanente desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) tem permitido e contribuído para o aumento da oferta da modalidade de Educação a Distância não apenas em nosso país, mas também nas mais diversas partes do mundo. Apesar de haver determinada contraposição à Educação a Distância por parte de professores e pesquisadores da educação a sua expansão não pode ser negada.

A sua imbricação às TICs envolve direta e indiretamente professores, alunos e demais profissionais que se ocupam desta modalidade de ensino, bem como não deixam de considerar conhecimentos e práticas educativas que não fazem parte apenas do universo tecnológico, sobretudo, aquelas que dizem respeito às relações entre professores e alunos, professores e professores, alunos e alunos.

A regulação e regulamentação da Educação a Distância de forma acessível e inclusiva é responsabilidade do Estado por meio de sua estrutura organizacional-administrativa, com vistas a assegurar o seu funcionamento. Dentre as leis que tratam da matéria Educação a Distância destacamos:

1) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: assegura a liberdade de aprender e ensinar, a autonomia universitária, o sistema federativo, a gratuidade do ensino nas instituições públicas, bem como outros aspectos políticos, econômicos e sociais; 2) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996): dispõe, em vários aspectos, sobre EaD especialmente quanto à possibilidade de utilização em todos os níveis de ensino,

tratamento diferenciado quanto à custos de transmissão, realização de exames e registros de diplomas e credenciamento de instituições;

3) Decretos n. 2.494, de 10 de fevereiro 1998 e Decreto n. 2.561, 27 de abril de 1998: regulamentam o Artigo 80 da LDBEN, define o que é, estabelece critérios para credenciamento e padrões de qualidade, define diversos outros pontos sobre a Educação a Distância; 4) Portaria MEC n. 301, de 7 de abril de 1998: normatiza os procedimentos de credenciamento de instituições para a oferta de cursos a distância, a nível de graduação e educação profissional tecnológica; 5) Portaria MEC n. 2.253, de 18 de outubro de 2001: define condições para o uso de EAD em cursos superiores.

2.2. Educação a Distância e suas Bases Legais no Brasil

A Carta Magna de 1988 é o dispositivo que legisla sobre todo o território nacional e tem por finalidade alicerçar os códigos e leis que são construídos nos âmbitos federal, estadual, distrital e municipal. A Lei n. 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN), por sua vez regula e legisla acerca da educação em todo o território nacional, a partir da qual estão subordinadas as secretarias estaduais, distrital e municipais de educação, responsáveis pela aplicação e cumprimento da legislação em suas respectivas esferas.

No ano de 1992 foi publicado o documento Educação a Distância Integração Nacional pela Qualidade do Ensino, focalizando a Política de Teleducação do Ministério da Educação (MEC). Em sua apresentação esclarecia que o Documento contemplava o Programa Nacional de Educação a Distância ou Teleducação, as suas possibilidades e perspectivas, bem como representava:

[...] o esforço em consubstanciar as iniciativas do Ministério da Educação (Secretaria Nacional de Educação Básica e Fundação Roquette Pinto), o desdobramento das ações compartilhadas com as Secretarias Estaduais de Educação e outras instituições, na utilização dos recursos tecnológicos avançados, em favor da melhoria da qualidade do ensino (BRASIL, 1992).

O Documento expressa uma preocupação com a modernização do ensino, além de elevar os índices de sua qualidade, ainda que com recursos limitados e escassos, principalmente, nas secretarias municipais de educação, houve a tentativa de modernizar a educação em direção de alcançar os patamares internacionais, sobretudo, o europeu. O propósito principal estava voltado para a inserção e utilização de recursos tecnológicos para a prática educativa, com vistas a minimizar

a evasão escolar, bem como a formação inicial e formação continuada de professores, além da ampliação da oferta de cursos de licenciaturas.

O Programa Nacional de Educação a Distância Integração Nacional pela Qualidade do Ensino, apresentava estrutura, organização, diretrizes operacionais e projetos educativos para o desenvolvimento desta modalidade de ensino. No transpassar da década de 1970 para a década de 1980, Santos (1979) chamava a atenção acerca dos impactos que seriam causados pela utilização das tecnologias no ensino/educação. Alertava que à época já se identificava uma significativa incorporação das tecnologias no processo de ensino e aprendizagem, especialmente, nos países subdesenvolvidos, desdobramento do avanço do processo de globalização da economia.

O autor denunciava que o pressuposto utilizado pelos partidários da Educação a Distância era de que a sua tecnologia tenderia a contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, resultando em maior produtividade do campo educacional. Contudo, segundo o autor, tal justificativa se constituía em falácia. Em suas palavras argumentava que “pelo simples fato de se visar maior produtividade, se é obrigado a buscar igualmente a tecnologia mais moderna. Isto equivale a dizer que tudo funciona como um sistema no qual tecnologia moderna e produtividade no mais alto nível são ao mesmo tempo um álibi” para promover e intensificar a mercadorização da educação (SANTOS, 1979, p. 95).

No entanto, o espaço foi ocupado e recebeu a atenção da legislação *mater* da educação nacional, ou seja, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/1996), ao especificar em seu artigo 80 que:

O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º - A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º - A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º - As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4º - A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I - Custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens e em outros meios de comunicação que sejam explorados mediante autorização, concessão ou permissão do poder público (Redação dada pela Lei n. 12.603, de 2012);

- II - Concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;
- III - Reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais (BRASI/LDBEN, 1996).

Cabe destacar que no referido artigo a EaD foi caracterizada como regime especial de ensino, ensino complementar ou emergencial e não como ensino regular autônomo, porém mais tarde se transformaria em alternativa precária para atender as demandas por formação em nível superior para a população pobre de nosso país, assegurada pelo artigo 87, § 3º da LDBEN/1996: “Inciso II - Prover cursos presenciais ou a distância aos jovens e adultos insuficientemente escolarizados; Inciso III - realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação a distância”.

Em outras palavras, o Estado por ordem de sua legislação incentiva a Educação a Distância não apenas como possibilidade, mas como importante recurso para a alfabetização de jovens e adultos e, em suas entrelinhas, para a formação inicial e continuada de professores que atuam/atuarão na Educação Básica. Ao estabelecer a sua oferta como programa de capacitação aos professores em exercício, restringe-se a apenas um “ator” da educação deixando de fora inúmeros profissionais, imprescindíveis para o bom funcionamento dos sistemas de ensino.

Não é demasiado destacar que o artigo 87 da LDBEN estabeleceu 1990 como a década da educação – mas, não podemos deixar de apontar a Conferência Mundial de Educação para Todos¹, realizada em Jomtien (Tailândia) sob o auspício das instituições multilaterais internacionais, em especial, do Banco Mundial (BM), passaram a gerenciar todos os encaminhamentos para a educação, sobretudo, dos países da periferia do capital. O artigo 214, por sua vez especifica que:

A lei estabelecerá o Plano Nacional de Educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a:

- I - Erradicação do analfabetismo;
- II - Universalização do atendimento escolar;
- III - Melhoria da qualidade do ensino;
- IV - Formação para o trabalho;
- V - Promoção humanística, científica e tecnológica do País.

¹ Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien – 1990). Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>>.

VI - Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto (Incluído pela Emenda Constitucional n. 59/2009).

A previsão do Plano Nacional de Educação (PNE) contido na Carta Magna de 1988 previa a sistematização das políticas públicas de educação em todos os níveis e juntamente com a LDBEN (1996), determina que o PNE deveria ser elaborado pela União em colaboração com os estados, distrito federal e os municípios. O PNE tem por objetivo definir as metas, estratégias e diretrizes para a educação no Brasil, sendo definidos em planos decenais. O primeiro PNE (Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001), contemplava a Educação a Distância na Seção III – Modalidade de Ensino, Item 6 – Educação a Distância e Tecnologias Educacionais ao dispor que:

No processo de universalização e democratização do ensino, especialmente no Brasil, onde os déficits educativos e as desigualdades regionais são tão elevados, os desafios educacionais existentes podem ter, na Educação a distância, um meio auxiliar de indiscutível eficácia. Além do mais, os programas educativos podem desempenhar um papel inestimável no desenvolvimento cultural da população em geral (BRASIL, 2001).

O PNE (2001-2010) estabeleceu ser dever da União credenciar e autorizar instituições a oferecer cursos de Educação à Distância e de responsabilidade dos sistemas de ensino normatizar produções, controle e avaliação de programas. Mais uma vez o documento aponta a necessidade de ampliar os índices de concluintes do ensino fundamental e médio de jovens e adultos por intermédio da EaD, bem como a formação e aperfeiçoamento de professores elevando o seu enriquecimento instrumental e pedagógico.

Cabe esclarecer que o PNE (2001-2010), apresentava 10 diretrizes e 22 objetivos e metas a serem implantadas e alcançados no decênio de sua propositura, incluía a elaboração, implantação e desenvolvimento de planos, projetos e pesquisas na área da Educação a Distância, bem como sua difusão, por meio de políticas públicas e intervenção estatal. Por outro lado, o investimento nessa modalidade de ensino tinha o propósito de promover o desenvolvimento tecnológico nas grades educacionais e possibilitar às secretarias de educação, principalmente as municipais, um processo de modernização, informatização e aperfeiçoamento com as políticas de enriquecimento instrumental e pedagógico dos docentes. Destacamos os seguintes objetivos contidos no PNE (2001-2010):

1. A União deverá estabelecer, dentro de um ano, normas para credenciamento das instituições que ministram cursos à distância.
2. Estabelecer, dentro de 2 anos, em cooperação da União com os Estados e Municípios, padrões éticos e estéticos mediante os quais será feita a avaliação da produção de programas de educação a distância.
4. Garantir a integração de ações dos Ministérios da Educação, da Cultura, do Trabalho, da Ciência e Tecnologia e das Comunicações para o desenvolvimento da educação a distância no País, pela ampliação da infraestrutura tecnológica e pela redução de custos dos serviços de comunicação e informação, criando, em dois anos, um programa que assegure essa colaboração.
8. Ampliar a oferta de programas de formação à distância para a educação de jovens e adultos, especialmente no que diz respeito à oferta de ensino fundamental, com especial consideração para o potencial dos canais radiofônicos e para o atendimento da população rural.
9. Promover, em parceria com o Ministério do Trabalho, as empresas, os serviços nacionais de aprendizagem e as escolas técnicas federais, a produção e difusão de programas de formação profissional à distância.
10. Promover, com a colaboração da União e dos Estados e em parceria com instituições de ensino superior, a produção de programas de educação a distância de nível médio.
11. Iniciar, logo após a aprovação do Plano, a oferta de cursos a distância, em nível superior, especialmente na área de formação de professores para a educação básica.
12. Ampliar, gradualmente, a oferta de formação à distância em nível superior para todas as áreas, incentivando a participação das universidades e das demais instituições de educação superior credenciadas.
13. Incentivar, especialmente nas universidades, a formação de recursos humanos para educação à distância.
14. Apoiar financeira e institucionalmente a pesquisa na área de educação à distância (BRASIL/PNE, 2001).

Entendemos que o PNE (2001-2010) representou um avanço no tocante à Educação a Distância, uma vez que até então os apontamentos acerca desta modalidade de ensino se concentravam na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/1996). Apesar de limitada à sua especificidade, a legislação promoveu a regulamentação e difusão da Educação a Distância no Brasil, contribuiu para a ampliação da oferta da Educação de Jovens e Adultos para minimizar a evasão escolar, crescimento e materialização da oferta de formação continuada de professores, de cursos de graduação (licenciatura), aumentando a quantidade de profissionais nos quadros de professores das secretarias de educação por meio da oferta de cursos pela Universidade Aberta do Brasil (UAB). Apontamos a seguir outras medidas legais sobre a Educação a Distância adotadas em nosso país:

1. Decreto n. 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, regulamenta a Educação a Distância como modalidade de ensino;

2. Decreto n. 2.561, de 27 de abril de 1998, altera a redação dos arts. 11 e 12 do Decreto n. 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, que regulamenta o disposto no art. 80 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

3. Portaria n. 301, de 07 de abril de 1998, resolve normatizar os procedimentos de credenciamento de instituições para a oferta de cursos de graduação e educação profissional tecnológica à distância;

4. Resolução n. 1, de 3 de abril de 2001, estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação. Os artigos. 3 e 11 abordam a oferta dos cursos de *stricto sensu* na modalidade EaD;

5. Portaria n. 2.253, de 18 de outubro de 2001, estabelece que as Instituições Federais de Ensino Superior presenciais reconhecidas podem ofertar disciplinas que, em seu todo ou em parte, utilizem método não presencial.

Esse aparato legal consolidou a Educação a Distância, mas recebeu a preocupação e críticas de uma parte do universo acadêmico, decorrentes de pesquisas científicas sobre a utilização e qualidade do ensino ofertado, bem como a defesa por outra parte, quanto a necessidade de não ser desqualificada prematuramente. Em nosso entendimento a EaD trouxe uma nova visão de futuro acerca da ampliação do acesso à educação, principalmente, em lugares longínquos em que o Estado, as instituições públicas e privadas não conseguiam atender com a modalidade presencial.

No início da década de 2000 foi criada a Comissão de Assessoria para Educação Superior a Distância, designada pelas Portarias n. 335, de 6 de fevereiro de 2002, n. 698, de 12 de março de 2002 e n. 1.786, de 20 de junho de 2002. O artigo 1º da Portaria n. 335/2002 especifica que a criação da Comissão de Assessoria tem a finalidade de:

[...] apoiar a Secretaria de Educação Superior na elaboração de proposta de alteração das normas que regulamentam a oferta de educação a distância no nível superior e dos procedimentos de supervisão e avaliação do ensino superior a distância, em conjunto com representantes da Secretaria de Educação a Distância, da Secretaria de Educação Média e Tecnológica, da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior e do Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais (BRASIL, 2002).

No mês de agosto de 2002 a Comissão divulgou o primeiro relatório sobre a Educação Superior a Distância, dividido em três partes: a primeira, relatava o

contexto da época acerca da Educação a Distância e seu quadro normativo; a segunda, apresentava os elementos essenciais de um projeto de curso superior à distância; a terceira e última parte, a proposta de regulamentação para a Educação a Distância.

A primeira parte do relatório apresentava uma justificativa sobre a necessidade de expandir a educação superior no Brasil, disponibilizando dados sobre o quantitativo de alunos no ano de 2002 que estariam à espera de uma vaga na universidade, bem como, quantas vagas eram necessárias para amenizar/reduzir o embarreamento de alunos ao ensino superior (BRASIL, 2002)

A segunda parte ressaltava a necessidade de implantação e implementação da Educação a Distância e destacava as metodologias, ferramentas, instrumento compartilhamento do conhecimento e diversidade cultural com vistas a ampliação da oferta de vagas e a otimização do ensino presencial enquanto parte integrante e não como antagônica no sistema de ensino. Este documento apontava para a necessidade de estar presente no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), projetos de curto, médio e longo prazos, assim como, disciplinas a serem ofertadas, recursos para assegurar a completa trajetória educacional dos estudantes com eficiência e qualidade.

Nesse sentido, explicitava os elementos para a composição de projetos de cursos superiores à distância, apontando os elementos que deveriam constar em cada projeto, dentre os quais destacamos: processo de ensino e aprendizagem; organização curricular; equipes multidisciplinares; materiais didático-pedagógicos; interação entre alunos e professores; avaliação do ensino e da aprendizagem; infraestrutura de apoio; gestão; e, custos/investimentos (BRASIL, 2002).

Na terceira e última parte, disponibilizava as proposições sobre a regulamentação da Educação a Distância, que indicavam novas medidas de credenciamento das instituições, desburocratizando a proposta inicial sugerida pela LDB, definiam as competências dos sistemas de ensino na supervisão da Educação a Distância entre a União, o distrito federal, os estados e municípios, bem como a ampliação de critérios para autorização e reconhecimento de novos cursos. Salienta a garantia da matrícula, do aproveitamento de estudos, relações entre instituições de ensino por intermédio de acordos e convênios nacionais e internacionais e, por fim, sugestões para a avaliação das instituições e estudantes (BRASIL, 2002).

Com a apresentação do relatório, houve uma mudança de paradigma em relação à EaD, no qual se viu uma possibilidade de ampliação do acesso à educação em diferentes níveis e, por sua vez, garantir o direito constitucional. Podemos dizer que os anos de 2001 e 2002 marcaram a irrupção da Educação a Distância no Brasil, consolidando-se como uma modalidade de ensino que agregaria nos mais diversos aspectos da educação brasileira.

A Portaria Ministerial n. 4.059, de 10 de dezembro de 2004, regulamentou as aulas semipresenciais nos cursos reconhecidos das instituições de educação superior (IES). Este dispositivo jurídico estabelece o máximo de 20% da carga horaria total do curso destinadas a disciplinas no formato semipresencial com uso da “tecnologia da informação remota”. A Portaria também estabeleceu que as avaliações deveriam ser presenciais, mesmo que toda a oferta da disciplina ocorresse por meios tecnológicos.

O Decreto n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005, regulamentou o artigo 80 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Podemos dizer que este decreto foi o mais abrangente no que tange à oferta da modalidade. O documento conceitua a Educação a Distância como uma:

[...] modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL/LDB 9.394/1996).

Este conceito não determina que o aluno seja autodidata nem tão pouco autossuficiente, mas traz a coparticipação entre aluno-professor e seus pares, permitindo que por meio da tecnologia o aprendizado possa se fazer em ações didático-pedagógicas de trocas em espaços virtuais de aprendizagem tutorados por um profissional qualificado dentro da área de formação proposta pelo curso ofertado. O dispositivo enumera ações que devem ser obrigatoriamente feitas pelo modo tradicional, ou seja, presencial:

§ 1º - A educação a distância organiza-se segundo metodologia, gestão e avaliação peculiares, para as quais deverá estar prevista a obrigatoriedade de momentos presenciais para:
I - Avaliações de estudantes;
II - Estágios obrigatórios, quando previstos na legislação pertinente;
III - Defesa de trabalhos de conclusão de curso, quando previstos na legislação pertinente;

IV - Atividades relacionadas a laboratórios de ensino, quando for o caso (BRASIL, 2005).

Segundo Lessa (2011), este foi o dispositivo mais criticado pelos estudiosos, pois a EaD possui vários dispositivos e meios confiáveis operacionalizados pelas tecnologias disponíveis. Ainda há preconceitos e desconfianças sobre a metodologia utilizada na Educação a Distância. Estas desconfianças reforçam o estereótipo de que a educação presencial tem melhor e maior eficácia do que por meio remoto. Porém, é preciso lembrar que a Educação a Distância pressupõe a modernização do modo de se fazer educação e servir de apoio à modalidade presencial. Vale lembrar que a presença física dos alunos e tutores vem acompanhada de obrigatoriedades das IES, como equipar os polos presenciais com biblioteca, laboratório e local adequado para as atividades presenciais do alunado.

Os encontros presenciais representam momentos para a construção coletiva do conhecimento, troca de saberes por intermédio da interação imediata com professores/tutores e seus pares. A concepção inicial de apoio ao modelo tradicional inverte-se na modalidade EaD, valendo-se de apoio ao processo de ensino e aprendizagem a distância, ou seja, são formas intrínsecas de se fazer educação. Também estão dispostas no Decreto que modalidades e níveis educacionais devem ser ofertados na modalidade à distância:

Artigo 2º - A educação a distância poderá ser ofertada nos seguintes níveis e modalidades educacionais:

I - Educação básica, nos termos do art. 30 deste Decreto;

II - Educação de jovens e adultos, nos termos do art. 37 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

III - Educação especial, respeitadas as especificidades legais pertinentes;

IV - Educação profissional, abrangendo os seguintes cursos e programas:

a) Técnicos, de nível médio; e

b) Tecnológicos, de nível superior;

V - Educação superior, abrangendo os seguintes cursos e programas:

a) Sequenciais;

b) Graduação;

c) Especialização;

d) Mestrado;

e) Doutorado (BRASIL, 2005).

A ampliação da oferta da educação na modalidade EaD demandou o aumento dos investimentos pelas secretarias de educação espalhadas por todo o Brasil, uma vez que o desenvolvimento do ensino delineava o uso da tecnologia como principal meio de acesso à educação. A ampliação da oferta proporcionou o

acesso a diferentes níveis educacionais em inúmeras partes do território nacional, que no passado era impossível sem o uso das tecnologias.

O aumento da oferta de vagas se alinha ao direito constitucional de acesso à educação, porém o Estado não assegura vagas para todos os estudantes, pois há um embaraço significativo para aqueles que não tiveram/têm oportunidade de cursar o nível superior. Cabe ressaltar que o Estado tem o dever de criar oportunidades para minimizar esta demanda reprimida, como por exemplo, ampliar a atuação da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e implementar políticas de expansão e interiorização das universidades públicas, portanto, ou seja, há a necessidade da criação e expansão de programas governamentais para suprir as necessidades educacionais da população brasileira.

Esclarecemos que a Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi criada por meio do Decreto n. 5.800, de 8 de julho de 2006, alterando a história da oferta de vagas em universidades públicas no Brasil, ampliando e garantindo o direito constitucional da continuidade educacional e a especialização da mão de obra, bem como alargando o funil de entrada e permanência de estudantes no ensino superior. O artigo 1º do Decreto n. 5.800/2006 dispõe:

Fica instituído o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB, voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País.

Parágrafo único. São objetivos do Sistema UAB:

I - Oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;

II - Oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

III - Oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;

IV - Ampliar o acesso à educação superior pública;

V - Reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;

VI - Estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e

VII - Fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação (BRASIL, 2006).

O conteúdo do artigo 1º apresenta a essência e o propósito do Decreto. Inicialmente uma preocupação de qualificar e especializar a mão de obra em todos os âmbitos da educação. A posteriori, aponta a necessidade de ampliar a oferta do acesso à educação em nível superior, pois, com vistas a diminuir a quantidade de indivíduos que não tiveram oportunidade de adentrar a um curso superior, e,

consequentemente, diminuir as desigualdades sociais que foi historicamente negada à população pobre de nosso país.

A qualificação e especialização da mão de obra educacional não afasta o fantasma da desvalorização dos profissionais da educação, pois outras profissões ainda apresentam mais prestígio do que aquelas voltadas para a educação. Também houve um movimento contrário à criação da UAB e à oferta de cursos na modalidade à distância, numa tentativa de desqualificar os cursos sob os argumentos de que eram rasos em conhecimento e por considerar a formação sem o debate e senso crítico. Mesmo com alguns contratemplos, a modalidades à distância, bem como as legislações que a compreendem continuam a avançar em terras brasileiras.

Quadro 2 – Outras Legislações Brasileiras acerca da EAD

Legislação	Descrição
Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006	Estabeleceu os princípios das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.
Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007	Estabeleceu a exigência de polos de apoio presencial.
Decreto nº 6.320, de 20 de dezembro de 2007	Definiu as responsabilidades pelas atividades de avaliação, regulação e supervisão da EAD.
Portaria nº 1, de 10 de janeiro de 2007 e Portaria nº 2, de 10 de janeiro de 2007	Regulou o ciclo avaliativo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) para educação presencial e a distância.
Parecer nº 195/2007 – MEC/CNE	Diretrizes para a elaboração, pelo INEP, dos instrumentos de avaliação para credenciamento de Instituições de Educação Superior para a oferta de cursos superiores na modalidade à distância.
Parecer nº 197/2007 – MEC/CNE	Instrumentos de avaliação para credenciamento de Instituições de Educação Superior para a oferta de cursos superiores na modalidade à distância.
Portaria nº 40, de 13 de dezembro de 2007	Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação.

Portaria nº 1.050, de 22 de agosto de 2008	Credenciamento de caráter experimental exclusivamente para a oferta de cursos superiores na modalidade à distância aprovados no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).
Portaria nº 10, de 2 de julho de 2009	Fixou critérios para avaliação in loco.
Resolução nº 3, de 15 de junho de 2010	Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) desenvolvida por meio da Educação a Distância.
Portaria nº 1.326, de 18 de novembro de 2010	Aprova, em extrato, o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação: Bacharelados e Licenciatura, na modalidade de educação à distância, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).
Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011	Redefiniu as responsabilidades pelas atividades de avaliação, regulação e supervisão da EaD.
Instrução Normativa nº 1, de 14 de janeiro de 2013	Dispõe sobre os procedimentos do fluxo dos processos de regulação de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos na modalidade EaD.
Resolução CNE/CES 1/2016	Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância.
Nota Técnica nº 04/2017/COREAD/DIREG/SERES	Dispõe sobre análise para subsidiar a decisão sobre revogação da Instrução Normativa nº 01/2017 que dispõe sobre os procedimentos do fluxo dos processos de credenciamento EAD, de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos dessa modalidade.
Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017	Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, quanto a oferta de cursos na modalidade à distância.
Portaria nº 11, de 20 de junho de 2017	Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.
Parecer CNE CES nº 462/2017	Normas referentes à pós-graduação stricto sensu no país. Apresenta Projeto de Resolução que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós- graduação stricto.
Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019	Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância (EaD) em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.
Portaria nº 2, de 4 de janeiro de 2021	Regulamenta o art. 8º da Portaria CAPES nº 90, de 24 de abril de 2019, estabelecendo as diretrizes para autorização de funcionamento e para a Avaliação de permanência de Polos de Educação a Distância (polo EaD) para oferta de

	cursos de pós-graduação stricto sensu.
Portaria nº 9, de 11 de janeiro de 2022	Esta Portaria dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho, denominado GT-EAD, destinado a identificar e propor medidas para o aprimoramento dos processos relacionados às avaliações de entrada e de permanência de "programas de pós-graduação stricto sensu, na modalidade de Educação à Distância", com vistas a garantir o atendimento das expectativas de qualidade da comunidade acadêmica e científica, define suas competências, composição, regras de funcionamento e deliberação, bem como sua duração e objetivos.

Fonte: BRASIL/MEC/CNE

Ano após ano, decretos, portarias e leis têm sido instituídas para o desenvolvimento da modalidade de Educação a Distância com eficiência, eficácia e efetividade. Não podemos deixar de apontar que é preciso avançar e modernizar a educação atual, bem como ampliar a ação e atuação do Estado na disponibilização de meios e recursos para a Educação a Distância, especialmente, para as populações que habitam as áreas mais remotas do território nacional.

Atualmente pensar em educação e em tecnologia nos remete ao uso de recursos materiais como o computador, *data show*, *tablets* e as TICs em geral, bem como na modalidade de ensino à distância. Ao longo dos anos a tecnologia foi se aperfeiçoando e houve a necessidade de o campo educacional acompanhar as adequações e exigências do avanço tecnológico. Com um mercado mais exigente, uma população com maior expectativa de vida e laboral, necessidade de aperfeiçoamento constante, expansão das cidades, dentre outros fatores, a EaD se tornou uma possibilidade para satisfação daqueles que justificam a falta de tempo ou a impossibilidade de locomoção até uma unidade de ensino. Considerando este avanço da EaD no mundo, Landim (1997) traz as seguintes indicações:

Quadro 3 – Marcos Históricos da EaD no Mundo

Ano	Marcos Históricos Mundiais
1728	A Gazeta de Boston, em sua edição de 20 de março, oferece num anúncio: "material para ensino e tutoria por correspondência".
1833	O número 30 do periódico sueco Lunds Weckoblad comunica a mudança de endereço, durante o mês de agosto, para as remessas postais dos que estudam "Composição" por correspondência.
1840	Um sistema de taquigrafia à base de fichas e intercâmbio postal com os alunos é criado pelo inglês Isaac Pitman;

1843	Funda-se a Phonographic Correspondence Society, que se encarrega de corrigir as fichas com os exercícios de taquigrafia anteriormente aludidos.
1853	Em Berlim, a Sociedade de Línguas Modernas patrocina os professores Charles Toussain e Gustav Laugenschied para ensinarem francês por correspondência.
1858	A Universidade de Londres passa a conceder certificados a alunos externos que recebem ensino por correspondência.
1873	Surge em Boston/EUA, a Sociedade para a Promoção do Estudo em Casa.
1883	Começa a funcionar, em Ithaca, no Estado de Nova Iorque/EUA, a Universidade por Correspondência.
1891	Por iniciativa do reitor da Universidade de Chicago, W. Rainey Harper, é criado um Departamento de Ensino por Correspondência.
1891	Na Universidade de Wisconsin, os professores do Colégio de Agricultura mantêm correspondência com alunos que não podem abandonar seu trabalho para voltar às aulas no campus;
1891	Nos Estados Unidos são criadas as Escolas Internacionais por Correspondência.
1894	O Rutinsches Fernlehrinstitut de Berlim organiza cursos por correspondência para obtenção do Abitur (aceitação de matrícula na Universidade).
1903	Júlio Cervera Baviera abre, em Valência, Espanha, a Escola Livre de Engenheiros.
1903	As Escolas Calvert de Baltimore, EUA, criam um Departamento de Formação em Casa, para acolher crianças de escolas primárias que estudam sob a orientação dos pais.
1910	Professores rurais do curso primário começam a receber material de educação secundária pelo correio, em Vitória/Austrália.
1911	Ainda na Austrália, com a intenção de minorar os problemas das enormes distâncias, a Universidade de Queensland começa a experiência para solucionar a dificuldade.
1914	Na Noruega, funda-se a Norst Correspondanseskole e, na Alemanha, a Fernschule Jena.
1920	Na antiga URSS, implanta-se, também, este sistema por correspondência.
1922	A New Zeland Correspondence School começa suas atividades com a intenção inicial de atender a crianças isoladas ou com dificuldade de frequentar as aulas convencionais. A partir de 1928, atende também a alunos do ensino secundário.
1938	No Canadá, na cidade de Victória, realiza-se a Primeira Conferência Internacional sobre a Educação por Correspondência.
1939	Nasce o Centro Nacional de Ensino a Distância na França (CNED), que, em princípio, atende, por correspondência, a crianças refugiadas de guerra. É um centro público, subordinado ao Ministério da Educação Nacional.
1940	Na década de quarenta, diversos países do centro e do leste europeus iniciam esta modalidade de estudos. Já por estes anos os avanços técnicos possibilitam outras perspectivas que as de ensino meramente por correspondência.
1946	A Universidade de Sudafrica (UNISA) começa a ensinar também por correspondência.

1947	Através da Radio Sorbonne, transmitem-se aulas de quase todas as matérias literárias da Faculdade de Letras e Ciências Humanas de Paris.
1951	A Universidade de Sudafrica, atualmente única Universidade a Distância na África, dedica-se exclusivamente a desenvolver cursos a distância.
1960	Funda-se o Beijing Television College, na China, que encerra suas atividades durante a Revolução Cultural, o que acontece também ao restante da educação pós-secundária.
1962	Inicia-se na Espanha uma experiência de Bacharelado Radiofônico.
1962	A Universidade de Dehli cria um Departamento de Estudos por Correspondência, como experiência para atender aos alunos que, de outro modo, não podem receber ensino universitário.
1963	Surge na Espanha o Centro Nacional de Ensino Médio por Rádio e Televisão, que substitui o Bacharelado Radiofônico, criado no ano anterior.
1963	Inicia-se, na França, um ensino universitário, por rádio, em cinco Faculdades de Letras (Paris, Bordeaux, Lille, Nancy e Strasbourg) e na Faculdade de Direito de Paris, para os alunos do curso básico.
1963	Duas instituições neozelandesas se unem (Victoria University of Wellington e Massey Agricultural College) e formam a Massey University Centre for University Extramural Studies da Nova Zelândia.
1968	O Centro Nacional de Ensino Médio por Rádio e Televisão da Espanha se transforma no Instituto Nacional de Ensino Médio a Distância (INEMAD).
1969	Cria-se a British Open University, instituição verdadeiramente pioneira e única do que hoje se entende como educação superior a distância. Inicia seus cursos em 1971. A partir desta data, a expansão da modalidade tem sido inusitada.
1972	Cria-se em Madri, Espanha, a Universidad Nacional de Educacion a Distancia, primeira instituição de ensino superior a suceder a Open University em nível mundial.
1974	Criada a Universidade Aberta de Israel, que oferece, em hebreu, cerca de 400 cursos em domínios variados.
1975	Criada a Fernuniversität, na Alemanha, dedicada exclusivamente ao ensino universitário.
1979	Criado o Instituto Português de Ensino a Distância, cujo objetivo era lecionar cursos superiores para população distante das instituições de ensino presencial e qualificar o professorado.
1988	O Instituto Português de Ensino a Distância dá origem a Universidade Aberta de Portugal.

Fonte: Landim (1997) – Adaptação Ferreira (2022)

Conforme podemos observar no Quadro 3, a autora aponta os principais marcos históricos da EaD no mundo, assim sendo percebemos que desde o início do século XVIII o ensino por correspondência já era uma metodologia possível e palpável, que possibilitou avançar por outros meios e metodologias para apresentar-se como a que temos hoje. Nesses trilhos, se fez factível o *homeschooling* – ensino

domiciliar – que constitui tema de ampla discussão nos meandros da educação brasileira. Não obstante, podemos observar que as universidades nas mais diversas partes do mundo aderiram à Educação a Distância com oferta de vagas em seus *campi*, conseqüentemente, ampliando o número de profissionais formados em nível superior.

De acordo com a interpretação de Paulo Freire (1996) a oferta do ensino na modalidade à distância não exclui o mérito da importância do aprender e ensinar em coletividade, pois contribui para o aumento e estimula a autonomia do aprender, propicia a descoberta, emprego e utilização de novas formas de aprender, sem a necessidade do deslocamento de casa ou do trabalho para a unidade de ensino e respeita a disponibilidade de tempo daquele que busca o conhecimento.

Conforme disponibilizado no Quadro 3, a origem da disponibilização da Educação a Distância se remete à utilização da correspondência por meio de material escrito/impresso. No decorrer do processo de desenvolvimento tecnológico os recursos evoluíram de forma significativa. No Brasil a Educação a Distância passou por altos e baixos, mas sempre pautada na perspectiva de ampliação do acesso à educação formal, rompendo com a cultura da exclusão do direito. Vejamos as informações contidas no Quadro 4 acerca dos eventos históricos que marcaram a Educação a Distância em nosso país.

Quadro 4 – Marcos Históricos da EaD no Brasil

Ano	Marcos Históricos Brasileiros
1904	Escolas Internacionais e cursos por correspondências. Anúncio que oferece profissionalização por correspondência para datilógrafo.
1923	Fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro.
1936	Doação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro ao Ministério da Educação e Saúde.
1937	Criação do Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação.
1939	Rádio Monitor. O Instituto Monitor foi um dos primeiros a oferecerem sistematicamente cursos à distância. Iniciou-se com um curso para a construção de um rádio caseiro, que utilizava apostila de eletrônica e um kit.
1941	Instituto Universal Brasileiro (IUB): ofereceu cursos à distância de auxiliar de contabilidade, inglês, fotografia, etc. suas principais mídias eram apostilas enviadas via correios.
1943	Voz da Periferia: transmissões de séries bíblicas por rádio passam a ser gravados discos e transmitidos em português.

1947	Senac, Sesc e emissoras associadas criam a Universidade do Ar com o objetivo de oferecer cursos comerciais radiofônicos.
1959	Início das escolas radiofônicas em Natal (RN);
1960	Início da ação sistematizada do Governo Federal em EaD; contrato entre o MEC e a CNBB: expansão do sistema de escolas radiofônicas aos estados nordestinos, que faz surgir o Movimento de Educação de Base (MEB) - sistema de ensino a distância não-formal.
1962	Foi fundada em São Paulo a Ocidental School de origem americana focada no campo da Eletrônica.
1965	Início dos trabalhos da Comissão para Estudos e Planejamento da Radiodifusão Educativa.
1966/1974	Instalação de oito emissoras de televisão educativa: TV Universitária de Pernambuco, TV Educativa do Rio de Janeiro, TV Cultura de São Paulo, TV Educativa do Amazonas, TV Educativa do Maranhão, TV Universitária do Rio Grande do Norte, TV Educativa do Espírito Santo e TV Educativa do Rio Grande do Sul.
1967	Criada a Fundação Padre Anchieta, mantida pelo Estado de São Paulo, com o objetivo de promover atividades educativas e culturais através do rádio e da televisão (iniciou suas transmissões em 1969). Constituída a Fundação Educacional Padre Landell de Moura (FEPLAM) – instituição privada sem fins lucrativos, promove a educação de adultos através de tele-educação por multimeios.
1969	TVE Maranhão/CEMA - Centro Educativo do Maranhão: programas educativos para a 5ª série, inicialmente em circuito fechado e a partir de 1970 em circuito aberto, também para a 6ª série.
1970	Portaria 408 - emissoras comerciais de rádio e televisão: obrigatoriedade da transmissão gratuita de cinco programas semanais de 30 minutos diários, de segunda a sexta-feira, ou com 75 minutos aos sábados e domingos. É iniciada, em cadeia nacional, à série de cursos do Projeto Minerva, irradiando os cursos de Capacitação Ginásial e Madureza Ginásial, produzidos pela FEPLAM e pela Fundação Padre Anchieta.
1971	Nasce a ABT - inicialmente como Associação Brasileira de Tele-Educação, que já organizava desde 1969 os Seminários Brasileiros de Tele-Educação atualmente denominados Seminários Brasileiros de Tecnologia Educacional. Foi pioneira em cursos a distância, capacitando os professores através de correspondência.
1972	Criação do Programa Nacional de Tele-Educação (PRONTEL), fortalecendo o Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa.
1973	Projeto Minerva passa a produzir o Curso Supletivo de 1º Grau, II fase, envolvendo o MEC, PRONTEL, CENAFOR e Secretarias de Educação.
1973/1974	Projeto SACI conclusão dos estudos para o Curso Supletivo "João da Silva", sob o formato de telenovela, para o ensino das quatro primeiras séries do 1º grau; o curso introduziu uma inovação pioneira no mundo, um projeto - piloto de tele - didática da TVE, que conquistou o prêmio especial do Júri Internacional do Prêmio Japão.
1974	TVE Ceará começa a gerar teleaulas. O Centro de Ensino Técnico de Brasília (CETEB) inicia o planejamento de cursos em convênio com a Petrobrás para capacitação dos empregados desta empresa e do projeto Logus II, em convênio com o MEC, para habilitar professores leigos sem afastá-los do exercício docente.

1978	Lançado o Telecurso de 2º Grau, pela Fundação Padre Anchieta (TV Cultura/SP) e Fundação Roberto Marinho, com programas televisivos apoiados por fascículos impressos, para preparar o telealuno para os exames supletivos.
1979	Criação da FCBTVE - Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa/MEC, dando continuidade ao Curso “João da Silva”, surge o Projeto Conquista, também como telenovela, para as últimas séries do primeiro grau; começa a utilização dos programas de alfabetização por TV - (MOBRAL), em recepção organizada, controlada ou livre, abrangendo todas as capitais dos estados do Brasil.
1979/1983	É implantado, em caráter experimental, o Pós-Graduação Tutorial a Distância (POSGRAD) pela Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior (CAPES), administrado pela Associação Brasileira de Tecnologia Educacional (ABT) com o objetivo de capacitar docentes universitários do interior do país.
1981	FCBTVE trocou sua sigla para FUNTEVE: Coordenação das atividades da TV Educativa do Rio de Janeiro, da Rádio MEC-Rio, da Rádio MEC/Brasília, do Centro de Cinema Educativo e do Centro de Informática Educativa.
1981	O Centro Internacional de Estudos Regulares (CIER) do Colégio Anglo-Americano oferece ensino fundamental e médio à distância.
1983/1984	Criação da TV Educativa do Mato Grosso do Sul.
1984	Início do “Projeto Ipê” da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e da Fundação Padre Anchieta, com cursos para atualização e aperfeiçoamento do magistério de 1º e 2º Graus, utilizando-se de multimeios.
1988	“Verso e Reverso - Educando o Educador”: curso por correspondência para capacitação de professores de Educação Básica de Jovens e Adultos MEC/Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (EDUCAR), com apoio de programas televisivos através da Rede Manchete.
1991	“Projeto Ipê” passa a enfatizar os conteúdos curriculares.
1991	A Fundação Roquete Pinto, a Secretaria Nacional de Educação Básica e secretarias estaduais de educação implantam o Programa de Atualização de Docentes, abrangendo as quatro séries iniciais do ensino fundamental e alunos dos cursos de formação de professores. Na segunda fase, o projeto ganha o título de “Um Salto para o Futuro”.
1992	O Núcleo de Educação a Distância do Instituto de Educação da Universidade Federal do Mato Grosso, em parceria com a Universidade do Estado do Mato Grosso e a Secretaria de Estado de Educação e com apoio da Tele-Université du Quebec (Canadá), criam o projeto de Licenciatura Plena em Educação Básica: 1ª a 4ª séries do 1º grau, utilizando a EaD. O curso é iniciado em 1995.

Fonte: Maia & Mattar (2007) – Adaptação Ferreira (2022)

Observamos na trajetória histórica da Educação a Distância que as ofertas de cursos eram sempre para grupos pequenos e em pequena escala. Contudo, as transformações tecnológicas e o crescimento da demanda ampliaram as possibilidades do emprego/utilização da Educação a Distância. A ressignificação dessa modalidade de ensino alavancou o seu crescimento propiciando para muitos a obtenção de um título de ensino superior. De acordo com Azevedo (2012, p. 4),

“entre 2003 e 2006, o número de cursos de EAD aumentou 571% e, 2007 mais de 2 milhões de brasileiros utilizaram a Educação a Distância”.

Estes números demonstram que a aceitação da modalidade EaD aumentou significativamente, demandando mecanismos legais que lhe dessem regulação e suporte, bem como de metodologias capazes de fazer valer o esforço destinado a essa modalidade de ensino teoricamente “nova”, mas com longos caminhos percorridos em sua essência de prática.

Azevedo (2012) chama a atenção para o desempenho dos estudantes da EaD, melhor do que o ensino presencial ao considerar os dados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). A autora ressalta que inicialmente o MEC rechaçava e hostilizava a EaD, mas com o seu desenvolvimento passou a valorizá-la com destaque para a criação da Secretaria de Educação a Distância (Decreto n. 1.917, de 27 de maio de 1996).

Com a ocorrência e rápida expansão da pandemia causada pela COVID-19, a EaD tornou-se ferramenta de grande importância para o ensino brasileiro, na medida em que as modalidades tradicionais viram-se diante de algo novo e aterrorizador e, ao mesmo tempo, para que as instituições de ensino – principalmente as privadas – pudessem assegurar a realização do processo de ensino e aprendizagem. A utilização dos recursos tecnológicos para a realização das aulas remotas foi fundamental para toda a rede de ensino do nosso país, expressando-se como alternativa viável em tempos adversos.

2.3. Educação Mediada por Tecnologias no Contexto Atual

À medida que as novas ferramentas tecnológicas educacionais foram sendo implementadas e utilizadas foi se propagando um discurso de que as mesmas configuravam a sua modernização representando, portanto, o futuro e os espaços virtuais de aprendizagem constituiriam as novas salas de aulas. Com a utilização de multimeios educacionais, espaços digitais de aprendizagem, a educação tecnológica se estabeleceu. Muitas foram as adequações do campo educacional brasileiro aos recursos tecnológicos da Educação a Distância.

Gonzalez (2021), aponta alguns desafios enfrentados pela EaD na contemporaneidade, como por exemplo, a necessidade constante de se modernizar o as ferramentas tecnológicas, uma vez que o desenvolvimento técnico e científico

tem provocado o aprimoramento dos mais diversos segmentos da sociedade, destaque aqui, para a Educação a Distância. Dentre outros aspectos destacados pelo autor temos a capacitação constante, ou seja, a necessidade de formação continuada dos profissionais que atuam na EaD e a produção de material didático-pedagógico para esta modalidade de ensino.

Pereira e Rodrigues (2021), por sua vez, apontam que a mediação entre professor e aluno no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) é um dos fatores de desafios bem como a resistência de algumas pessoas aos cursos EaD, mesmo sabendo que houve um crescimento da procura por esta modalidade de ensino. Nessa direção Moran (2014) afirma que:

Muitas pessoas não conhecem de perto, nunca fizeram um curso a distância. Outros não se adaptam aos ambientes virtuais, nem tem familiaridade com ferramentas digitais. Há uma crença também de que sem o contato físico há uma perda profunda de comunicação. E há uma crítica à massificação de algumas instituições que crescem muito rapidamente, sem dar atenção personalizada aos estudantes (muitos alunos para cada tutor), formação deficiente de docentes e tutores mal remunerados e com materiais de baixa qualidade. Cursos com projetos pedagógicos deficientes comprometem a credibilidade da EaD e reforçam o preconceito existente (MORAN, 2014, p. 2).

Silva, Santos e Paula (2020) afirmam que são diversos os fatores que dificultam o desenvolvimento das aulas remotas para significativa parcela dos estudantes, a saber:

[...] a qualidade da internet, alunos que utilizam a internet do vizinho, a falta de capacitação dos professores para lidarem com os recursos tecnológicos, a maioria dos alunos sentem dificuldade em manejar bem a tecnologia, falta de concentração nas aulas por não terem um ambiente adequado, as questões emocionais tem desencadeado problemas de ansiedade, o medo no momento de interagir nas aulas online, desenvolvendo estresse dificultando o desempenho da aprendizagem (SILVA; SANTOS; PAULA, 2020, p. 10-11).

São muitos os desafios a se enfrentar na EaD e que não podem ser resolvidos a curto prazo ou sem o esforço daqueles que trabalham com e na modalidade de ensino. Conforme afirmamos anteriormente, os estudos com maior profundidade acerca da EaD no Brasil são relativamente recentes, ou seja, entre duas e três décadas. Por outra parte, há que se pensar na permanente adequação e desenvolvimento da Educação a Distância, com vistas a atender as reais necessidades e expectativas de formação escolar/acadêmica de nossa população.

Portanto, é preciso que os responsáveis pelas políticas públicas de educação para a modalidade se ocupem de seu permanente aperfeiçoamento, considerando os aspectos de regulação e regulamentação no que diz respeito à sua organização e estrutura formativa (alunos e professores), didática, pedagógica, metodológica, instrumental, institucional, dentre outros. De acordo com Gonzalez (2021, p. 8), “a EaD traz grandes possibilidades à flexibilidade de estudo, favorecendo o meio educacional, aguçando a curiosidade dos alunos e do professor na busca pelo conhecimento”.

Fava (2016), por seu tempo, aponta que a grande perspectiva está na inovação, não apenas nos meios tecnológicos, ou na modernização de equipamentos, mas também no modo de se fazer educação. É preciso inovar para romper com as barreiras existentes não só tecnológicas, mas também com as práticas pedagógicas, com o material didático e com o que está posto no que se refere à realização prática da EaD. Maia e Mattar (2007), por seu turno, argumentam que as novas perspectivas estão nas metodologias e métodos, como o *informal learning*, *ubiquitous learning*, *pervasive learning*, *just-in-time learning*, *work-based learning*, *mobile learning* e o *blended learning*².

Estes exemplos são apenas alguns apresentados pelos autores que têm por finalidade criar nos espaços virtuais, novas possibilidades de aprendizagem em que o cerne da discussão está na aprendizagem do aluno, de que forma irá aprender, com qual finalidade e onde aplicar a aprendizagem adquirida ao longo de sua formação na EaD. O aluno, enquanto sujeito ativo de suas ações ao utilizar tais metodologias consegue se ver e se identificar no processo de ensino e aprendizagem que, conseqüentemente, pode se naturaliza como parte integrativa desta modalidade de ensino.

Na concepção de Moran (2014, p. 3) a ampliação da EaD pode proporcionar “um cenário muito mais rico de oportunidades de aprendizagem, de melhoria profissional, de mobilidade social, de inovação para as organizações. O Brasil pode diminuir seu déficit educacional e a desigualdade social”. As colocações do autor se direcionam à oferta de vagas no nível superior, em que há um gargalo imenso. Nesse sentido, romper com esta retenção é, também, contribuir para a redução das

² Aprendizagem informal; aprendizagem onipresente; aprendizagem abrangente; aprendizagem na hora; aprendizagem baseado no trabalho; aprendizagem móvel; aprendizagem híbrida.

desigualdades escolares e sociais que, historicamente, impelem a população pauperizada ao não acesso a uma educação de qualidade.

Cabe ressaltar que durante o período da pandemia de COVID-19, as desigualdades escolares e sociais foram evidenciadas explicitamente, bem como foram agravadas a tal ponto que foi possível perceber estruturas estabelecidas sendo postas em cheque, como a questão do aprendizado, a função do professor, a importância da merenda escolar, a importância do transporte escolar, o papel social da escola, a sociabilidade existente na essência do espaço escolar e da sala de aula e tantos outros aspectos que a pandemia associada a uma visão reducionista e distorcida acerca da educação evidenciaram.

Não podemos negar a importância da Educação a Distância e/ou adaptação do ensino remoto durante o período pandêmico, pois de uma forma ou de outra tornou possível a realização do processo de ensino e aprendizagem para os alunos matriculados no ensino presencial, mesmo que precariamente. Vale lembrar que a Educação a Distância se fez como modalidade de ensino específica para jovens e adultos, tem a sua relevância. Todavia, a sua aplicação para e utilização por crianças e adolescentes em processo formativo escolar (Educação Básica) explicita as suas limitações e implicações.

No entendimento de Lima, Paiva e Goulart (2021), a pandemia intensificou as desigualdades não só do alunado, mas também sublimou as deficiências dos sistemas de ensino de nosso país, bem como dos profissionais da educação, como por exemplo, desconhecimento e dificuldades de utilização das tecnologias digitais, problemas de conexão com a internet, criação de estratégias apropriadas para a realização da atividade docente, inexistência de tempo hábil para a adequação/aprendizagem acerca da aplicação e uso das ferramentas e instrumentos tecnológicos/digitais, baixa adesão dos estudantes, desinteresse das aulas virtuais/remotas, dentre outras. Contudo, em âmbito geral podemos apontar a resiliência por parte destes profissionais que se refizeram enquanto profissionais da educação no desempenho de suas funções.

Lima, Paiva e Goulart (2021) acrescentam que como herança da pandemia ficou a reafirmação da importância dos espaços sociopedagógicos da escola, ficaram os instrumentos e ferramentas tecnológicas/digitais que em passado recente eram até proibidas dentro das salas de aula físicas, como celulares, *tablets*,

notebooks e aplicativos como *Zoom*, *Microsoft teams*, *Google Meet*, *YouTube*, *Google Classroom* e *WhatsApp*. No entendimento de Oliveira (2021), a Educação a Distância:

[...] deve suprir as necessidades educacionais por meio de atividades formativas relacionadas ao currículo integrado da respectiva série, onde esse processo educativo deve ser corretamente organizado e planejado com objetivos educacionais a serem alcançados. Observou-se a necessidade de maiores investimentos na formação docente, para que este profissional possa adquirir competências para o uso das TIC enquanto algo que possa fazer parte do cotidiano escolar, onde a dimensão educativa possa ser potencializada nos alunos com iniciativas graduais no processo formativo. De forma que os estudantes também possam compreender o uso das tecnologias como ferramentas aliadas aos estudos (OLIVEIRA, 2021, p. 11).

Ainda há muito que se investir em educação no Brasil, muito que melhorar em todos os seus aspectos. O Estado precisa estar alerta à realidade e investir de modo a obter sucesso em tempos futuros, especialmente, quanto à melhoria da qualidade da educação brasileira e, obviamente, da Educação a Distância. É preciso romper com as políticas públicas educacionais focais e imediatas, como se fossem tapa-buracos.

É preciso investir em recursos tecnológicos dentro e fora das escolas, há que se assegurar constantemente a implantação e implementação de políticas de Estado e não de governo, quanto à formação continuada de professores, metodologias e técnicas adequadas que contribuam de forma efetiva para a sua utilização e aperfeiçoamento dos demais profissionais da educação.

Conforme afirmamos anteriormente, apesar da substancial rejeição inicial do emprego e utilização da EaD, os novos tempos exigiram a ampliação dos modelos de ensino, promovendo a visibilidade da Educação a Distância para reduzir os índices de analfabetismo e ampliação das possibilidades de acesso ao ensino superior. A EaD se transformou em um recurso possível para oportunizar a formação de parte da população brasileira em nível superior, apesar de suas fragilidades e deficiências, conforme destacam os estudiosos da temática.

Pensar educação requer cuidado, disposição e flexibilidade na aceitação de novos recursos, meios, instrumentos e ferramentas para a realização do processo de ensino e aprendizagem que não o tradicional (presencial). Não podemos deixar de apontar que o profissional que atua na EaD se desdobra para que o aprendizado ocorra e o professor-tutor, por exemplo, desempenha papel de grande importância

em tal processo. Contudo, em nossas investigações observamos que este profissional tem sido colocado em segundo plano, restringindo a sua atividade prática aos aspectos técnicos, limitado à disponibilização de informações didáticas, pedagógicas, tecnológicas e operacionais contidas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

3. ATUAÇÃO DO TUTOR NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Os *cybers* espaços³ ou espaços virtuais são locais que disponibilizam uma infinidade de informações e ao mesmo tempo constituem espaços democráticos por sua configuração e aderência a diferentes disciplinas e conteúdos. Todavia, há a necessidade de se considerar filtros para efetuar uma diferenciação do que está sendo apresentado enquanto conteúdo, pois ao passo que há inserção de informações verídicas, também há uma enxurrada de informações falsas. Tratar o *cyber* espaço como uma extensão da vida cotidiana, requer a ampliação de nossa visão de mundo levando em conta a realidade em que vivemos.

Entendemos que os espaços virtuais de aprendizagem não diferem muito dos espaços físicos quanto ao alunado, material didático, táticas de estudo, metodologias aplicadas ao ensino dentre outras. Devemos estar atentos com os avanços da tecnologia e sua inserção nos espaços escolares para que esta não resulte em malefícios àqueles que a utilizam, ou que não atendam suas expectativas, visto que mesmo nos espaços virtuais de aprendizagem temos que estar antenados às novas ferramentas, instrumentos, recursos tecnológicos que contribuam para a aprendizagem. Reiteramos que as informações e conteúdos disponibilizados na internet precisam e devem ser analisados e filtrados para que possamos evitar a penetração das *Fake News*⁴, realizando a melhor utilização dos *cyber* espaços para promover, da melhor forma possível, o processo de ensino e aprendizagem.

O professor-tutor inserido neste contexto passa por diferentes desafios e perspectivas, uma vez que a singularidade e a heterogeneidade dos alunos estão presentes tanto numa sala de aula física quanto no ambiente virtual. Assim sendo, precisa de fundamentação teórica e metodológica para o seu desenvolvimento e efetivação das atividades cotidianas juntos aos alunos.

³ Todas as atividades que estejam conectadas, toda rede de infraestrutura de tecnologia de informação, rede de telecomunicações e sistemas de processamento de computador ou todo conjunto que constitui a internet (CABRAL; GYEENGE; BIANCHI, 2014, p. 83).

⁴ Notícias falsas; quaisquer notícias e informações falsas ou mentirosas que são compartilhadas como se fossem reais e verdadeiras, divulgadas em contextos virtuais, especialmente em redes sociais ou em aplicativos para compartilhamento de mensagens. O termo *Fake News*, embora largamente usado, ainda não foi formalmente integrado à lista de palavras da Língua Portuguesa, tratando-se, portanto de um estrangeirismo (RIBEIRO, 2019).

3.1. Tutor e Professor-Tutor: Delineamento das Definições

Em uma sala de aula virtual, assim como numa sala de aula física o acompanhamento dos alunos e o bom funcionamento do processo de ensino e aprendizagem demandam o acompanhamento de um profissional com formação especializada – de acordo com as disposições da legislação brasileira –, com vistas a atender as dúvidas e necessidades de aprendizagem, bem como superar as fragilidades e contemplar as deficiências que caracterizaram as suas trajetórias dos alunos em seus processos formativos.

Estes profissionais recebem as denominações de professores e atuam no espaço físico e de tutores que atuam nos espaços virtuais. Apesar da proximidade de suas funções, atribuições e competências, há diferenciação entre professores e tutores. Segundo o dicionário Houaiss (2022), etimologicamente o vocábulo professor é “aquele que ensina uma arte, uma atividade, uma ciência, uma língua etc.; aquele que transmite conhecimentos ou ensinamentos a outrem. Professor é aquele que ensina em escola, universidade ou noutro estabelecimento de ensino”.

O vocábulo “tutor”, por sua ordem, refere-se ao “indivíduo que exerce uma tutela” ou “aquele que ampara, protege, defende; guardião que supervisiona, dirige, governa” e como adjetivo apresenta-se como aquele “que tutela, exerce tutela, judicial ou não”; tendo como sinônimos “curador, defensor, guardião”. A Resolução CD/FNDE n. 26, de 5 de junho de 2009, define que o professor-tutor é aquele:

Profissional selecionado pelas IPES vinculadas ao Sistema UAB para o exercício das atividades típicas de tutoria, sendo exigida formação de nível superior e experiência mínima de 1 (um) ano no magistério do ensino básico ou superior, ou ter formação pós-graduada, ou estar vinculado aos programas de pós-graduação (BRASIL, 2009).

Segundo Mattar (2012), o emprego do termo tutor foi “infeliz”, pois em linguagem jurídica relaciona-se à proteção de alguém mais frágil, direcionado aos cuidados de incapaz ou zelo de um menor interdito, ou seja, tudo aquilo que não precisamos para representar a educação brasileira. Nesse sentido, o autor reprova a utilização do termo tutor, pois pode ser confundido em suas atribuições e menosprezado por não considerar o seu espaço físico de atuação. Para Souza et al. (2004), a função de tutoria pode:

[...] ser entendida como uma ação orientadora global, chave para articular a instrução e o educativo. O sistema tutorial compreende, desta forma, um conjunto de ações educativas que contribuem para desenvolver e

potencializar as capacidades básicas dos alunos, orientando-os a obterem crescimento intelectual e autonomia, e para ajudá-los a tomar decisões em vista de seus desempenhos e suas circunstâncias de participação como aluno (SOUZA et al., 2004, p. 3).

Botti e Rego (2008), de sua parte, esclarecem que as análises europeias e estadunidenses apontam que a atividade de tutoria se remete àquele profissional que se ocupa do ensino do aluno na direção do “aprender a aprender”, principalmente na chamada Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL ou ABP). Nesse cenário, “o tutor é considerado um guia, um facilitador que auxilia no processo de aprendizagem centrado no aluno” (BOTTI; REGO, 2008, p. 367).

Podemos verificar, portanto, variadas definições e significados para tutor e tutoria, que em cada contexto ganha uma perspectiva diversificada e em sua classificação jurídica tutor nos remete a cuidados e precauções. O termo tutor tem uma representatividade inferior a de professor no contexto da educação, pautada num preconceito histórico referente às práticas pedagógicas e didáticas da docência que resulta no separatismo semântico que se aplica a diversas práticas diárias, enfraquecendo uma categoria importante para a Educação a Distância e, conseqüentemente, ao ato de mediar o processo de ensino e aprendizagem.

Professor, tutor, professor-tutor, não importa qual a nomenclatura, pois em essência possuem o mesmo propósito, ou seja, promover a aprendizagem do aluno por meio do compartilhamento do conhecimento. A tutoria é uma dinâmica alquímica que ultrapassa as relações da sala de aula, ampliando para o aluno o campo de visão de conhecimento e alargando o primeiro saber. Ser tutor no âmbito da Educação a Distância é dividir o conhecimento com os estudantes por meio de ações e interações tecnológicas. Bruno e Lemgruber (2009) argumentam que:

[...] o tutor a distância é também um docente e não simplesmente um animador ou monitor neste processo, e muito menos um repassador de pacotes instrucionais. Este profissional, como mediador pedagógico do processo de ensino e de aprendizagem, é aquele que também assume a docência e, portanto, deve ter plenas condições de mediar conteúdos e intervir para a aprendizagem. Por isso, na prática, o professor-tutor é um docente que deve possuir domínio tanto tecnológico quanto didático, de conteúdo (BRUNO; LEMGRUBER, 2009, p. 7).

Podemos observar que as nomenclaturas carregam uma significância impar acerca das funções profissionais e trazem em substância a sua vinculação com as atividades práticas da docência. Nesse sentido, “não se justifica a denominação de

tutoria, que descaracteriza a função docente para profissionais que assumem a mediação pedagógica” (BRUNO; LEMGRUBER, 2009, p. 7).

A hermenêutica da palavra tutor nos seus aspectos semióticos, afasta-se do que entendemos hoje como prática profissional aplicada à tutoria. Assim sendo, os autores chamam a atenção para a aplicabilidade do termo no sentido *stricto sensu*. O entendimento de Maciel (2010), por sua vez, aponta que o tutor na Educação a Distância desempenha papel fundamental, pois assegura:

[...] a inter-relação personalizada e contínua do aluno no sistema e viabiliza a articulação necessária entre os elementos do processo e execução dos objetivos propostos. Cada instituição que desenvolve EaD busca construir seu modelo tutorial, visando o atendimento das especificidades locais e regionais, incorporando como complemento, as TICs (MACIEL, 2010, p. 32).

Bruno e Lemgruber (2009, p. 6) inferem que nos cursos superiores na modalidade à distância os termos tutor e professor frequentemente se confundem, “especialmente na prática de cursos de formação docente. Em meio a tantas ações profissionais, o professor hoje tem funções específicas dentro de um curso oferecido em ambientes online”. Nesse sentido, por mais que as práticas profissionais do tutor e do professor sejam distintas de acordo com o arcabouço técnico-científico, no labor do dia a dia elas se entrelaçam.

Uma das principais funções do professor é elaborar conteúdos e direcioná-los para àqueles que optaram pelo estudo EaD e a do tutor é materializar a aprendizagem com a aplicação do conteúdo mediando o processo, sanando dúvidas e servindo de ponte entre o professor e o aluno. As ações do tutor vão se delineando no desenvolvimento das atividades, como instigar as práticas acadêmicas, levantar hipóteses, fazer com que os alunos tenham uma visão holística dos conteúdos com autonomia.

Na atualidade o tutor desempenha um papel próprio que foi delineado com o passar dos anos e com a ampliação da especialização profissional. Entretanto, não podemos deixar de considerar os interesses capitalistas a fim de ampliar seus lucros com a venda da mercadoria educação. Sousa, Moita e Carvalho (2011) argumentam:

[...] existe uma diversidade terminológica e funcional em torno deste personagem (o tutor). Por vezes, o termo tutoria tem sido utilizado de forma indiscriminada, causando assim uma confusão quanto ao seu papel, visto que, ora a tutoria é concebida como conselheiro/a, guia, orientador/a, multiplicador/a, instrutor/a, companheiro/a e monitor/a. É necessário uma

ressignificação do termo para superar a visão de tutoria como aquela que ampara, protege, guia e defende (SOUSA; MOITA; CARVALHO, 2011, p. 241).

O professor (tradicional/presencial) em sua prática se ocupa do zelo, cuidado, guiando os caminhos com vistas a promover o aprendizado de seus alunos para além de suas responsabilidades estritamente profissionais, especialmente, na Educação Infantil e no Ensino Fundamental I. O cuidar e o zelar, absolutamente, não desabona ou diminui o exercício da atividade docente, mas pelo contrário, cativa e mostra que o processo de ensino e aprendizagem precisa ser humanitário e humanizador. O mesmo se aplica ao tutor, numa tentativa de nos apartarmos de conceitos preestabelecidos historicamente, sempre reconhecendo a importância de sua prática pedagógica no interior do Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Nessa direção, Sousa, Moita e Carvalho (2011, p. 241) argumentam que o trabalho do tutor, respeitadas as suas especificidades “guarda em si a essência da ação educativa desenvolvida pelo professor, é alguém essencial, que no estabelecimento de suas mediações entre o estudante e as informações, fornece as direções, indica caminhos, possibilita a construção do conhecimento”.

Prete (2011) por seu tempo, afirma que por se tratar de uma questão epistêmica, o termo tutor necessariamente deveria ser “orientador acadêmico”, pois numa perspectiva interacionista, não cabe a ideia de submissão, tutela ou qualquer nomenclatura que faça menção a subalternidade de qualquer espécie principalmente quando se trata de adultos, visto que a aprendizagem se dá na relação dialógica entre educador e educando.

As definições de tutor são as mais variadas, porém, subjetivamente é perceptível que todas intrinsecamente dizem que o tutor “participa do ensino-aprendizagem como um mediador e um motivador na relação do aluno com os conteúdos e os materiais didáticos, na busca pelo conhecimento” (MILL, 2015, p. 78). Não podemos esquecer que as nomenclaturas relacionadas à tutoria mudaram ao longo do tempo, bem como o exercício da função.

Ao considerarmos as definições abordadas sobre tutor é possível afirmar que este profissional é aquele que orienta, acompanha, apoia e media o processo de aprendizagem do aluno. A evolução tecnológica requereu da Educação a Distância a sua permanente atualização e por desdobramento o aperfeiçoamento profissional

daqueles que nela atuam, sobretudo, do tutor. Reiteramos que as funções pedagógicas do tutor estão ligadas a cada área do conhecimento, tipo de atuação e estrutura organizacional das instituições que ofertam a EaD na conformidade da legislação nacional em vigência.

Quando falamos em educação, imediatamente nos remetemos ao ambiente escolar e a sua dinâmica interna, atividades docentes, aprendizagem dos alunos, dentre outras. Ao nos referirmos à Educação a Distância focalizamos os computadores, recursos tecnológicos, as aulas assíncronas e síncronas. Contudo, a Educação a Distância não se reduz apenas a estes aspectos, pois seu conjunto e complexidade é muito mais amplo e assim como na modalidade presencial envolve seres humanos, organização técnica, administrativa, operacional, tecnológica, cursos, matrizes curriculares, disciplinas, conteúdos, avaliações, recursos didáticos e pedagógicos, metodologias de ensino e demais elementos fundamentais para a realização do processo educativo/educacional.

Fava (2016, p. 314) aponta que “o ensino tradicional ainda é muito presente no sistema educacional brasileiro, as metamorfoses existem, mas é tudo muito intrincado, laborioso”. Ou seja, ainda há muito o que avançar no que tange às modalidades de educação e a forma de se fazer educação. Assim sendo, há que se romper com as formas tradicionais do fazer pedagógico no âmbito da sala de aula.

Fava (2016, p. 314) argumenta que “aparentemente todos estão abertos ao diferente, entretanto, a cultura do ensino tradicional, a legislação e o regulatório dificultam qualquer inovação disruptiva, fazendo com que a mutação ande a passos remansosos”. Na apreensão de Franco (2012), as práticas pedagógicas devem ser organizadas:

[...] intencionalmente para atender a determinadas expectativas educacionais solicitadas/requeridas por uma dada comunidade social. Neste sentido, elas enfrentam, em sua construção, um dilema social: sua representatividade e seu valor advêm de pactos sociais, de negociações e deliberações com um coletivo. Ou seja, as práticas pedagógicas se organizam e se desenvolvem por adesão, por negociação ou, ainda, por imposição. Por certo, essas formas de concretização das práticas produziram faces diferentes para a perspectiva científica da Pedagogia (FRANCO, 2012, p. 173).

Carvalho (2012) complementa que o dogmatismo contido nas práticas pedagógicas envolve um tipo de linguagem pretensamente neutra, objetiva e cientificamente orientada. Contudo, a linguagem do professor deve ser afetiva,

comunicativa, expressiva e jamais neutra. Ao se tornar neutra, a linguagem por si só marginaliza parte significativa dos estudantes, dotada de dogmas, tendenciosa e excludente. Na concepção de Fava (2016) a tecnologia tem os recursos necessários para superar tal concepção e suas limitações, bem como:

[...] de fazer com que a educação seja muito mais portátil, flexível, lúdica, jocosa, agradável, pessoal; de pungir a iniciativa, a responsabilidade individual; de restaurar o fascínio, deslumbre sedução; considerar o processo de aprendizagem um incitamento ao desafio na busca do erário (FAVA, 2016, p. 300).

Jaeger e Accorssi (2006) entendem que o tutor entre as suas funções o apoio docente ao professor responsável pela disciplina ofertada no Ambiente Virtual de Aprendizagem, especialmente, na definição do material didático disponibilizado aos alunos e no acompanhamento das atividades desenvolvidas, assim como ser:

[...] responsável pelas ferramentas de avaliação e pela análise dos trabalhos dos alunos. Além disso, tem por tarefa o encaminhamento de dúvidas dos alunos aos professores, promovendo maior interatividade entre os mesmos, e com o corpo docente. Atua, ainda, no esclarecimento de dúvidas dos alunos através de e-mail, fórum, telefone ou pessoalmente, no recebimento e controle de entrega dos trabalhos (JAEGER; ACCORSSI, 2006, p.2).

Ao apoiar o professor o tutor estabelece uma parceria de trabalho docente, que serve de suporte em diversas atividades como: auxílio na confecção de atividades, inserção dos recursos no Ambiente Virtual de Aprendizagem, auxílio na elaboração de material, demonstrando conhecimento e desenvoltura para operar junto ao professor da disciplina (DEGÁSPERI; DEGÁSPERI, 2013). De acordo com as especificações da Universidade Aberta do Brasil (UAB) o tutor tem por atribuições:

1. Mediar à comunicação de conteúdos entre o professor e os cursistas; acompanhar as atividades discentes, conforme o cronograma do curso;
2. Apoiar o professor da disciplina no desenvolvimento das atividades docentes;
3. Manter regularidade de acesso ao AVA e dar retorno às solicitações do cursista;
4. Estabelecer contato permanente com os alunos e mediar às atividades discentes;
5. Colaborar com a coordenação do curso na avaliação dos estudantes;
6. Participar das atividades de capacitação e atualização promovidas pela Instituição de Ensino;
 - Elaborar relatórios mensais de acompanhamento dos alunos e encaminhar à coordenação de tutoria;
7. Participar do processo de avaliação da disciplina sob orientação do professor responsável;
8. Apoiar operacionalmente a coordenação do curso nas atividades presenciais nos polos, em especial na aplicação de avaliações (BRASIL/MEC/UAB, 2009, p. 11-12).

Mattar (2012), por sua vez, aponta que o tutor desempenha várias atividades, a saber: 1) administrativo: organização da classe virtual, definindo calendário e objetivos do curso, dividindo grupos acompanhar as atividades dos alunos, por exemplo; 2) social: fornece *feedback*, mantém um tom amigável, envia mensagens, auxilia no desempenho interpessoal e gera senso de comunidade; 3) pedagógico e intelectual: incentivar a pesquisa, avaliar respostas, coordenar as discussões, encorajar a construção do conhecimento, fazer perguntas e relacionar comentários discrepantes; 4) tecnológico: auxilia no desempenho com o material midiático, com o uso da tecnologia, torna-se um facilitador para com as TICs, presta atendimentos com em relação ao uso dos *softwares* e dos *hardwares*.

Cabe destacar que algumas instituições de ensino superior delimitam em seus editais para tutoria as funções a serem desenvolvidas, ou seja, há uma especificação do trabalho do tutor que, em alguns casos, apresenta variações que com o passar do tempo trouxe uma visão mais dinâmica da função e papéis do trabalho docente. Vejamos as funções e atribuições dos tutores estabelecidas pelo Edital n. 003/2019 do CEAR/UEG (2019):

Tutor Presencial:

1. Orientar presencialmente e motivar os alunos em estudos e pesquisas teóricas e práticas e acompanhar, no AVEA (Ambiente Virtual de Ensino Aprendizagem), seu desempenho nas atividades propostas.
2. Atuar/desenvolver as atividades presenciais teóricas e práticas nos encontros presenciais conforme calendário acadêmico do curso.
3. Responsabilizar-se pela aplicação, correção, postagem de notas das atividades presenciais no AVEA e pela remessa dos respectivos registros ao CEAR.
4. As provas escritas aplicadas durante os encontros presenciais deverão ser digitalizadas e encaminhadas ao professor formador da respectiva disciplina.
5. Participar das atividades extracurriculares indicadas no Calendário Acadêmico do curso e/ou mediante convocação do CEAR.
6. Elaborar relatórios das atividades, quando solicitados pelos professores formadores e/ou pelas coordenações.
7. Manter diálogo permanente com os demais tutores, principalmente aqueles responsáveis pela mesma turma, professores formadores, discentes e equipe gestora do CEAR.
8. Adequar o atendimento aos alunos de forma a cumprir as orientações e deliberações do colegiado do curso.
9. Participar das reuniões semestrais de início e término de semestre, para as quais forem convocados (UEG/CEAR, 2019).

Tutor à Distância:

1. Participar do planejamento das atividades referentes às disciplinas sob sua responsabilidade, junto ao professor formador.
2. Acompanhar as atividades dos discentes no AVEA e participar ativamente do processo de avaliação.

3. Responsabilizar-se pela correção, postagem de notas das atividades sob sua supervisão no AVEA e pela remessa dos respectivos registros/documentos à coordenação de curso.
4. Participar dos encontros presenciais e demais atividades extracurriculares nos polos, quando convocado pela coordenação do curso, principalmente disponibilidade para viagens.
5. Elaborar periodicamente diagnósticos e relatórios do desempenho e motivação do discente, quando for solicitado.
6. Manter diálogo permanente com os demais tutores, principalmente aqueles responsáveis pela mesma turma, professores formadores, discentes e equipe gestora do CEAR.
7. Zelar pelo cumprimento dos cronogramas estabelecidos pela coordenação de curso.
8. Participar das reuniões mensais de colegiado, para as quais forem convocados (UEG/CEAR, 2019).

Tutor Presencial no CEAR:

1. Participar do planejamento das atividades referentes às demandas dos cursos de graduação do CEAR.
2. Acompanhar as atividades dos discentes e docentes no AVEA e participar ativamente do processo de avaliação.
3. Responsabilizar-se pelos registros/documentos do curso, na qual está subordinado.
4. Participar dos encontros presenciais e demais atividades extracurriculares nos polos, quando convocado pela coordenação do curso, principalmente disponibilidade para viagens.
5. Elaborar periodicamente diagnósticos e relatórios do desempenho e motivação do discente, quando for solicitado.
6. Manter diálogo permanente com os demais tutores, principalmente aqueles responsáveis pela mesma turma, professores formadores, discentes e equipe gestora do CEAR.
7. Zelar pelo cumprimento dos cronogramas estabelecidos pela coordenação de curso.
8. Apoiar nas atividades extracurriculares dos discentes, visitas em campo, auxiliar nas demandas do desenho educacional, quando requisitado.
9. Participar das reuniões mensais de colegiado, para as quais forem convocados (UEG/CEAR, 2019).

Tutor de Estágio:

1. Atender aos alunos presencial ou virtualmente auxiliando o aluno na elaboração/execução das tarefas, relativas à prática de ensino curricular, estágio curricular e atividades complementares ao ciclo especial de seu curso.
2. Desenvolver as etapas das tarefas do ciclo especial, virtualmente, criando oportunidades de aprendizagem colaborativa: aluno, professor, tutor-supervisor, alunos-alunos; aluno-tutor-supervisor-alunos.
3. Elaborar, orientar e acompanhar todas as etapas do ciclo especial; elaborar tarefas de estágio e prática que leve o aluno a vivenciar os conteúdos adquiridos em ambiente e tempo real; utilizar-se da metodologia mediadora para orientar e avaliar o aluno sob sua supervisão.
4. Demonstrar como se dá a interdisciplinaridade tanto na teoria quanto na prática; organizar e levar os alunos a desenvolver tarefas, pesquisas e projetos interdisciplinares.
5. Avaliar as etapas do curso com base no referencial teórico e nas normas estabelecidas pela IES.
6. Fundamentar as tarefas de estágio na legislação educacional vigente e nas normas que os documentos internos da IES estabelecem.
7. Participar ativamente da elaboração de tarefas: organização de eventos, de projetos relativos aos estágios e práticas de avaliação, etc.
8. Participar das reuniões mensais de colegiado, para as quais forem convocados (UEG/CEAR, 2019).

As atribuições dos tutores e as especificações foram sendo alteradas ao longo do tempo, ainda assim, destaque para influência/interferência das Instituições de Ensino Superior (IES), que definiram as atividades profissionais do tutor com base em suas necessidades atreladas as descritas na Resolução FNDE n. 26/2009. Como exemplo das definições das atividades profissionais, disponibilizamos as informações contidas no Edital CLMD n. 01/2021, que trata da tutoria à distância do curso de licenciatura em Matemática da Universidade Federal de Pelotas, a saber:

1. Mediar a comunicação de conteúdos entre o professor e os cursistas;
 2. Acompanhar as atividades discentes, conforme o cronograma do curso;
 3. Apoiar os professores no desenvolvimento das atividades de ensino;
 4. Manter regularidade de acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e dar retorno às solicitações dos cursistas no prazo máximo de 24 horas;
 5. Estabelecer contato permanente com os alunos e mediar as atividades discentes;
 6. Participar das atividades de capacitação e atualização promovidas pela Instituição de Ensino, comparecendo, obrigatoriamente, nas capacitações realizadas na Sede da Universidade;
 7. Elaborar relatórios de acompanhamento dos alunos e encaminhar à coordenação de tutoria, quando solicitado;
 - Apoiar operacionalmente a Coordenação do Curso nas atividades presenciais nos polos, em especial na aplicação de avaliações;
 8. Participar das reuniões dos órgãos colegiados definidos no Projeto Político Pedagógico do curso;
 9. Residir a, no máximo 60 quilômetros da Sede da Universidade;
 10. Atuar na Sede da Universidade Federal de Pelotas, por 20 horas semanais, em horários definidos pelo colegiado do Curso, sendo preferencialmente no período noturno, de segunda a sexta-feira;
 11. Coordenar, sob orientação do professor responsável, os encontros presenciais e os encontros on-line;
 12. Ter disponibilidade para deslocamento ao Polo de Apoio Presencial para realização de encontros presenciais;
 13. Participar de encontro virtual quando solicitado;
 14. Esclarecer dúvidas dos alunos, dar suporte teórico e prático às atividades dos alunos;
 15. Participar de forma on-line os grupos de pesquisa e extensão proposto pelos professores.
- Atribuições adicionais do Tutor a Distância, conforme entendimento do Colegiado do CLMD:
16. Corrigir as avaliações dos acadêmicos, de forma a colaborar com a coordenação do curso na avaliação dos estudantes, mediante a orientação do professor responsável pela componente curricular;
 17. Mediar as discussões nos fóruns avaliativos promovidos pelos professores formadores, criando situações didáticas que possibilitem o envolvimento dos alunos nas discussões, intensificando-se assim uma maior interação e interatividade entre os participantes construindo um espaço favorável para que a aprendizagem aconteça;
 18. Participar, sempre que necessário, das *webconferências* previstas para o semestre referentes a sua componente curricular, conforme solicitação do professor-responsável;
 19. Promover o atendimento dos alunos por chat, com horários agendados (momento síncrono), conforme necessidade de cada componente curricular.

Portanto, conforme as diferentes atribuições que um professor tutor precisa exercer para um atendimento de qualidade ao acadêmico, este docente deve possuir as seguintes competências e habilidades:

20. Capacidade de planejamento e de organização das atividades propostas;
21. Capacidade de liderar e coordenar grupos de trabalho;
22. Facilidade de comunicação e relacionamento em grupo;
23. Conhecimento da proposta pedagógica do Curso de Licenciatura em Matemática a Distância;
24. Conhecimento da utilização das tecnologias utilizadas no Curso que lhe permitam o trabalho em AVA;
25. Capacidade de orientação de trabalhos;
26. Capacidade de elaborar relatórios;
27. Capacidade de identificar as dificuldades acadêmicas dos aprendizes em seu processo educativo;
28. Disposição para aperfeiçoar-se constantemente tanto no ponto de vista metodológico para o ensino a distância, bem como, na sua área de conhecimento.
29. Experiência comprovada em EaD ou conclusão de curso de capacitação sobre a modalidade;
30. Capacidade técnica e desenvoltura para lidar com situações-problema, como a falha tecnológica;
31. Conhecimento na área de produção de material didático para a EaD;
32. Disponibilidade de tempo para atendimento individual aos estudantes;
33. Habilidade no planejamento de atividades flexíveis, criativas e atrativas (CLMD, 2021).

Maia e Mattar (2011) ponderam que o tutor pode ser professor e o professor pode ser tutor, pois ambos desempenham funções didáticas e pedagógicas no ambiente escolar, mesmo que por canais, espaços e tempos distintos, as práticas contêm as mesmas finalidades. Ao analisar as especificações dos editais supracitados podemos apontar que o tutor tem várias atribuições que se equiparam àquelas desempenhadas pelo professor no modelo tradicional o que, por pressuposto, podemos considerar que o tutor é um professor.

Os autores acrescentam que ao invés de se falar em professor no âmbito da EaD, pode-se falar do profissional que orienta e coordena, bem como exemplificam que “no lugar do sábio do palco, o professor em EaD transforma-se no guia do lado”. Sendo assim, o tutor/professor ganha novos papéis, funções e destaque dentro desta roupagem e narrativa, passando de avaliador a mediador, orador a tutor, de expositor a facilitador. Nesses trilhos, Moraes (2012) apresenta as competências requeridas para o exercício da função de tutoria:

1. Primeiramente gostar do que faz como tutor;
2. Gostar de enfrentar os desafios impostos pelos estudantes;
3. Ter ética profissional e agir dentro das normas estabelecidas pela instituição;
4. Ter motivação;
5. Ter consciência da importância do seu papel como agente de mudanças;
6. Ter comprometimento e dedicação com colegas, alunos, correções...

7. Ter facilidade de comunicação e relacionamento, tanto pessoal quanto virtual;
8. Ser educado e respeitável na comunicação escrita e verbal;
9. Conseguir se colocar no lugar do estudante;
10. Antecipar-se dos problemas e dificuldades;
11. Ter bom domínio da linguagem escrita, sem uso de gírias, de palavras ofensivas ou de baixo calão;
12. Utilizar linguagem profissional de um curso superior; - Ser crítico construtivo, criativo, dinâmico, responsável;
13. Ser e agir de maneira paciente com alunos;
14. Estar atento aos movimentos da turma, tendo capacidade de conduzir debates, motivá-los a buscar conhecimentos, incentivar os participantes a apresentarem suas contribuições e dúvidas;
15. Interagir com os participantes utilizando as ferramentas disponíveis no ambiente educacional;
16. Conhecer a realidade e possíveis dificuldades dos participantes;
17. Desenvolver meios de comunicação para evitar que os alunos não se sintam sozinhos e desmotivados;
18. Criar presença e visibilidade como tutor;
19. Criar um planejamento de tutoria para cada nova turma;
20. Possuir domínio do conteúdo do qual exerce a tutoria;
21. Conhecer e indicar alternativas de estudos aos alunos, como exemplo, indicação de obras literárias;
22. Como tutor, buscar capacitações de aperfeiçoamentos técnicos e educacional;
23. Oferecer aos discentes o seu máximo em ensino de qualidade (MORAES, 2012, p. 14).

Essas competências delineadas pela autora podem ser entendidas como dilemas enfrentados pelos tutores, dada a sua extensão e exigências, portanto, não podemos considerar que o não domínio de todas as especificações constitui falha ou inaptidão pontual. Reafirmamos que a prática pedagógica ocorre em diferentes tempos e espaços, diferentes recursos, meios e ferramentas para assegurar a realização do processo de ensino e aprendizagem.

Duarte (2008) reafirma que o papel do tutor é de acompanhar o desenvolvimento do aluno, criar mecanismos para desenvolver as capacidades autônomas no aprendizado, mediar grupos heterogêneos e procurar sempre manter a harmonia do grupo. Nesse sentido, a didática utilizada e o acompanhamento constante são estratégias de grande valia para o tutor. Por conseguinte, repensar os processos mediacionais na EaD é entender que a aquisição do conhecimento não pode partir de um contexto radical dos sistemas de instrução baseados em processos de aprendizagens caracterizados como meros transmissores da informação (DUARTE, 2008).

Nesse contexto, entendemos que a função do tutor enquanto mediador do conhecimento viabilizado por mídias, não se restringe ao simples direcionador de atividades ou de “tarefeiro. À vista disso, é preciso ampliar o campo de visão das

práticas de tutoria para compreender o processo de aprendizagem em contextos da EaD, em que o desenvolvimento de ações pautadas pelo tutor pode viabilizar a autonomia de estudo e aprendizado a partir das experiências do próprio aluno.

O bom desempenho das funções de tutoria requer o efetivo suporte da equipe gestora, na perspectiva de que os recursos materiais e tecnológicos sejam utilizados para assegurar o desenvolvimento das atividades de forma exitosa, ou seja, todo o aparato técnico-científico como materiais e equipamentos tecnológicos, plataformas de aprendizagem virtuais, acesso e estabilidade das redes de comunicação, conhecimento prévio especializado dos tutores sobre a utilização dos recursos tecnológicos, da organização da disciplina, dos conteúdos, das ferramentas como *webquests*, *webconferências*, *chats*, *wikis*, blogs, fóruns, questionários, lições, tarefas, questionários, *wikis*, diretório de arquivos⁵ etc.

Na concepção de Berti e Vermaas (2012), para que possa desenvolver as suas atribuições e habilidades, os tutores precisam contar:

[...] com o apoio e direcionamento da coordenação, que serve como ponto de referência aos demais tutores. Cabe a ela auxiliar os tutores nos mais diversos trabalhos relacionados com o curso, sugerir mudanças de acordo com a postura do tutor para tratar de determinado assunto, ditar regras a serem cumpridas e apoiar os tutores em seu trabalho (BERTI; VERMAAS, 2012, p. 6).

De acordo com os autores o papel da gestão de tutoria é de suma importância para o desenvolvimento das atividades dos tutores, uma vez que, a parte administrativa e burocrática fica a cargo da gestão. Ademais, o desempenho da função de tutoria carece de uma gestão para auxiliá-lo e direcioná-lo de forma que este tenha diretrizes e referências para apoiá-lo. À gestão compete para além do apoio técnico, didático e pedagógico deve assegurar aos tutores os recursos necessários para que possam realizar as suas atividades de forma eficiente para garantir aos alunos um aprendizado significativo. Nesses termos, Torres (2013) a importância da gestão de tutores na atualidade, pois:

[...] as empresas e instituições de ensino não são compostas, apenas, por uma visão operacional onde prevalece a obediência à chefia, mas também, estratégica, que é responsável pela inovação e possui qualidades diferenciadas para a tomada de decisão. Esse profissional deve ter o conhecimento administrativo necessário para a produção e análise de relatórios, domínio das rotinas profissionais de seus liderados e capacidade de tomada de decisões (TORRES, 2013, p. 37-38).

⁵ Na próxima subseção (3.2) disponibilizamos as devidas informações sobre cada uma das ferramentas.

Todavia, a gestão tutorial precisa contar com uma equipe multidisciplinar, que domine não apenas os aspectos técnicos da administração, mas com profissionais que tenham conhecimento amplo dos aspectos didáticos, pedagógicos e práticos da atividade tutorial. Apesar das concordâncias e discordâncias acerca da função do tutor na Educação a Distância, entendemos que é preciso refletir sobre a oferta da educação para a satisfação das exigências do mercado de trabalho e sobre a necessidade de formação ampla que contemple as reais necessidades das camadas populares de nosso país.

Se verificamos deficiências e fragilidades no desenvolvimento da Educação a Distância, também observamos possibilidades para a melhoria do ensino ofertado nesta modalidade, mas para que haja a disponibilização de uma educação de boa qualidade há a necessidade da formulação, implantação e implementação de políticas públicas de Estado – e não de governo –, que financiem e assegurem os direitos constitucionais estabelecidos em 1988 para a ampla maioria da população brasileira, ou seja, é preciso ampliar a oferta de cursos gratuitos em nível superior e disponibilizar a todos os recursos tecnológicos necessários para a sua efetivação.

3.2. Principais Ferramentas Midiático-Metodológicas Utilizadas pelo Tutor no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

Nos ambientes tradicionais das salas de aulas temos vários recursos, ferramentas, recursos didáticos, pedagógicos e metodológicos, interação pessoal entre alunos e alunos, professores e alunos, alunos e professores são característicos do espaço físico. No ambiente virtual esses contatos não existem, pois se restringem aos limites dados pela virtualidade e utilização das tecnologias remotamente, mesmo que ocorram encontros síncronos não existe o contato e relacionamento físico.

A disponibilização e crescimento da utilização das tecnologias na educação se fazem realidade na contemporaneidade, levando em conta – conforme afirmamos anteriormente – alcançam espaços e populações nas mais diversas regiões de nosso país e do mundo. Para apontar o desenvolvimento, adequação e ajuste das ferramentas didáticas, pedagógicas, administrativas, recorreremos à conceituação de Ferreira (1999, p. 679) que indica que é “a técnica de dirigir e orientar a aprendizagem e técnica de ensino”. Quando aplicada na conformidade da satisfação

de atendimento à heterogeneidade dos alunos associada à preocupação de efetivação do processo de ensino e aprendizagem constitui importante instrumento para construir com o entendimento e interiorização de conteúdos fundamentais que serão empregados no desenvolvimento das atividades profissionais em âmbito geral.

Tratando da Educação a Distância, Gomes (2021, p. 10) destaca a importância da didática associada às tecnologias para a promoção da aprendizagem dos alunos e, nessa direção, chama a atenção para a qualificação acadêmica (formação continuada) muito contribui para a desenvoltura dos tutores e professores na Educação a Distância e vão de encontro às nossas afirmações anteriores de que é preciso investimento/financiamento e ampliação desta modalidade ensino sob a responsabilidade do Estado.

Gomes (2021) aponta ainda que as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) representam importantes ferramentas para a especialização e construção de sociedades do conhecimento, pois os novos arranjos educacionais mediados por tecnologias, pode atender parte das necessidades educacionais nas mais diversas regiões de nosso país.

Entendemos que uma educação possível, perpassa o acesso às tecnologias e aos seus recursos tecnológicos e, nessa direção, o tutor (professor, professor-tutor) precisa de formação especializada para enfrentar os desafios e dificuldades que se impõem em seu cotidiano profissional. Portanto, precisa contar com o investimento da IES em que trabalha, bem como de políticas públicas estatais que lhe qualifiquem para o exercício da função.

Em nossa apreensão o uso de ferramentas tecnológicas não é mero diferencial nos moldes educacionais nacionais, pois os saberes distintos despertam formas distintas de aprendizagem e, conseqüentemente, a necessidade de utilização de novas ferramentas que venham a atender a realidade que nos condiciona, “além disso, o uso adequado das TDIC na educação escolar é considerado um fator chave para melhorar a qualidade do nível educacional” (GOMES, 2021, p. 10). Nesse ordenamento, Moraes (2021), nos chama a atenção para indicar que:

O docente é aquele que estabelece uma rede de comunicações e aprendizagens multidirecionais, por meio de diferentes meios e recursos da tecnologia da comunicação (*chat*, fórum, videoconferência, e-mail, biblioteca virtual, auditório virtual, relatórios e formulários do sistema, entre outros). Além de criar relações com os estudantes extra AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem), por meio das mídias e redes sociais, bem como novas

ferramentas e aplicativos virtuais, como o *Teams*, *Zoom*, *Google Meet*, *Coggle.it*, *chat.forms.com*, entre outras (MORAES, 2021, p. 6-7).

Vale destacar que estas ferramentas necessitam de um espaço apropriado para a sua aplicação e desenvolvimento, que recebem diferentes denominações e podem ser alocados em diferentes mídias. Mattar (2012), destaca o AVA e o *Learning Management Systems – LMS* (Sistema de Gerenciamento de Aprendizagem), que apresentam variações como por exemplo: *Course Management System* (Sistema de Gerenciamento de Cursos); *Learning Content Management System* (Sistema de Gerenciamento de Conteúdo de Aprendizagem).

O autor aponta os principais tipos de LMS (plataformas) utilizados pela maioria das empresas de educação, como o *Blackboard*, *Desire2Learn*, *eCollege* e AVAs próprios, ou seja, desenvolvidos pelas próprias empresas de educação, como *WebAula* e Portal Educação. Além dos LMSs gratuitos, destaque para *Moodle*, o mais utilizado e o mais difundido no Brasil, “seu uso tem sido reforçado pelo fato de ser adotado pela Universidade Aberta do Brasil (MATTAR, 2012, p. 77).

Silva (2013) ressalta a importância da utilização do bloco HTML⁶ para diferentes tipos de mídias – imagens, áudios e vídeos – que permite inserir, por meio de *upload* a incorporação de arquivos em plataformas como o *YouTube* e *SlideShare*, bem como a criação de álbuns de fotos e videoteca. O autor chama a atenção para os critérios técnicos, pois há peculiaridades importantes que precisam ser consideradas, como quais habilidades os colaboradores que irão trabalhar com o AVA devem possuir para a sua utilização. Para que as salas de aula virtuais não sejam um mero instrumento de reprodução da realidade encontrada nas salas de aula presenciais, Silva (2013) salienta a necessidade de se investir sempre em capacitação e aperfeiçoamento profissional.

Segundo Amaral, Assis e Barros (2009), existem ferramentas que auxiliam no método avaliativo e na mensuração da aprendizagem em Ambientes Virtuais de Aprendizagem, e apontam que a escolha da ferramenta mais adequada, requer do tutor um conhecimento prévio para que as possibilidades sejam exploradas de forma satisfatória, a saber:

⁶ Linguagem de marcação de hipertexto. Linguagem de marcação para ambientes web. Trata-se de um conjunto de *tags* que serve para definir a forma na qual se apresentará o texto e outros elementos da página. Atualmente é a linguagem mais utilizada nesse ambiente (CABRAL; GYENGE; BIANCHI, 2014, p. 130).

1. Fórum: pode ser utilizado isolado ou associado a outras ferramentas em atividades dirigidas. Nele, o cursista pode expressar sua opinião. É uma ferramenta assíncrona. Sua utilização considera aspectos qualitativos e quantitativos;
2. Diário: permite ao cursista postar suas reflexões acerca de um tema e o relato do seu processo de aprendizagem. Possibilita a interação apenas entre cursista e professor-tutor;
3. *Wiki*: ferramenta assíncrona de escrita colaborativa. Permite edição coletiva dos documentos e atualização dinâmica. É necessário estar articulada a outra ferramenta, como o fórum e o chat, para que os cursistas possam organizar suas ideias e traçar suas metas;
4. *Chat*: ferramenta de comunicação síncrona, exigindo que os participantes da discussão estejam conectados simultaneamente para que o processo de comunicação seja efetuado. Bate-papo;
5. Lista de discussão: ferramentas de comunicação assíncronas. Caracteriza-se pelo recebimento e envio de mensagens por e-mail;
6. *Blog*: páginas pessoais da Internet cujo mecanismo possibilita registrar e atualizar em ordem cronológica, opiniões, fatos, emoções, imagens, além de outros conteúdos que se queira disponibilizar;
7. Tarefa: consiste na descrição ou no enunciado de uma atividade a ser desenvolvida pelo participante, que pode ser enviada em formato digital ao servidor da plataforma e será verificada posteriormente pelo professor-tutor;
8. Mensagem (e-mensagem): comunicação breve que transmite informação a alguém;
9. Glossário: ferramenta que permite criar e atualizar uma lista de definições como em um dicionário (AMARAL; ASSIS; BARROS, 2009, p. 4-5).

Essas ferramentas podem ser utilizadas de diferentes modos e mais de uma ao mesmo tempo pelo tutor. Diversificar a avaliação permite que o aluno da EaD possa ter maior possibilidade de se perceber dentro do processo de ensino e aprendizagem e assim, ser capaz de forma autônoma verificar a sua evolução e realizar uma autorreflexão de sua própria aprendizagem.

Nesse sentido, dirimir corretamente, estimular a aprendizagem autônoma, propor discussões e trocas de conhecimento e de experiências, instigar a autonomia da aprendizagem são algumas funções do tutor, e com as ferramentas pedagógicas corretas e aplicadas no momento oportuno, pode propiciar este aprendizado e está autonomia de forma satisfatória. Silva (2013), acrescenta que:

Os ambientes virtuais de aprendizagem ainda são os principais meios de suporte aos conteúdos disponibilizados pelas instituições que oferecem cursos on-line. No entanto existem outros serviços na web, total ou parcialmente gratuitos, que se constituem em excelentes opções para o suporte a atividades educacionais, principalmente quando combinados a outros *softwares*. Alguns exemplos são *Zoho*, *Google Docs*, *Aprex*, *Blogger*, *WordPress*, *Wikispaces*, *Google Drive*, *YouTube*, *Flickr*, *AuthorStream*, *SlideShare*, *Skype*, *Oovoo*, *Twitter* (SILVA, 2013, p. 96).

Diante do quantitativo de ferramentas disponíveis que podem ser utilizadas pelos tutores no processo de aprendizagem do aluno, é perceptível que a EaD proporciona uma aprendizagem eficaz e que para desempenhar as funções de tutor,

também se faz necessário um amplo conhecimento não só da área de atuação, mas competências tecnológicas, mesmo que mínima das redes sociais e ferramentas de interação em meios digitais.

Vale ressaltar que nos currículos atuais de formação docente estão presentes disciplinas que abarcam metodologias digitais, pois no processo de globalização, informatização e tecnologização, o ambiente escolar e seus profissionais foram impelidos à modernização e à informatização. Hoje escolas tecnológicas e professores bem instruídos ou versados no uso das tecnologias em sala de aula são apresentados como sinônimos de futuristas ou de alta performance educacional.

Godoy (2010) acrescenta mais cinco ferramentas que são importantes além de serem bem utilizadas por tutores na Educação a Distância: *webinars* ao vivo; Transmissão de Aulas ao Vivo; E-mail; Videoconferência e Inteligência Artificial. Estas ferramentas são de grande valia para o tutor, pois possibilitam uma maior interação com os alunos e com outros atores que fazem parte da EaD.

Com este conjunto de ferramentas, o tutor pode desenvolver inúmeras abordagens metodológicas acerca dos conteúdos que estão a desenvolver, mesmo assim, há que se ter cautela para não sufocar as salas virtuais com um número exorbitantes de atividades, pois pode sobrecarregar o aluno levando ao não aprendizado e sim a repetição, a fuga ou abandono da modalidade EaD, bem como uma sobrecarga de trabalho para o tutor.

Assim sendo, diversificar é necessário de modo a tornar as aulas e as avaliações mais convidativas e romper com o formato tradicional avaliativo, para tanto, temos as pedagogias digitais e sua aplicação nos *cybers* espaços das salas virtuais torna-se um importante aliado na construção do espaço sócio ocupacional.

3.3. Pedagogias Digitais: Desafios e Perspectivas da Tutoria

As salas de aulas tradicionais sempre requereram do professor conhecimentos de didática, pedagogia, conhecimento da área de atuação e dinâmica. No *cyber* espaço educacional não é diferente, pois requer tudo isso do tutor, e mais o conhecimento de tecnologia que abarca a educação. Destarte, ressaltamos que o tutor é um profissional da educação e por isso tem em sua essência conhecimentos de pedagogia, que embora, muitos os subestimam em

razão da modalidade de ensino. A prática da tutoria requer e exige conhecimentos acerca desta natureza enquanto condição básica para a atuação profissional. Fava (2016) afirma que:

O tradicionalismo ainda é muito presente no sistema educacional brasileiro, as metamorfoses existem, mas é tudo muito intrincado, laborioso. Aparentemente todos estão abertos ao diferente, entretanto, a cultura do ensino tradicional, a legislação, o regulatório dificulta qualquer inovação disruptiva, fazendo com que a mutação ande a passos remansosos (FAVA, 2016, p. 314).

Na apreensão de Silva (2011, p. 25), a sala de aula centrada no professor, detentor do conhecimento e único profissional responsável pelo seu compartilhamento na atualidade não constitui mais exclusividade, pois “a pedagogia da transmissão ficou obsoleta na cibercultura”. Nessa direção, Dias-Trindade, Moreira e Ferreira (2020) afirmam que é preciso a participação em comunidades de rede, personalização da experiência de aprendizagem e produtividade relacionada com a construção do conhecimento para que se alcance os objetivos determinados no âmbito da educação em espaços tecnológicos. Nesse contexto, Reis e Negrão (2022) inferem que é preciso:

Compreender o potencial uso pedagógico das tecnologias digitais pressupõe que o professor também se desafie permanentemente a estar aberto às aceleradas e imprecisas mudanças que atravessam a educação como um fenômeno social. O vertiginoso avanço das TD vem promovendo alterações nos contextos de ensino e aprendizagem, em especial incidindo sobre a função social da educação e o papel do professor, assim como impulsionando novos olhares sobre o currículo, no que concerne ao seu planejamento, à sua gestão e ao seu desenvolvimento e avaliação. Estas mudanças implicam, por um lado, nos processos de ensino articulados ao trabalho docente e, por outro, nas aprendizagens e na formação dos estudantes (REIS; NEGRÃO, 2022, p. 176).

Segundo Moreira e Rangel (2021, p. 469), “a questão do uso pedagógico das TDIC requer atualização e formação de professores, principalmente daqueles que não tiveram em suas formações iniciais subsídios teóricos e pedagógicos para a reflexão sobre as tecnologias digitais”. Neste caso, ter conhecimento prévio acerca das tecnologias utilizadas no ambiente escolar ou nos ambientes virtuais de aprendizagem é mais do que necessário para contemplar as demandas educacionais da “Era da Informação” ou “Era Digital”.

Silva (2011) assevera que os alunos do tempo atual evitam acompanhar argumentos lineares que não lhes permitem fazer qualquer inferência ou interferência para além de lidar com hipertextos. Nos espaços virtuais os alunos

modificam, produzem e partilham as informações e os saberes, evidência que requer uma pedagogia mais diversa e diversificada, visando o estabelecimento de um ambiente mais interativo. Portanto, cabe ao professor/tutor adequar sua metodologia redirecionando a base comunicacional não mais centrada no professor, mas sim nos alunos dando-lhes liberdade e autonomia de ação e participação no processo de ensino e aprendizagem.

Fava (2016) defende que são diversos os métodos e modernização da educação orientados por meio das metodologias ativas, que são implementadas com vistas a romper com o tradicionalismo na atuação pedagógica e destaca que os espaços das salas virtuais não admitem o modelo e as práticas tradicionais do ensino presencial, pois não atendem as demandas advindas de uma sociedade cada vez mais tecnológicas. O autor destaca as seguintes metodologias: *Peer Instruction* (Aprendizagem por Pares); *Team-Based Learning* (Aprendizagem por Times); *Writing Across the Curriculum* (Escrito por Meio das Disciplinas); *Case Study* (Estudo de Caso); *Project Based Learning* (Aprendizagem Baseada em Projetos ou Problemas).

Miskulin e Viol (2014), de sua parte, apontam que a utilização das TDICs nas práticas pedagógicas ou inseridas em metodologias estão condicionadas ao contexto sociocultural dos alunos, professores e tutores ao currículo disciplinar, à infraestrutura da escola e ao trabalho docente – nesse contexto entende-se como docente tanto o professor quanto o tutor. Quando se utiliza as TDICs no processo de ensino e aprendizagem a função do tutor-professor é eminentemente de mediador. Silva (2011), afirma que:

O professor que busca interatividade com seus alunos propõe o conhecimento, não o transmite. Em sala de aula, é mais que instrutor, treinador, parceiro, conselheiro, guia, facilitador, colaborador. É formulador de problemas provocador de situações, arquiteto de percursos, mobilizador das inteligências múltiplas e coletivas na experiência conhecimento. Disponibiliza estados potenciais do conhecimento. De modo que o aluno experimente a criação do conhecimento quando participe, interfira, modifique. Por sua vez, o aluno deixa o lugar da recepção passiva de onde ouve, olha, cópia e presta contas para se envolver com a proposição do professor (SILVA, 2011, p. 99-100).

Madeira et al. (2016) complementam que:

No contexto pedagógico, as melhorias são evidenciadas nas novas arquiteturas didáticas e metodologias diferenciadas. A docência na EaD constitui-se de funções pedagógicas distintas, de autoria de material didático, professor de disciplina e tutor, usualmente assumidas por

diferentes atores. Relevantes no processo educativo, a mediação e dinamização nas ações pedagógicas ocorrem a partir de diferentes abordagens, metodologias e recursos tecnológicos, em espaços virtuais com uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Apresentam-se de forma desafiadora para os profissionais da educação, constituídos historicamente na presencialidade (MADEIRA et al., 2016, p. 2).

A função pedagógica do tutor não se esgota em acompanhar uma turma de alunos, na medida em que exige o contato direto com o aluno e a verificação da aprendizagem se dá pela figura do tutor, que utiliza instrumentos/recursos diversos para que o aluno possa aprender e se desenvolver em sua plenitude. Nessa direção, Melani (2013), argumenta que:

[...] a tutoria adquire no contexto da EaD um desdobramento da função docente com responsabilidades que podem ser compreendidas a partir das relações que os tutores a distância estabelecem com os saberes docentes que são construídos e mobilizados por meio da prática pedagógica (MELANI, 2013, p. 14).

Sendo assim, a prática da docência em espaços virtuais requer conhecimento pedagógico global, que colocado em prática pelo tutor, desenvolve e aplica metodologias diversas para com a finalidade da aprendizagem. As abordagens pedagógicas dos tutores, por vezes, são semelhantes às abordagens utilizadas em espaços não virtuais, contudo, há um processo de adaptação destas abordagens que requer do tutor um conhecimento prévio da turma e de suas necessidades para que a adaptação seja eficiente e capaz de atingir todos os alunos.

De sua parte, Moraes (2014, p. 10) afirma que “o tutor tem a função de educador e é um dos responsáveis pela formação dos estudantes, seu papel é de orientador, de promover a realização de atividades, apoiar em sua resolução, oferecer novas fontes de informações e favorecer sua compreensão”. Sendo assim, o tutor precisa situar o aluno no tempo e espaço do ambiente virtual, tecendo suas funções com o intuito de direcionar o aluno ao aprendizado. Ainda segundo Moraes (2014):

A postura do tutor deve ser dirigida para o trabalho em parceria com o aluno, orientando-o para o diálogo autônomo, o trabalho em projetos e a aprendizagem por pesquisa. Para isso, ele precisa converter-se em formulador de problemas, provocador de interrogações, coordenador de equipes de trabalho. Ele deixa de ser transmissor de informações e passa a ocupar o lugar de agenciador de comunicação, de uma comunicação fundamentada na interação (MORAES, 2014, p. 10).

Assim, o tutor é responsável pela comunicação apresentando novas estratégias de aprendizagem, desenvolvendo habilidades e competências pedagógicas em Ambientes Virtuais de Aprendizagem. Apresentar novas perspectivas e enfrentar os desafios do processo de ensino e aprendizagem em ambiente virtual. Portanto, é preciso romper as barreiras existentes do aprender em ambientes não físicos e aproximar o conhecimento ao aluno. O rompimento com as práticas convencionais não significa que não haja aprendizado, mas que se realiza de forma distinta, em níveis distintos e em tempos e espaço distintos.

O trabalho de facilitador do aprendizado mediado por tecnologias necessita de ações e intervenções pedagógicas acertadas, em que o tutor se dispõe a partir das vivências e da observância a desenvolver métodos e técnicas de estudos que os alunos possam interagir com seus pares e desenvolver o pensamento crítico, bem como desenvolver as suas próprias habilidades de autoestudo, ganhando autonomia e emancipação do seu próprio aprendizado.

Moraes (2012, p. 13) ressalta que “o tutor deve ter a humildade em assumir que não tem todas as respostas e se propor a buscar o que não sabe, assim como respeitar a individualidade de cada discente e não dispor de suas fraquezas, erros ou precipitações para que não os desmotivem do curso”. Nunes (2013), por seu turno infere que:

Dar uma explicação presencialmente não requer as mesmas habilidades que fazer isso por meio de um computador, por exemplo. Aqui o tutor precisa usar os mais diferentes recursos (texto, som, vídeo, fórum, chat, videoconferência etc.) para se fazer compreender. O tutor deve, inclusive, planejar e orientar debates entre alunos quer presencial ou virtualmente (NUNES, 2013, p. 13).

Por conseguinte, o caminho a ser percorrido pelo tutor é longo, com alguns obstáculos e desafios que demandam formação continuada que lhe proporcione a diversificação de suas práticas pedagógicas, didáticas e metodológicas. No contexto atual, a função de tutoria tem asseverado a sua importância no âmbito educacional/educativo. Contudo, não deixa de expressar a precarização da profissão docente na medida em que representa o seu esvaziamento e desvalorização determinado pelas imposições da economia capitalista que concebe a educação como mercadoria.

Maia e Mattar (2007) chamam a atenção para o fato de que o tutor precisa gerir o tempo no espaço virtual, distinto do tempo no espaço físico. Não lhe

competem, por exemplo, determinar quais *e-mails* serão respondidos em dias e horários, pois não faz mais sentido a utilização de tal instrumento digital, como se estivesse atendendo o aluno em um escritório ou sala de aula. Pensar outros contextos e espaços é de fato um desafio a se vencer para aqueles que já têm/tinham uma trajetória na educação tradicional/presencial. As transformações do mundo globalizado e informatizado passaram a exigir novos conhecimentos, habilidades e competências para atuar na educação na “Era Digital”.

Maia e Matar (2007) afirmam que a prática docente de tutores e professores em essência tem a mesma finalidade e as mesmas estruturas antropomórficas, porém seus aspectos de tempo e espaços são distintos o que desvaloriza a profissão do tutor visto que não atua presencialmente. A remuneração na atividade de tutoria é significativamente menor do que a remuneração percebida pelos professores que atuam presencialmente, proporcionando ao capital o aumento de sua lucratividade por meio da intensificação da exploração e desvalorização da força de mão de obra dos professores.

Proletarizar a prática docente em subníveis de funções, atribuições, competências e atividades sem considerar que o tutor para atuar precisa ter formação universitária (graduação-licenciatura), bem como cursos de aperfeiçoamento e especialização (em muitos casos) exprime a voracidade do mercado capitalista para a maximização de seus lucros. Nesse contexto, Fava (2016) destaca que a educação tem se encaminhado para formas que se alinham às concepções de ensino que atendam aos interesses do sistema capitalista de produção. Os indivíduos devem ser formados e relativamente qualificados, mas não devem/podem se opor às determinações do capital, mas sim se submetê-los às mesmas.

O autor sinaliza que a tendência é que a educação se direcione para um processo de informatização, intensificando o espaço de atuação dos tutores e, como consequência, alavancar a importância da função. Silva (2013) destaca algumas perspectivas para a Educação a Distância:

1. Haveria um cenário educacional pluralista com diferentes abordagens para aquisição de conhecimento, habilidades e competências;
2. A aprendizagem deveria ser comprovada por demonstração de competência e não pelo tempo que o aluno passa estudando, como, por exemplo, bimestre e semestre;

3. Haveria diminuição da divisão radical existente entre ensino médio, ensino superior e pós;
4. O aluno poderia montar seus estudos por meio de escolha e combinação de disciplinas ou áreas do conhecimento.
5. O aluno escolheria o sistema de aprendizagem que melhor lhe conviesse: presencial, à distância ou a combinação de ambos.
6. Repositórios e bibliotecas digitais estariam disponibilizados para o acesso ao conhecimento;
7. A influência controladora dos ministérios e das secretarias de educação seria substituída por autorregulamentação institucional a partir de bases regionais e internacionais;
8. Os históricos escolares seriam construídos com conhecimentos adquiridos em instituições nacionais e internacionais com apoio de especialistas espalhados pelo mundo;
9. O diploma seria um passaporte por tempo limitado;
10. Os cursos deveriam se fundamentar na informação como uma necessidade futura para buscarem as melhores soluções para problemas no momento em que eles surgissem;
11. *E-books* e dispositivos móveis estariam sendo plenamente utilizados por estudantes de diferentes níveis (SILVA, 2013, p. 78-79).

Nessa direção, Mattar (2012), ressalta que a importância do emprego e ampla utilização na EaD de práticas dinâmicas, promoção do pensamento autônomo, consideração das experiências vivenciadas pelos estudantes são alguns recursos que devem ser considerados permanentemente no processo de ensino e aprendizagem tanto no ambiente virtual quanto no ambiente presencial. Marques, Gomes e Gomes (2017) trazem uma questão muito pontual e bastante reforçada no meio educacional, o que por sua vez, estende até a EaD:

Educação não é mais administrar conteúdo de forma passiva e fragmentada. Educação hoje é criação, é a democratização do pensamento, da vida. Esse é o grande desafio contemporâneo, repensar a educação, discutir e viver novas relações. O professor não ensina mais, não acumula mais conteúdos, ele é um educador, estimula o saber, o aprendizado. É preciso que os professores reconheçam a importância dessas ferramentas para o processo de ensino e aprendizagem e que sejam capazes de inserir pedagogicamente essa tecnologia em sua atividade diária (MARQUES; GOMES; GOMES, 2017, p. 21-22).

Mas, nem só de desafios é escrita a história dos tutores e da Educação a Distância, também há uma grande perspectiva de futuro para a melhoria da educação, pois na medida em que a sociedades evoluí a educação precisa se ajustar às transformações decorrentes do desenvolvimento tecnológico e das necessidades humanas. Silva (2011) aponta a interatividade nos ciberespaços, como uma perspectiva educacional; retoma as ideias do construtivismo para se fazer uma aprendizagem dialógica com uso das mídias digitais para que surjam novas estratégias de organização e funcionamento das salas virtuais.

Ribeiro (2017) apresenta como perspectiva a inter e a transdisciplinaridade como uma interconexão não mais pontual entre disciplinas, mas com todos os conhecimentos com vistas a promover a ampliação das redes de conhecimento, promoção da inclusão, compartilhamento de experiências, apresentação da pluralidade. Fatores que possibilitam maior mobilidade do tutor em suas salas virtuais, ampliando a sua atuação, mais voz conferindo-lhe uma autonomia construída ao longo da prática, seja o tutor presencial, à distância ou de estágio.

4. PESQUISA EMPÍRICA: AS ATIVIDADES DE TUTORIA NA UEG

Nesta última Seção apresentamos os dados da pesquisa com a finalidade de concretizar as discussões teóricas apresentadas anteriormente. Pensar uma pesquisa requer atenção, disciplina e um arcabouço teórico e vivências para uma discussão coerente e concisa. Disponibilizamos elementos que possibilitem uma leitura tácita, a fim de que os leitores possam vislumbrar o trajeto da pesquisa. As análises se deram sob a égide da *práxis* marxista, na qual a teoria e a prática caminham lado a lado, ora se complementando, ora se contradizendo, mas sempre comungando uma a outra e assim construindo uma base de conhecimento concreto e significativo.

Vale ressaltar que em nenhum momento houve a presunção de esgotar a temática aqui apresentada e sim ampliar a discussão, abranger o campo das ideias e levantar outros questionamentos. Esta pesquisa apresenta-se muito mais como uma ponte para outras pesquisas, abertura para novos horizontes e perspectivas acadêmicas, lançado pelo olhar holístico do pesquisador, porém com a seriedade e a profundidade que a pesquisa demanda.

4.1 Universo e Contexto da Pesquisa

Esclarecemos que o Polo de Apoio Presencial de Águas Lindas de Goiás (UAB/UEG), por muitos anos (2009-2022) funcionou na Rua 13 – Quadra A1 – Lote 02, s/n – Mansões Olinda; área nobre próxima ao shopping da cidade e de fácil acesso. No mês de outubro de 2022 as atividades do Polo passaram a ser realizadas em novo endereço: Rua 05 – Quadra 10 – Lote 03/04 – Mansões Águas Lindas, sendo integrado a área de formação continuada e aperfeiçoamento do município de Águas Lindas de Goiás.

A necessidade em descrever os dois espaços utilizados pelo Polo de Apoio Presencial de Águas Lindas/GO se deu pelo fato de que no durante o mestrado houve mudança do espaço físico e, conseqüentemente, poderia haver influência indireta ao objeto de pesquisa. Também, acreditamos ser de grande valia fazer um comparativo, mesmo que descritivo, para observar as diferenças de estrutura e de recursos existentes nos dois espaços, que por ventura poderiam impactar nas respostas dos pesquisados.

O primeiro polo tinha 3 salas de aula com quadros brancos, carteiras estudantis modelo universitário, teto forrado com PVC, paredes com tintura antiga. Em apenas duas salas havia computadores disponíveis para os alunos e nem todos funcionavam, muitos deles eram carcaças ou precisavam de alguma manutenção e dois banheiros (um masculino e um feminino). Os banheiros não tinham portas ou estavam deterioradas, havia grades nas portas da frente com cadeados. As duas pias dispunham de torneiras velhas e defeituosas, e vez ou outra, não tinha fornecimento de água. Os vasos sanitários, por sua ordem estavam deteriorados e exalavam um mau cheiro terrível; o piso era de granito e o teto forrado com PVC.

A sala de coordenação dispunha de dois armários, uma impressora simples – com defeito –, duas mesas, duas cadeiras e um quadro de avisos em feltro, no qual se tinha o calendário acadêmico do ano vigente, dia dos aniversários dos tutores e colaboradores, uma tabela com os cursos oferecidos e seus respectivos tutores presenciais e telefones úteis. O antigo polo contava com uma biblioteca também utilizada como sala de reuniões, com acervo atualizado de livros em perfeito estado de conservação, que podia ser consultado pelos alunos a qualquer hora, porém não podiam fazer a retirada dos mesmos.

A biblioteca era equipada com três computadores em perfeito estado de conservação/manutenção, disponíveis para o uso dos alunos, tutores e demais colaboradores; uma impressora de grande porte onde eram impressas as provas e trabalhos dos alunos; uma mesa grande com várias cadeiras, uma carteira com garrafa de café e estantes com materiais como pincel, apagador de quadro branco, papel pardo, cartolina, canetas, lápis e uma variedade de material didático para uso dos tutores. No fundo da sala tinha outra impressora de grande porte com defeito e alguns projetores (*Datashow*) danificados, aguardando as benfeitorias da prefeitura para voltar ao funcionamento.

O material humano era constituído por tutores presenciais, um coordenador de polo, uma funcionária pública cedida para a função de secretária – cargo de confiança –, duas auxiliares de polo – funcionárias públicas em desvio de função e um guarda patrimonial, funcionário público em exercício de sua função.

Já o atual polo conta com instalações novas e em perfeitas condições de funcionamento. Possui seis salas de aulas com carteiras tipo universitárias novas e de cor azul, bem como mesas e cadeiras novas para os professores. Duas salas são

equipadas com 30 computadores (novos e seminovos) em bancada de mármore rodeando toda a sala. As salas possuem quadro branco, janelas transparentes, forro de PVC, lâmpadas tipo painel *plafon led*, que garantem uma economia de energia e maior/melhor, além de dispor de aparelhos de ar-condicionado.

Há um banheiro masculino e um banheiro feminino, cada um com três cabines individuais e com portas novas; pia em mármore do lado de fora do banheiro para aumentar o espaço dentro dos lavabos. Também disponibiliza um banheiro para pessoas com deficiência (PCD); uma biblioteca em fase de implantação, mas os alunos têm acesso a todo o acervo e serviços; o espaço conta com três computadores antigos, porém em funcionamento, uma mesa para estudo coletivo e três mesas para estudo individual.

O polo tem uma portaria, uma sala que abriga a coordenação para a formação de professores, equipada com três mesas com computadores, um armário de aço para guardar documentações e uma impressora; uma sala para a coordenação/secretaria do polo que dispõe de duas mesas com computadores, uma impressora de grande porte, dois armários de aço contendo documentos.

Há também uma sala disponibilizada para os professores com uma mesa grande para reuniões coletivas, cadeiras e armários individuais para os tutores que atuam no polo, bem como para os demais funcionários. Todos os armários são identificados com os nomes dos seus respectivos usuários. Há uma área externa que os alunos utilizam para fazer reuniões e corredor coberto que dá acesso a todas as dependências e, por fim, uma cozinha com fogões industriais, geladeira, micro-ondas, mesa panelas e garrafas de chá e café, mesa interna da cozinha e mesa externa para refeições coletivas.

O material humano é composto por uma coordenadora de polo, uma coordenadora de formação e aperfeiçoamento profissional, uma secretária do polo, duas auxiliares, uma porteira, um guarda patrimonial e uma ajudante de copa e cozinha. A localização atual é de fácil acesso, próxima a via principal e comercial da cidade, com restaurante comunitário a menos de 100 metros. O polo não possui estacionamento privativo, havendo a necessidade de estacionar na rua ou no lote vazio em frente.

4.2. Polo de Apoio Presencial de Águas Lindas de Goiás

O ato de criação e sustentabilidade financeira do polo de atendimento presencial da Universidade Aberta do Brasil (UAB), sobre a oferta de cursos na modalidade à distância em Águas Lindas de Goiás foi regulamentado pela Lei Municipal nº 669, de 04 de maio de 2009. A Lei em si expressa uma preocupação com desenvolvimento da educação no município, estabelecendo dotação orçamentaria para polo e disponibilidade de material humano. Há de se observar que naquele momento acontecia o processo de expansão e interiorização das universidades públicas e a ampliação da oferta de vagas – metas do último governo Lula e do Plano Nacional de Educação (PNE, 2001-2010).

Os quatro primeiros artigos da referida Lei dizem respeito aos recursos destinados para o polo e sua composição patrimonial, o que reforça a ideia de que houve um interesse genuíno inicialmente, comungando com as proposições do Governo Federal para a concretização do PNE (2001-2010) por meio das políticas educacionais vigentes. O Artigo 5º da referida Lei, por sua vez se remete aos objetivos do Polo de Apoio Presencial UAB/Águas Lindas de Goiás:

- I - Oferecer prioritariamente Cursos de Licenciatura e de Formação Inicial e Continuada a professores da educação básica;
- II - Oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica;
- III - Oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;
- IV - Ampliar o acesso à educação superior pública;
- V - Reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;
- VI - Estabelecer amplo sistema nacional de educação superior à distância;
- VII - Fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologia de informação e comunicação;
- VIII - Oferecer, através de estágio não remunerado, experiência profissional e formação a egressos e estudantes do Ensino Médio (ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS, 2009).

Reafirmamos que tais objetivos se encontravam alinhados às metas do PNE (2001-2010) e com o PNE 2014-2024), na medida em que preconizavam o aumento do número da oferta de vagas em Instituições de Ensino Superior (IES) na modalidade a distância, especialmente, nos cursos de licenciatura – formação de professores para a Educação Básica. Os artigos 6º, 7º, 8º e 9º tratam do regime de colaboração entre a União, Distrito Federal, Estados e Municípios, porém a ampla maioria dos municípios brasileiros não tem dotação orçamentaria para criação e manutenção de uma universidade municipal ou um campus de uma universidade

estadual. Portanto, a opção para atender as demandas das universidades públicas foi a oferta da Educação a Distância (EaD) por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Atualmente o Polo Águas Lindas (UAB/UEG) oferece os cursos de licenciaturas em História e Pedagogia, bacharelado em Administração Pública e duas pós-graduações *lato sensu* – Contabilidade e Finanças Públicas e Gestão Pública Municipal. No que tange aos recursos humanos, na referida Lei Municipal temos vinte e um artigos que especificam sobre as atribuições das funções desenvolvidas na modalidade a distância. Destaca que com exceção dos tutores o aporte de material humano é de responsabilidade do município e quanto às atribuições do tutor presencial aclara que:

Art. 12 - Será selecionado um Tutor Presencial para cada turma de 30 aluno e um suplente se houver necessidade, sob a ótica das IFEs parceiras, em comum acordo com a Coordenação do Polo:

§ 1º - A seleção dos Tutores Presenciais será realizada pelas IFEs parceiras, vinculadas ao Sistema UAB, através de Edital, respeitados os seguintes critérios: ser preferencialmente residente no Município sede do polo e/ou região; ter formação de nível superior, observado requisito exigido pelas IFEs ofertantes dos cursos; comprovar experiência anterior no Magistério na Educação Básica, de no mínimo 02 (dois) anos. Não se exige que o candidato a Tutor Presencial detenha vínculo trabalhista na rede pública municipal, estadual ou federal;

§ 2º - A jornada de trabalho do Tutor Presencial será de 20 (vinte) horas semanais.

§ 3º - Ao Tutor Presencial selecionado pelos critérios acima será paga, pelo MEC, bolsa mensal de R\$ 500,00 (quinhentos reais), reajustável anualmente. Também o Município pagará bolsa, reajustável anualmente, ao Tutor Presencial, em valor que poderá variar até 100% (cem por cento) do valor da bolsa paga pelo MEC (ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS, 2009).

Podemos observar que a função de tutor aparece sempre deslocada das demais, com um baixo reconhecimento da IES e da gestão municipal. Apontamos que a função de tutoria desde a criação da Lei Municipal (2009) até os dias atuais exprimem defasagem salarial, não reconhecimento enquanto profissão, aumento exponencial desta prática para fins de alimentar o capital dos grandes empresários do ramo da educação superior e da EaD, um aporte para justificar a expansão das universidades privadas e aumento do número de vagas sem a necessidade de criação de novos *campus* ou realização de concursos para as universidades públicas – em outras palavras: processo de desumanização da profissão de tutor e aprofundamento da exploração do trabalho docente.

As exigências para atuação enquanto tutor equivalem as de um concursado na área em instituições públicas e privadas de educação alinhadas às disposições do Ministério da Educação (MEC). Desta feita, observamos que para ser tutor há que se preparar muito, assim como qualquer área da docência requer conhecimentos e habilidades mínimas para o exercício da função. Em contrapartida, o salário, a jornada de trabalho e a sobrecarga de atividades desempenhadas pelo tutor não são consideradas.

4.3. Apresentação e Análise de Dados da Pesquisa

Os dados foram colhidos por meio de questionário online do tipo *survey*, utilizando a ferramenta *Google Forms*. Foram identificados 5 (cinco) tutores presenciais no Polo de Águas Lindas de Goiás. Após o levantamento, obtivemos por intermédio da coordenadora do polo os números de telefones deles com *WhatsApp*. Do dia 01 de dezembro de 2022 a 15 de janeiro de 2023, mantivemos contatos e enviamos os questionários via *WhatsApp* para que os tutores pudessem responder. Para os 5 (cinco) tutores que foram enviados os questionários, 3 (três) responderam aos questionamentos e 2 (dois) não responderam. Dos 2 que não responderam 1 (um) não retornou de nenhuma forma e 1 (um) não respondeu por estar em fase final do doutoramento.

Vale ressaltar aqui que somente os tutores presenciais foram escolhidos para participar da pesquisa por estarem em contato direto e físico com os alunos, pois nos encontros presenciais desenvolvem atividades e estratégias pedagógicas para a fixação de conteúdo e aprendizagem dos alunos.

O questionário levava na capa o nome do pesquisador e do orientador responsáveis pela pesquisa; título da dissertação, objetivos e dados de contato do pesquisador. Também estavam presentes a identificação da instituição de ensino superior que o pesquisador está vinculado e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento (TCLE). Ao final do TCLE havia um questionamento indicando se o participante da pesquisa queria continuar ou não.

O questionário contou com 13 (treze) perguntas, sendo todas abertas. A primeira pergunta foi sobre idade, gênero e raça (Quadro 5). O Tutor 1 tem 35 (trinta e cinco) anos, sexo masculino e se declara pardo, a Tutora 2 tem 37 (trinta e sete) anos, sexo feminino e se declara branca e a Tutora 3 tem 40 (quarenta) anos, sexo

feminino e se declara parda. Ao perguntarmos acerca da idade, gênero e raça, tivemos por objetivos retratar um pouco quem são esses tutores que atuam diretamente com os alunos de forma presencial e como eles se identificam.

Quanto à idade dos respondentes, todos pertencem à geração Y (*millennials*), nascidos entre 1980 e 1995 essa geração é marcada pelo início da informática e da globalização. Esse grupo viu a internet nascer e se desenvolver, está atrelado ao desenvolvimento tecnológico o que são fatores determinantes para atuarem na modalidade de ensino EaD, pois possuem familiaridade com as ferramentas (CASAROTTO, 2020).

Quadro

**Idade,
e Raça**

Tutor(a)	Idade	Sexo	Raça
T1	35	Masculino	Pardo
T2	40	Feminino	Parda
T3	37	Feminino	Branca

**5 –
Gênero**

Fonte: Elaboração do Autor (2023)

É perceptível que todos os entrevistados estão no ápice da idade produtiva e, muitas vezes, desempenham outras funções para além da tutoria, pois a tutoria paga uma bolsa menor que um salário mínimo por uma jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais flexíveis, sem a necessidade de estar presente no polo e sem dedicação exclusiva. Ou seja, reduzindo o trabalho a um contrato de trabalho sem vínculo empregatício e sem direito trabalhista, sendo apenas prestadores de serviços precarizados, proletarizados e mal remunerados,

Ainda há um estereótipo muito forte sobre a formação pedagógica e a atuação profissionais contar com pessoas do sexo feminina, principalmente, nos cursos de licenciatura em Pedagogia. Não estamos aqui reforçando este estereótipo, mas preciso atenção para evitar possíveis armadilhas que podem desviar a pesquisa do rigor científico, como superestimar ou subestimar os dados coletados, que podem levar a uma leitura errônea da realidade investigada. Nessa direção, procuramos evitar o fortalecimento dos estereótipos de gênero, assim como estereótipos da

profissão docente que, por vezes, são difundidos por uma parcela da sociedade acerca da Pedagogia, do pedagogo, do professor.

Constatamos, portanto, que por serem da geração Y, os entrevistados têm facilidade de utilização, conhecimento e domínio das tecnologias, visto que cresceram juntamente com o desenvolvimento das mesmas. Os entrevistados retratam/caracterizam o trabalhador de classe média no cenário atual do Brasil. Trabalhadores que buscam oportunidades para o crescimento pessoal, intelectual, profissional e econômico-financeiro com o recebimento das bolsas de tutoria.

Conforme relatam os entrevistados a primeira experiência de atuação no nível superior, constitui uma atividade para enriquecer o currículo, tendo em vista conquistar melhores oportunidades de trabalho, além do que a atuação no nível superior é um status almejado por muitos docentes. Na sequência questionamos sobre a formação acadêmica dos entrevistados (Quadro 6). Apuramos que o Tutor 1 tem graduações em História, Pedagogia, Artes Visuais e Computação e cursou o *stricto sensu* (mestrado); a Tutora 2 tem graduação em Pedagogia e cursou o *lato sensu* (especialização); e a Tutora 3 se graduou em Pedagogia e Psicologia, e cursou o *lato sensu* (especialização).

Quadro 6 – Área de Formação

Tutor(a)	Titulação	Graduação
T1	Mestrado	Pedagogia, História, Artes Visuais e Computação
T2	Especialização	Pedagogia
T3	Especialização	Pedagogia e Psicologia

Fonte: Elaboração do Autor (2023)

Cabe esclarecer que para atuar como tutor no Ensino Superior é obrigatório ter formação específica na área de atuação, no caso do objeto escolhido, em Pedagogia. Mesmo que haja uma desvalorização profissional, observamos a existência de uma boa qualidade do curso ofertado e uma preocupação com a formação dos alunos, uma vez que os tutores apresentaram titulações além da formação inicial. Nesse sentido, podemos afirmar que a tutoria no Ensino Superior representa uma atividade e/ou experiência que potencializa o currículo, além de constituir um complemento financeiro (bolsa) para os tutores, pois também atuam na Educação Básica.

Os tutores entrevistados transparecem suas preocupações e comprometimento com a formação e desenvolvimento intelectual, na medida que apresentam várias formações, o que pode contribuir para o enriquecimento do compartilhamento do conhecimento no processo de ensino e aprendizagem. Silveira (2005) argumenta que a formação/titulação acadêmica e conhecimento didático e pedagógico do tutor são complementadas por sua experiência na educação: Na medida em que é:

[...] imprescindível ter experiência no ensino presencial. Quem sabe, assim pode compreender a diversidade dos sujeitos e a complexidade e singularidade do processo de aprendizagem e as diferentes teorias. Além desse perfil, um Tutor tem que entender o encantamento do processo de aprendizagem para se apaixonar por sua atividade docente, principalmente pela distância real de contatos presenciais. EAD não se limita a um processo informativo (SILVEIRA, 2005, p. 4).

A formação continuada dos tutores reforça a ideia de estar sempre em aperfeiçoamento, ao passo que os alunos ganham com tutores que cursaram *lato sensu* e *stricto sensu*, ou seja, buscaram no decorrer de suas trajetórias acadêmicas ampliar o conhecimento tendo em vista oferecer um ensino de boa qualidade aos seus alunos.

Entendemos ser pertinente reiterar que as Instituições de Ensino Superior de nosso país – sobretudo as privadas – têm intensificado as exigências formativas dos tutores, mas, em contrapartida têm precarizado as formas de contratação – sem qualquer vínculo empregatício – baixa remuneração, intensas jornadas de trabalho, quantidade absurda de alunos sob a sua responsabilidade, sobrecarga de atividades, dentre outras.

Considerando tal contexto, perguntamos aos tutores participantes da pesquisa qual o tempo de atuação na Educação a Distância no Ensino Superior e em que ano iniciaram as suas atividades no curso de Pedagogia no Polo de Águas Lindas de Goiás (Quadro 7). Coletamos as seguintes informações: 1 (um) tem 11 (onze) anos de experiência na EaD; 1 (um) atua na EaD há 4 (quatro) anos; e, 1 (um) há apenas 8 (oito) meses). No que concerne ao ano de ingresso na UEG/Polo de Águas Lindas (Curso de Pedagogia) obtivemos respectivamente as seguintes respostas: 2017, 2019, 2022.

Quadro 7 – Tempo de Atuação na EaD

Tutor(a)	Atuação	Período
----------	---------	---------

T1	11 anos	2010-2021
T2	8 meses	2022
T3	4 anos	2019-2022

Fonte: Elaboração do Autor (2023)

Conforme podemos observar no Quadro 7, os tempos de atuação de 2 (dois) tutores entrevistados (T1 e T3) são bem significativos; a tutora (T2) tem o menor tempo de atuação na EaD – 8 (oito) meses – verificação que demonstra que acaba de iniciar as suas atividades profissionais na Educação a Distância. A entrevistada que tem 4 (quatro) anos de atuação nos levou à observação de que este período corresponde ao tempo de duração do curso de Pedagogia ofertado pela UAB/UEG, ou seja, 4 (quatro) anos.

E, por desdobramento, ao considerarmos os tempos de atuação dos 2 (dois) primeiros entrevistados nos encaminhamos para mais 2 (dois) questionamentos: 1) a experiência profissional enquanto tutor foi enriquecedora e gratificante? 2) as experiências vivenciadas na EaD UAB/UEG frustraram as suas expectativas iniciais? Os próprios entrevistados responderam que se fazem tais questionamentos e têm dúvidas se pretendem continuar ou não na atividade de tutoria.

A atuação durante todo o período de duração do curso de Pedagogia resultou no acúmulo de experiência satisfatória para o fortalecimento profissional dos tutores. Os entrevistados contribuíram na formação de novos profissionais pedagogos, e boa parte dos alunos concluintes já se encontram atuando na educação. Ao analisarmos o tempo de atuação dos tutores na EaD, é possível afirmar que o acompanhamento dos alunos por todo o período formativo (4 anos), exprime o compromisso e comprometimento dos tutores com atividades desempenhadas/desenvolvidas.

Ao examinarmos o *turnover* de tutores nos polos, constatamos que a rotatividade é bastante significativa tanto nas instituições públicas quanto nas privadas pois fatores como remuneração, carga horária excessiva e sobrecarga de atividades afastam muitos profissionais da EaD no ensino superior. Apesar de parecer contraditório, mas o ingresso nas IES privadas pode significar uma possibilidade para atuar no ensino superior regular (presencial) –, diferentemente

das IES públicas (UAB) em que inexistente tal possibilidade, pois o tutor ingressa por meio de processo seletivo.

Perguntamos aos tutores sobre as suas funções pedagógicas presenciais (Quadro 8). Os entrevistados apresentaram respostas convergentes, visto que desempenham as mesmas funções, atribuições e atividades, apesar de acompanharem turmas (semestres) e tempos distintos. As funções pedagógicas desenvolvidas pelos tutores na EaD, não diferem muito da educação presencial, o que há, na verdade é uma adaptação das atividades para o meio tecnológico. Para desenvolver as atividades de tutoria, o profissional necessita de conhecimentos básicos em tecnologia e como aplica-lo na EaD, com ferramentas específicas que precisam ser manuseadas de forma cuidadosa para atingir os resultados esperados.

Quadro 8 – Principais Funções Pedagógicas como Tutor

Tutor(a)	Respostas
T1	As funções pedagógicas compreendem: o monitoramento, acompanhamento e orientação de estudantes no Ambiente Virtual de Aprendizagem; a abertura, a discussão e a mediação de fóruns de discussão on-line; a correção e realização de feedbacks de atividades virtuais diversas (resumos, resenhas, pesquisas dirigidas, questionários virtuais, seminários, entre outras); a realização de avisos sobre o prazo das atividades; as orientações relacionadas às atividades e encontros presenciais; o auxílio de estudantes com problemas e dificuldades de acesso e navegação no Ambiente Virtual de Aprendizagem.
T2	Acompanhar atividades relacionadas ao estágio, conferência das horas complementares, aplicação de atividades presenciais e correção das atividades presenciais e no momento também as virtuais e de reoferta.
T3	Orientação, aplicação de provas e trabalho.

Fonte: Elaboração do Autor (2023)

Fóruns Online, Webquest, Chats, Blogs, Gamificação, Streaming, Blended Learning são algumas de uma variedade enorme de ferramentas usadas nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem que auxiliam os tutores no processo de compartilhamento de conhecimentos com os alunos. Não é demasiado reafirmar que as salas de aulas virtuais podem ser acessadas em qualquer lugar que tenha um dispositivo conectado a rede mundial de computadores. Portanto, os tutores precisam ter domínio de tais ferramentas para realizar o seu trabalho cotidiano e para tanto, devem manterem-se atualizados por meio de cursos online oferecidos pelas Instituições de Ensino Superior nas quais atuam.

Na modalidade EaD da UAB, o professor formador é aquele que constrói a disciplina, é um profissional apartado da tutoria, mas mantém comunicação com a equipe de coordenação e com os tutores virtuais para sanar dúvidas acerca dos conteúdos trabalhados e das atividades realizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem. A Educação a Distância conta com professores de diferentes áreas do conhecimento para a elaboração e oferta das diversas disciplinas no AVA do ensino superior.

As atividades presenciais são elaboradas e aplicadas para os alunos com vistas a promover a discussão, análise e reflexão dos conteúdos estudados no AVA. Reafirmamos que toda e qualquer disciplina é construída por um professor-formador e aplicadas e corrigidas pelos tutores presenciais e virtuais. Silva et al. (2019) reiteram que vários fatores são de grande importância para promover a qualidade do ensino na modalidade à distância, dentre os quais destacam a:

[...] qualificação dos professores-tutores, a disponibilidade de mais de um supervisor por alunos, avaliações e incentivos aos estágios dentro das diferentes modalidades de ensino, além de encontros que não sejam basicamente para aplicação de provas formais, mas também para a promoção de fóruns e eventos que permitam aos estudantes manter contato e promover inter-relações pertinentes no que se diz respeito às cobranças do mercado de trabalho (SILVA et al.,2019, p. 122).

As atividades sob a responsabilidade do tutor presencial percorrem um longo caminho, partem de sua construção pelo professor formador, são disponibilizadas na plataforma *Moodle* e acompanhadas dia a dia pelo tutor a distância (virtual) e verificadas/revisadas nos encontros presenciais. Diante dessas considerações perguntamos aos tutores quais as ferramentas que mais utilizam junto aos alunos em sua prática profissional cotidiana (Quadro 9).

Quadro 9 – Quais Ferramentas Você utiliza para Desempenhar suas Funções de Tutor?

Tutor(a)	Respostas
T1	Utilizo o Ambiente Virtual de Aprendizagem (<i>Moodle</i>), bem como grupos de <i>WhatsApp</i> . Também é feito o uso de celular para realizar chamadas telefônicas.
T2	Das ferramentas tecnológicas basicamente o <i>notebook</i> e o <i>WhatsApp</i> . Gosto de utilizar o <i>Canva</i> em algumas produções de comunicação. Além dos processadores e leitores de texto.
T3	Internet <i>Moodle</i> .

Fonte: Elaboração do Autor (2023)

O uso dessas ferramentas é fundamental, pois mesmo desempenhando a função de tutor presencial, algumas atividades são executadas de modo remoto com por meio da plataforma *Moodle* – local na rede onde ficam armazenadas as informações e as disciplinas do curso – e do *WhatsApp* – ferramenta de rápido contato e aplicação para interação e obtenção de informações.

Além das ferramentas mencionadas, também foram citadas o *Canva Online* – programa utilizado para edição de texto. Os tutores expressam as suas preocupações sobre a qualidade dos materiais disponibilizados para os alunos, com vistas a assegurar um significativo processo formativo. Seguimos com a pesquisa e perguntamos aos entrevistados que desafios consideram ser os mais complexos no processo de desenvolvimento de suas funções profissionais (Quadro 10).

Quadro 10 – Quais os Maiores Desafios Encontrados para Desempenhar suas Funções de Tutor?

Tutor(a)	Respostas
T1	Os maiores desafios encontrados para desempenhar as funções, muitas vezes, estão relacionados a falta de algum insumo ou equipamento (como a precária existência de data show nos polos da UAB em dias de encontro presencial), bem como a questão do próprio valor da bolsa (que hoje em dia está defasada em razão das inúmeras atividades desenvolvidas). Também há desafios, às vezes, encontrados com relação ao baixo retorno dos alunos.
T2	Acredito que um deles é a comunicação e o próprio gerenciamento dos processos institucionais.
T3	As condições do polo, falta de <i>internet</i> , ferramentas para apresentação de trabalho.

Fonte: Elaboração do Autor (2023)

Aclaramos que a infraestrutura e os materiais de apoio são de responsabilidade dos municípios e não da Universidade Aberta do Brasil (UAB). As trocas de governos e conseqüentemente de bandeiras políticas tendem a degradar as políticas públicas de Estado, pois acreditam que estão alimentando a imagem do governo anterior. O Tutor 1 reiterou as constatações verificadas nas respostas da questão anterior, ou seja: “a falta de insumos ou equipamentos”, que em muitas vezes ocorre por falta de dotação orçamentaria própria para os polos.

A precariedade dos equipamentos acontece por desgaste natural da ação de uso e do tempo. Todavia, as manutenções precisam serem realizadas

periodicamente – o que não acontece em realidade. Essa visão limitada de tentar minar a continuidade de políticas anteriores para não deixar brechas a fim de usar de palanque para angariar votos nas eleições é uma prática muito antiga que infelizmente atinge os beneficiários destas políticas, além de afetar diretamente a qualidade do ensino. Criar mecanismos legais que garantam a continuidade das políticas sociais é uma forma de minimizar os impactos negativos para a população.

Outro aspecto anunciado pelos entrevistados diz respeito ao valor da bolsa (R\$ 750,00) recebida pelo tutor presencial. Este valor está muito defasado, pois há quase uma década não há reajuste do valor da bolsa. Ao considerarmos o reduzido valor da bolsa e a grande quantidade de atividades desempenhadas pelos tutores podemos afirmar a existência da intensificação da exploração do trabalho de tutoria, visto que requer conhecimento amplo e específico, realização de atividades externas, acompanhamento de alunos e trabalho de docência. Tal verificação evidencia o descaso com os profissionais de tutoria, assim como as carências materiais para o desenvolvimento das atividades na modalidade a distância no âmbito da UAB/UEG.

O Ministério da Educação (MEC) por meio da UAB – intencionalmente ou não – abriu precedentes para que as universidades privadas pudessem contratar um número reduzido de professores e tutores responsáveis pelo acompanhamento do processo formativo de uma quantidade exorbitante de alunos. Cabe aqui denunciar que não temos uma política regulatória quanto ao trabalho de tutoria, apenas algumas disposições legais a que estão submetidos os tutores que atuam na Universidade Aberta do Brasil (UAB). Fialho e Fialho (2019) chamam a atenção para as responsabilidades do MEC sobre a qualidade da formação profissional na EaD ao afirmarem que:

A formação profissional em cursos superiores por meio da EaD deve ser observada e acompanhada de perto pelo Ministério da Educação, assim como ocorre com os cursos regulares presenciais nas universidades públicas e particulares no Brasil. As pessoas formadas por meio da modalidade de educação a distância podem se tornar vítimas de um sistema educacional mercadológico, que visa quantidade de formandos e não qualidade na formação dos mesmos (FIALHO; FIALHO, 2019, p. 136-137).

Conforme apontamos anteriormente, dentre os elementos que contribuem para a não efetivação de uma boa ou ótima qualidade ofertada na modalidade a distância estão as dificuldades na comunicação, tanto entre os membros da equipe

(coordenadores, professores, tutores presenciais e tutores a distância) e entre tutores e alunos, dificultando o bom desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem e a resolução de problemas técnicos, pedagógicos, didáticos, metodológicos encontrados na realização das atividades de tutoria.

Seguimos com os nossos questionamentos e perguntamos aos entrevistados quais perspectivas têm sobre as funções desempenhadas da tutoria (Quadro 11), pois entendemos que as expectativas e perspectivas movimentam as engrenagens dos desejos e anseios. Na concepção dos tutores o entendimento de suas funções, atribuições e responsabilidades não difere de outros segmentos profissionais, visto que o trabalhador sempre deseja melhores condições para a realização de suas atividades laborais, inclusive a regulamentação legal, o reconhecimento e a valorização profissional.

Quadro 11 – Quais as suas Perspectivas enquanto Tutor?

Tutor(a)	Respostas
T1	As minhas perspectivas como tutor estão voltadas para uma regulamentação maior dessa atividade enquanto "profissão", que cada vez mais o tutor tenha uma participação maior no processo de elaboração de cursos e disciplinas <i>online</i> e seja valorizado financeiramente por isso.
T2	Aproximação e experiência com a docência no ensino superior, aprofundamento do conhecimento de como acompanhar alunos na modalidade EAD, desafio no exercício da docência, pois já sou professora da Educação Básica e estar na tutoria me motiva a alcançar diferentes conhecimentos e práticas de ensino e acompanhamento de alunos.
T3	Há muitas falhas dentro do processo EAD, pois muitos desistem no meio do caminho. Por não oferecer ferramentas necessárias para que estudantes carentes possam realizar seus trabalhos.

Fonte: Elaboração do Autor (2023)

O Tutor 1 ressalta a necessidade de regulamentação da atividade de tutoria, pois, como já mencionado não é uma profissão regulamentada, encontra-se às margens dos direitos que outras profissões já obtiveram. Ao mesmo tempo, é uma atividade crescente na educação e foi expandida no período de pandemia da COVID-19, em que vários profissionais docentes de diferentes segmentos tiveram que se adaptar a esta modalidade.

O entrevistado 1 expressa a sua frustração ao afirmar “que o tutor precisa participar do processo de elaboração de cursos e disciplinas *online*”. Nesse sentido,

podemos conjecturar que o estabelecimento das funções do tutor a distância se restringe ao simples acompanhamento virtual das atividades desenvolvidas pelos alunos, resultando em frustração e em um sentimento de impotência, pois do mesmo modo que o professor formador, o tutor também possui graduação e pós-graduação para atuar no Ensino Superior. Também pudemos observamos nas falas dos entrevistados as suas preocupações com o reconhecimento e valorização profissional e, sobretudo, equiparação ao profissional docente (professor).

De acordo com a T2 a Educação a Distância representa a porta de entrada para atuar no Ensino Superior como tutor, possibilitando a oportunidade de experiência tanto no nível superior quanto nesta modalidade de ensino. No entendimento da entrevistada. É importante considerar ser de grande valia as oportunidades profissionais disponibilizadas pelas IES públicas e privadas para especialistas e mestres, apesar do retorno econômico-financeiro ser considerado baixo/pequeno complementa as percepções salariais e contempla as realizações pessoais e de atuação profissional, mas de outra parte – não podemos deixar de repetir –, exprime a intensificação da exploração da força de trabalho do profissional da educação em defesa dos interesses do capital.

A entrevistada nos revelou que a atuação no Ensino Superior era um desejo que percorreu a sua trajetória profissional; vivenciar tal experiência representou a satisfação de seus anseios, pois as tecnologias fazem parte de sua geração e da realidade material de nossos tempos. Cabe aclarar que a T2 é professora da Educação Básica, desempenha a função há vários anos no ensino público. A práxis é fundamental em seu cotidiano tanto na EaD que requer conhecimentos teóricos, técnicos, tecnológicos e vivencia prática, quanto na sua prática diária no ensino presencial, que demanda conhecimentos teóricos, técnicos auxiliados por alguns recursos tecnológicos para a realização e desenvolvimento de suas atividades no processo de ensino e aprendizagem.

A Tutora 3 se mostra decepcionada com a experiência vivenciada na EaD, aponta as suas deficiências, fragilidades e destaca a necessidade de maior atenção para a população de menor poder aquisitivo. Nas entrelinhas de sua fala, pudemos observar a sua frustração, impotência e ausência de autonomia para realizar as suas funções, além da falta de infraestrutura adequada e de recursos materiais de apoio

para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, Batista (2022) corrobora com os apontamentos da entrevistada ao argumentar que:

A expansão dos meios de comunicação e informação, a introdução e intensificação do uso de tecnologias, em especial, as tecnologias digitais se fazem reais e necessárias no mundo atual conectado em rede. O contexto pandêmico que caracterizou os últimos dois anos exigiu da educação, dos seus profissionais, de pais e alunos uma imediata adaptação e aprendizagem na utilização dos recursos digitais. Contudo, não podemos deixar de reiterar que as dificuldades materiais da ampla maioria das famílias pobres que encontram na escola pública o único meio para realizar a formação de seus filhos, consequência direta da falta/ausência de recursos econômico-financeiros (BATISTA, 2022, p. 117).

Não obstante às adversidades na execução da prática da tutoria, verificamos que boa parte dos tutores ainda acreditam na possibilidade de melhoria desta modalidade de ensino, bem como das relações e qualidade de trabalho do tutor. A perspectiva de que o papel do tutor venha a ser devidamente reconhecido e valorizado, mantém a esperança viva dos trabalhadores da educação que se dedicam a esta atividade, independente da insuficiência de recursos – em muitas situações – e da baixa remuneração determinada e imposta pelos “empresários da educação”.

Quadro 12 – Você Acredita que o Tutor tem um Papel Importante na Aprendizagem do Discente? Por quê?

Tutor(a)	Respostas
T1	Eu acredito que sim porque, enquanto tutor, sou eu que estou em contato mais direto com os estudantes, seja de forma <i>online</i> ou presencial. Dessa forma, os estudantes costumam confiar e acreditar nas orientações repassadas e também esperam orientações e respostas sobre o conteúdo trabalhado. Pelo fato de eu estar em contato mais direto, mediando as discussões e o acesso aos conteúdos, acredito que possuo um papel importante na aprendizagem do discente. Eu faço o papel de motivador e incentivador para participar das atividades virtuais e presenciais. Eu também costumo dar <i>Feedback</i> de todas as atividades virtuais entregues pelos estudantes. Isso é algo que eles valorizam muito.
T2	Sim. Facilita o contato do aluno com a instituição, oferece uma perspectiva relacional mais afetiva no vínculo com o aluno, o que favorece a aprendizagem, oferece maior segurança emocional e cognitiva para o aluno no decorrer do seu percurso e realiza a mediação da aprendizagem e avanço no conhecimento.
T3	Sim, pois somos formadores de opinião!

Fonte: Elaboração do Autor (2023)

Acreditar no que se faz é um fator substancial em qualquer profissão. Quando nos propomos a fazer algo com dedicação e zelo, tendemos a inspirar

outras pessoas. A atividade docente tem seu prestígio, ainda que muitos segmentos da sociedade desconsiderem o seu significado e a sua imprescindibilidade. O mesmo se verifica acerca da Educação a Distância, no entanto, é preciso considerar que no momento em que o tutor entra em sala, tem o propósito de transformar a realidade social dos indivíduos, mostrar o quanto é importante e significativa ter uma formação em nível superior.

Os argumentos apresentados pelo Tutor 1, traz consigo os 11 (onze) anos de vivência na EaD, uma experiência teórico-prática considerável que muito contribui para a realização e desenvolvimento das atividades com os alunos. O entrevistado exprime a sua confiança no segmento/modalidade de ensino em que tem atuado, bem como aclara a realização de afazeres para além de suas atribuições. A relação de confiança descrita pelo Tutor 1 se vincula ao elo de contato não apenas na relação com o estudante, mas também na sua relação com a IES. Tal atividade não deveria estar concentrada no tutor a distância, mas em outros profissionais que compõem a equipe técnico-administrativa da IES.

Ao apontar que: “eu faço o papel de motivador e incentivador” observamos a sua preocupação com as suas funções e responsabilidades, visto que espera que promover a mudança social almejada por aqueles que trabalham com a educação. Quando ocorrem essas ações e o tutor se enxerga neste processo de ensino e aprendizagem, mesmo tem consciência que está acumulando funções, prioriza a relevância da aprendizagem do aluno e sua relação de confiança no processo formativo cotidiano.

Ao ponderar sobre o contato com aluno e o contato do aluno com a IES destaca o fortalecimento dos vínculos de afeto e confiança que vão sendo construídos na relação tutor-aluno, o que contribui para a “segurança emocional, cognitiva e aprendizagem do aluno”. Tais apontamentos convergem para com aqueles apresentados pelo Tutor 1. “Somos formadores de opinião”, esta foi a resposta fornecida pela Tutora 3. Tal afirmação se alinha às preocupações de parte da resposta apresentada pelo Tutor 1 ao exprimir as suas preocupações com a promoção da mudança social na vida dos seus alunos.

Portanto, há a necessidade de entender o verdadeiro significado da tutoria, pois não se resume à mera disponibilização de conteúdos, atividades, avaliações, não pode ser encarada como uma atividade vinculada à “educação bancária”, visto

que o tempo atual não a comporta devido às exigências do capital. Não podemos esquecer das palavras de Paulo Freire (1979, p. 84) de que “Educação não transforma o mundo. Educação transforma as pessoas. Pessoas transformam o mundo”. Esta é a compreensão dos entrevistados acerca de suas funções no exercício da tutoria. Portanto, ser tutor é estar orientado por a concepção de acolhimento para a transformação, compartilhar conhecimento para promover a mudança. Nessa direção, Ribeiro (2017) complementa que:

No bosque da tecnologia, a educação deve garantir o resgate da identidade do homem, convertendo-se num instrumento de libertação. [...] hesitar em entrar no bosque da tecnologia por medo do desconhecido, do novo, do não poder voltar. Entrar no bosque requer coragem e persistência para se caminhar pelas veredas às vezes anônimas, frias, sombrias e húmidas (RIBEIRO, 2017, p. 93).

Reafirmamos a existência do não reconhecimento e não valorização das atividades desempenhadas pelos tutores no exercício de suas funções por boa parte da sociedade e, em especial, do mercado capitalista que inescrupulosamente intensifica permanentemente a exploração da força de trabalho do proletariado em todos os setores produtivos e, neste caso, dos trabalhadores da educação. As atividades docentes não se limitam à simples transferência de conteúdos, mas sim, ao compartilhamento do conhecimento, à liberdade e emancipação da pessoa humana orientada pelos atos de ensinar e de aprender.

Indagamos os entrevistados como podem contribuir para promover a aprendizagem de seus alunos (Quadro 13). O nosso propósito com este questionamento não se ocupou apenas em identificar as estratégias utilizadas pelos tutores e não tão pouco teve a menor intenção de mensurar os conhecimentos teóricos, didáticos e pedagógicos dos participantes da pesquisa, mas de verificar como os próprios tutores se percebem e se enxergam como professores no exercício da docência na modalidade a distância.

Quadro 13 – Quais as Possíveis Contribuições do Tutor na Aprendizagem dos Estudantes?

Tutor(a)	Respostas
----------	-----------

T1	Eu acredito que o tutor deve ter em mente que ele é o professor (embora nem sempre seja reconhecido e valorizado como tal). Nesse sentido, mesmo sabendo que há um professor formador, é importante que o tutor esteja ciente sobre os conteúdos trabalhados em cada disciplina, bem como saiba fazer a orientação acadêmica dos estudantes. Acredito que o tutor contribui na aprendizagem dos discentes desde o incentivo para estudar e participar das atividades previstas e ao realizar a mediação das atividades, trazendo mais informações, conteúdos, mostrando contradições e dando <i>feedbacks</i> quanto ao desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes.
T2	Como coloquei na resposta anterior o trabalho da tutoria aproxima o aluno não apenas da instituição, mas do próprio conhecimento que é construído ao longo da sua formação. Sem contar que a aproximação afetiva favorece a segurança cognitiva e emocional do aluno e como consequência gera uma aprendizagem mais dinâmica e, muito provavelmente, motivada.
T3	Questionamentos, pensamento reflexivo, orientação quanto à produção dos trabalhos.

Fonte: Elaboração do Autor (2023)

Os argumentos apresentados pelo Tutor 1 contemplaram substancialmente os nossos objetivos e expectativas com o questionamento proposto ao afirmar que: o tutor é professor, apesar de não ser reconhecido e valorizado de forma devida. E, ao evidenciar a sua consciência de que a construção da disciplina sob sua responsabilidade ser construída pelo professor formador, é de fundamental importância que o tutor também tenha conhecimento acerca dos “conteúdos trabalhados em cada disciplina, bem como a orientação acadêmica dos estudantes”.

O entrevistado pontua ainda sobre a preparação/definição do material e conteúdos utilizados para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, ou seja, expressa a preocupação com o planejamento de suas aulas visando a sua qualidade. Ressalta a necessidade e a importância da mediação da relação professor-aluno e destaca a necessidade permanente em incentivar e apoiar os alunos com vistas à promoção de sua autonomia.

Conforme podemos constatar nos dados/informações disponibilizados no Quadro 13, a Tutora 2, reitera os apontamentos realizados no questionamento anterior (Quadro 12) ao exprimir que o tutor tem uma responsabilidade emocional no ensinar e aponta que aprendizagem deve ser dinâmica, com vistas a promover a afetividade, a segurança cognitiva e emocional do estudante. A aprendizagem dinâmica tende a fazer com que o aluno entenda e assimile de forma mais consistente os conteúdos estudados.

Os especialistas da aprendizagem dinâmica defendem que os elementos dos seus resultados são hierarquicamente organizados e não apenas adicionados, “englobam a percepção da organização holística do assunto estudado, sendo que a orientação lógica não é a do consumismo acrítico da informação, mas a sua cuidadosa lapidação” (LOURENÇO; PAIVA, 2015, p. 57).

A Tutora 3 nos disponibilizou uma leitura relativamente simplificada das contribuições do tutor, restringindo a sua importância à execução de suas atividades, em especial, a orientação para a produção das tarefas e avaliações. Maia e Mattar (2007) destacam que dentre as funções do tutor estão o *feedback*, a didática, a pedagogia, elaborar de atividades, incentivar a pesquisa, efetuar questionamentos, avaliar as respostas dadas pelos alunos, relacionar comentários discrepantes, coordenar as discussões, sintetizar seus principais aspectos e desenvolver o clima intelectual geral do curso, encorajando a construção do conhecimento.

A última pergunta disponibilizou aos entrevistados espaço para expor apontamentos complementares livres, ou para realizar considerações sobre algum assunto que não foi abordado/indagado (Quadro 14). Para o Tutor 1 não havia qualquer dúvida sobre a pesquisa e não tinha nenhum comentário adicional a fazer. A entrevistada 2 reiterou a sua satisfação no exercício de suas funções de tutoria e da relação com os seus alunos; reiterou que o tutor é um professor, pois desempenha várias atividades na Educação a Distância similares aquelas desempenhadas pelo profissional docente na educação presencial.

Quadro 14 – Gostaria de Realizar algumas Considerações Finais sobre a Tutoria na UAB/UEG?

Tutor(a)	Respostas
T1	Não.
T2	Está sendo muito boa a experiência como tutora. Trouxe não apenas desafios, mas outra compreensão do que é ser tutor. Que não é apenas um acompanhamento passivo e limitado, mas é exercer um acompanhamento docente, que gera motivação, que escuta o aluno, que apoia que ensina e que aprende com as diferentes situações e solicitações.
T3	Que tenha melhoras no sistema e que mais pessoas consigam acesso à Educação a Distância.

Fonte: Elaboração do Autor (2023)

De modo bastante objetivo a Tutora 3 reafirmou os apontamentos apresentados no Quadro 11 ao afirmar que o sistema utilizado pela UAB/UEG carece de melhorias/atualizações e, conseqüentemente, aumente a oferta de vagas. Apesar de curta e direta as considerações da entrevista 3, é possível conjecturar que em suas entrelinhas a realização de melhorias em sua infraestrutura material e organização técnica, administrativa, tecnológica, didática, pedagógica podem contribuir para o aumento da oferta de vagas para a população brasileira. Ao considerarem as estruturas e organização da Universidade Estadual de Goiás (UEG) indicam a importância da instituição em terras goianas, ao afirmarem que:

[...] a Universidade Estadual de Goiás tem papel fundamental para assegurar que as metas estipuladas no PPE, possam ser alcançadas, considerando a garantia orçamentaria para sua manutenção e ampliação das vagas oferecidas, proporcionando assim, o acesso ao ensino superior público de qualidade, de forma democrática e gratuita à população (WIESNER; SANTOS, 2020, p. 30).

É pertinente reafirmar que os municípios são os responsáveis pela disponibilização, manutenção e preservação das estruturas físicas e recursos das mais diversas ordens – materiais, humanos, técnicos, tecnológicos, digitais etc., considerando os termos de parceria entre a Universidade Aberta do Brasil (UAB), Universidade Estadual de Goiás (UEG) e os municípios goianos. Por outro lado, não podemos desprezar a significância da oferta de vagas em inúmeros cursos de nível superior pela Universidade Aberta do Brasil – em convênio com as universidades públicas estaduais e federais – para a formação profissional disponibilizados à população brasileira nas mais diversas localidades do território brasileiro.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As tecnologias e a intensificação de sua ampla utilização, sobretudo, as digitais se tornaram indispensáveis na materialidade contemporânea, estando presentes em todos os segmentos da sociedade, sistemas produtivos, comércio, prestação de serviços, dentre outros. Têm sido fundamentais para a celeridade das atividades burocrático-administrativas do Estado e de suas autarquias – saúde, segurança, habitação, transporte, comunicação, assistência social, trabalho, educação, tecnologia, agricultura, cultura, economia, cultura, esporte, turismo etc.

E, na vida cotidiana, também se tornou impossível viver sem conectividade e, nesta direção, destacamos a significância de tais tecnologias para a realização e desenvolvimento das atividades educacionais/educativas vivenciadas em tempos de crise sanitária provocada pela COVID-19. Período que evidenciou a utilidade dos recursos, ferramentas, instrumentos disponibilizados pelas mesmas para assegurar a manutenção do processo de ensino e aprendizagem, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo.

No contexto pandêmico o ensino remoto (virtual) se constituiu enquanto principal recurso e com seus instrumentos e ferramentas assegurar a manutenção das atividades de ensino e aprendizagem em decorrência do isolamento social determinado pelas instâncias do Estado. Tal contexto nos causou uma série de inquietações, pois a trajetória profissional deste pesquisador contou com vários anos de atuação na Educação a Distância na UAB/UEG e, particularmente, no que diz respeito das atribuições, competências e responsabilidades daqueles que ocupam as funções de tutoria.

Em outras palavras, a Educação a Distância, ou melhor, o ensino remoto, se tornou mesmo que momentaneamente um pilar de garantir a continuidade das atividades educativas/educacionais. Podemos assim supor, pelo menos por enquanto, que esta modalidade/recurso de alguma forma se estabeleceu como opção na forma de se fazer educação, apresentando novas possibilidades e caminhos que podem ser trilhados.

Destacamos que o processo de expansão da Educação a Distância em nosso país, nas palavras de Vieira, Moraes e Rossato (2017, p. 38), “trouxe a possibilidade de extensão do conhecimento e da formação técnica em áreas com

carência de instalações físicas e de pessoal qualificado para o exercício do processo educacional”, proporcionando não apenas a oportunidade de formação em nível superior para boa parte da população brasileira, mas, também a constituição de uma nova atividade profissional no interior do campo educacional/educativo: o “tutor” ou “professor-tutor”.

Nesse contexto, as práticas pedagógicas demandaram/demandam ajustes aos instrumentos e ferramentas tecnológicas características do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), a saber: utilização de computadores, *notebooks*, *tablets*, celulares e demais equipamentos tecnológicos; acesso e manipulação da *internet* e plataformas digitais; disciplina, compromisso, comprometimento e administração de tempos e espaços para a realização do processo de ensino e aprendizagem; disposição e dedicação à formação continuada para o melhor desempenho de suas funções.

Nesse contexto, para que haja condições básicas para aqueles que desempenham a tutoria de forma satisfatória se faz necessária a imbricação de conhecimentos teóricos, didáticos, pedagógicos e, sobretudo, tecnológicos que historicamente não fizeram parte do universo do ensino presencial. As competências do tutor na Educação a Distância não se restringem à mediação das atividades do acompanhamento do ensino e das avaliações no espaço virtual, mas na permanente manutenção do contato com os alunos tendo em vista mantê-los informados sobre disciplinas, conteúdos, atividades, avaliações e administração dos tempos.

O tutor é responsável pela gestão da comunicação apresentando novas estratégias de aprendizagens, desenvolvendo habilidades e competências pedagógicas para os Ambientes Virtuais de Aprendizagem. Romper com as práticas convencionais não caracteriza o afastamento da aprendizagem, mas a sua adequação ao contexto virtual/remoto em espaços e tempos que não aqueles do ensino presencial. A atividade tutorial na mediação do processo de aprendizagem pelas tecnologias necessita de ações e intervenções pedagógicas acertadas, considerando as experiências e vivências acumuladas na perspectiva de construir novas técnicas e instrumentos para promover a aprendizagem dos alunos.

Nesse sentido, para que possa desempenhar a função de forma satisfatória o tutor precisa imbricar conhecimentos didáticos, pedagógicos e, sobretudo, tecnológicos que historicamente não fizeram/fazem parte do universo do ensino

presencial. As competências do tutor na Educação a Distância não se restringem à mediação das atividades de ensino e avaliação no espaço virtual, mas na permanente manutenção do contato com os alunos tendo em vista mantê-los informados sobre disciplinas, conteúdos, atividades, avaliações e administração dos tempos.

O tutor é responsável pela gestão da comunicação apresentando novas estratégias de aprendizagens, desenvolvendo habilidades e competências pedagógicas para os ambientes virtuais de aprendizagem. Romper com as práticas convencionais não caracteriza o afastamento da aprendizagem, mas a sua adequação ao contexto virtual/remoto, em espaços e tempos que não aqueles do ensino presencial. A atividade tutorial na mediação do processo de aprendizagem pelas tecnologias necessita de ações e intervenções pedagógicas acertadas, considerando as experiências e vivências acumuladas na perspectiva de construir novas técnicas e instrumentos para promover a aprendizagem dos alunos.

Entendemos ser pertinente ressaltar que a função do tutor enquanto mediador da aprendizagem no interior do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) não se restringe ao acompanhamento da realização de atividades propostas. Destarte, é necessário considerar que sua função se ocupa de disponibilizar aos alunos informações fundamentais acerca da organização, estruturação, cumprimento de suas responsabilidades de forma autônoma e com respeito às suas experiências, vivências e deficiências na apreensão de conteúdos para promover o seu bom desempenho escolar/acadêmico.

À guisa de finalização, entendemos ser pertinente destacar que ainda temos muitos desafios a enfrentar em prol da melhoria da educação de forma permanente – a distância ou presencial –, pois perpassa por diferentes interesses e ideologias vigentes na estrutura do Estado e da sociedade orientada pela fundamentação capitalista ultraneoliberal orientada pela intensificação da exploração da força de trabalho do proletariado e maximização dos lucros e acúmulo de riquezas pela classe dominante. Entendemos que a tutoria deve ser reconhecida e valorizada como atividade docente, pois as exigências de formação acadêmica obedecem às mesmas determinadas pela legislação para atuação profissional no Ensino Superior.

6. REFERÊNCIAS

- ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS. **LEI Nº 669, DE 04 DE MAIO DE 2009**. Disponível em: <https://legislacao.aguaslindasdegoias.go.gov.br/leis/662/lei-669-2009?previousFilters=search__Polo>. Acessado em: 27/Jan/2023
- ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS. **LEI Nº 735, DE 19 DE OUTUBRO DE 2009**. Disponível em: <https://legislacao.aguaslindasdegoias.go.gov.br/leis/698/lei-735-2009?previousFilters=search__Polo>. Acessado em: 27/Jan/2023
- ALVES, Lucineia. **Educação à Distância: conceitos e história no Brasil e no mundo**. Associação Brasileira de Educação à Distância – ABED, 2013. Disponível em: <http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2011/Artigo_07.pdf>. Acessado em: 04/Fev./2022
- AMARAL, Marco Antonio; ASSIS, Kleine Karol; BARROS, Gilian C. **Avaliação na EaD: contextualizando uma experiência do uso de instrumentos com vistas à aprendizagem**. In: X Congresso Nacional de Educação-Educere, Curitiba. 2009. p. 4477-4488. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/cd2009/pdf/3259_1706.pdf. Acessado em: 02/jun./2022.
- ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- ANGHER, Anne Joyce (Org.). **Vade Mecum: Acadêmico de direito Rideel**. Rideel, 31ª ed. São Paulo, 2020
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – ABED. **Legislação em EAD**. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/documentos/ArquivoDocumento.440.pdf>>. Acessado em 01/Mar./2022
- AZEVEDO, E.M. O Papel do Tutor-Professor na EaD em Nível Superior: Aspectos Históricos e o Reconhecimento Legal. *eaD em Foco*, V9, e753. 2019. Disponível em: <<https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/753/370>>. Acessado em: 10/Fev./2022
- AZEVEDO, José Carlos. **Os primórdios da EAD na educação superior brasileira**. (In) (Org.) LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. **Educação à Distância: o estado da arte**, volume 2. ed 2. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012
- BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia Científica: Um guia para a iniciação científica**. 2ª ed. ampl. São Paulo: MAKRON Books Ltda, Pearson Education do Brasil, ABDR editor afiliada, 2000
- BASTOS, Deborah M.; CARDOSO, Silvia Helena e SABBATINI, Renato M. E. **Uma visão geral da educação à distância**. 2000. Disponível em: <<http://www.edumed.org.br/cursos/slides/aula2-visao-geral/sld001.htm>>. Acessado em: 08/Fev./2022
- BATISTA, Jaqueline de Araújo Silvestre. **Exclusão e Ampliação das Desigualdades Escolares e Sociais no Brasil**. In: SANTOS, Flávio Reis (Org.). **Políticas Públicas de Educação no Brasil: atendimento às demandas do capital e descaso com a formação escolar das classes subalternas**. Curitiba: CRV, 2022.

BERTI, Karina Abranches de Faria; VERMAAS, Luiz Lenarth. **Avaliação e Gestão da Tutoria: uma dupla dinâmica para o bom andamento do curso**. Simpósio Internacional de Educação a Distância – SIED; Encontro de Pesquisadores de Educação a Distância – EnPED: Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, 2012.

BOTTI, Sergio Henrique de Oliveira; REGO, Sergio. **Preceptor, Supervisor, Tutor e Mentor: Quais são Seus Papéis?** Revista Brasileira de Educação Médica. 32 (3): 363 – 373; 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/POSITIVO/Downloads/preceptor.pdf>. Acessado em: 18/abr./2022

BRASIL, **Constituição Federal**. Presidência da República: Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acessado em: 1 mar. 2022.

BRASIL. Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2494.htm>. Acessado em: 15/Fev./2022

BRASIL. Decreto nº 2.561, de 27 de abril de 1998. Altera a redação dos Art. 11 e 12 do Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, que regulamenta o disposto no art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1998/decreto-2561-27-abril-1998-400794-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em 19 fev. 2022.

BRASIL. Decreto nº 5.800 de 8 de Julho de 2006. **Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm>. Acessado em 01/Mar./2022

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acessado em: 13/Fev./2022

BRASIL. Lei no. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília. 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acessado em: 13/Fev./2022

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria Nacional de Educação Básica. Educação à Distância: integração nacional pela qualidade do ensino. Brasília: 1992. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000649.pdf>>. Acessado em: 16/Fev./2022

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto Federal nº. 5.622, de 20.12.2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5622.htm>. Acessado em 17/Fev./2022

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo nacional de Desenvolvimento da Educação**. Conselho Deliberativo. Resolução CD/FNDE nº 26, de 5 de junho de

2009. Estabelece orientações e diretrizes para o pagamento de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes da preparação e execução dos cursos dos programas de formação superior, inicial e continuada no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), vinculado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a serem pagas pelo FNDE a partir do exercício de 2009.

Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/acao-a-informacao/institucional/legislacao/item/3320-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-26-de-5-de-junho-de-2009#:~:text=Estabelece%20orienta%C3%A7%C3%B5es%20e%20diretrizes%20para,Aperfei%C3%A7oamento%20de%20Pessoal%20de%20N%C3%ADvel>>
Acessado em: 17/abr./2022

BRASIL. Portaria nº 335, de 6 de fevereiro de 2002. Diário Oficial da União. Brasília, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/P335.pdf>>. Acessado em 15/Fev./2022

BRASIL. Portaria nº 2.253, de 18 de outubro de 2001. Publicação no DOU nº 201, de 19 de outubro de 2001, seção 1, p. 18-19, Brasília. Disponível em: <<https://proplan.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/7/2014/09/Portaria-n%C2%B0-2.253-de-18-de-outubro-de-2001.pdf>>. Acessado em 15/Fev./2022

BRASIL. Portaria nº 301, de 7 de abril de 1998. Normatizar os procedimentos de credenciamento de instituições para a oferta de cursos de graduação e educação profissional tecnológica à distância. Diário Oficial da União. Brasília, 1998.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs_portaria301.pdf> Acessado em 15/Fev./2022

BRASIL. Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004. (DOU de 13/12/2004, Seção 1, p. 34). Brasília, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/port4059-2004.pdf>>. Acessado em 17/Fev./2022

BRASIL. Portaria nº 9, de 11 de janeiro de 2022. **dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho, denominado GT-EAD.** Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-9-de-11-de-janeiro-de-2022-373359467>>. Acessado em 01/Mar./2022

BRASIL. **Relatório.** Comissão Assessora para Educação Superior à Distância (Portaria MEC nº. 335, de 6 de fevereiro de 2002). Brasília, 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/EAD.pdf>>. Acessado em 15/Fev./2022

BRASIL. **Resolução CD/FNDE nº 26, de 5 de julho de 2009.** Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/acao-a-informacao/institucional/legislacao/item/3320-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-26-de-5-de-junho-de-2009>>. Acessado em: 26/mai./2022.

BRASIL. Resolução CNE/CES n.1 de 03 de abril de 2001. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação. Brasília, 9 de abril de 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rces001_01.pdf>. Acessado em: 15/Fev./2022

BRUNO, Adriana Rocha; LEMGRUBER, Márcio Silveira. **Dialética Professor –Tutor na Educação on-line:** o curso de Pedagogia-UAB-UFJF em perspectiva. In: III Encontro Nacional sobre Hipertexto, Belo Horizonte, 29-31 out. 2009. Disponível em:

<<https://livrozilla.com/doc/741355/a-dial%C3%A9tica-professor-tutor-na-educac%C3%A7%C3%A3o-online--o>>. Acessado em: 30/abr./2022

CABRAL, Alex de Lima; GYENGE, Francisco; BIANCHI, Marcos Aurélio. **Glossário de Termos Técnicos de T.I.** SENAC. 2 ed. rev. ampl. São Paulo, 2014

CASAROTTO, Camila. **Dossiê das gerações**: o que são as gerações Millennials, GenZ, Alpha e como sua marca pode alcançá-las. Disponível em: <<https://rockcontent.com/br/blog/dossie-das-geracoes/#:~:text=Gera%C3%A7%C3%A3o%20X%3A%20nascidos%20entre%201960,com%2010%20a%2025%20anos>>. Acessado em: 02/Fev/2023

CASTRO, Ana Cristina. **Mediação Pedagógica do Tutor**: Estudo de caso no contexto semipresencial de uma faculdade privada. Dissertação de Mestrado. UNB-FE: Brasília, 2014.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino, SILVA Roberto. **Metodologia Científica**. 6ª ed. São Paulo-SP: Pearson Prentice Hall, 2007.

COQUEIRO, Naiara Porto da Silva; SOUSA, Erivan Coqueiro. **A educação a distância (EAD) e o ensino remoto emergencial (ERE) em tempos de Pandemia da Covid 19**. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.7, n.7, p. 66061-66075 jul. 2021. Disponível em: <<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/viewFile/32355/pdf>>. Acessado em 01/Mar./2022

DEGÁSPERI, Allan; DEGÁSPERI, Lucas. **Tutor EaD: a peça chave da aprendizagem**. Revista Científica de Educação à Distância. Vol.5 – Número 8 – JUL.2013. Universidade Metropolitana de Santos (Unimes): Núcleo de Educação a Distância - Unimes Virtua. Disponível em: <<file:///C:/Users/POSITIVO/Downloads/332-1675-2-PB.pdf>>. Acessado em: 25/mai./2022.

DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (ORG.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.

DIAS-TRINDADE, Sara, MOREIRA, J. António; FERREIRA, António Gomes (Coord.). **Pedagogias Digitais no Ensino Superior. Coleção** Estratégia de Ensino e Sucesso Académico: Boas Práticas no Ensino Superior. CINEP: Coimbra-PT, 2010.

DIRR, Peter. **Distance Education Policy Issues**: Towards 2010. In: MOORE Michael G.; ANDERSON, William G. (Eds.). **Handbook of Distance Education**. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, 2003.

DUARTE, Gilmar Pereira. **As Funções do Tutor Online**: análise da interatividade tutor/aluno no Projeto Piloto do Curso de Administração de Empresas da Universidade Federal do Piauí. Dissertação de Mestrado: UNB, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3506/1/2008_GilmarPereiraDuarte.pdf>. Acessado em: 16/10/2020.

FAVA, Rui. **Educação para o Século 21**: A era do indivíduo digital. Saraiva: São Paulo, 2016.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3 ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FIALHO, Wanessa Cristiane Gonçalves; FIALHO, Marcelito Lopes. **Expansão dos Cursos de Formação de Professores via Educação a Distância**. In: SANTOS, Flavio Reis. **Desenvolvimento e Democratização do Ensino Superior: Desafios e Perspectivas**. Curitiba: CRV, 2019.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Práticas pedagógicas nas múltiplas redes educacionais**. In: LIBÂNEO, José Carlos; ALVES, Nilda (Org.). *Temas de Pedagogia: Diálogos entre didática e currículo*. São Paulo: 1ed. 1 reimp. Cortez, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **A educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREITAS H., OLIVEIRA M., SACCOL A.Z. e MOSCAROLA J. O método de pesquisa survey. São Paulo/SP: Revista de Administração da USP, RAUSP, v. 35, nr. 3, Jul-Set. 2000, p.105-112.

GODOY, Fábio. **7 Ferramentas de Interação na EaD**. 2010. Disponível em: <<https://blog.eadplataforma.com/gestao/ferramentas-interacao-ead/#>>. Acessado em: 02/jun./2022.

GOMES, Antônio José Ferreira. **Como as Ferramentas Digitais Contribuem para o Processo da Aprendizagem**. Formiga-MG: Universidade Atual Editora. 2021.

GONZALEZ, Guidoelner Zaldivar. **Educação à Distância na Atualidade: perspectivas e desafios**. v. 10 (2021): RACE - Revista de Administração do Cesmac, 2021. Disponível em: <<https://revistas.cesmac.edu.br/index.php/administracao/article/view/1417/1083>>. Acessado em: 05/abr/2022

HERMIDA, Jorge Fernando; BONFIM, Cláudia Ramos de Souza. **A Educação a Distância: história, concepções e perspectivas**. Revista HistedBR on-line, Campinas, 2006. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4919/art11_22e.pdf>. Acessado em: 08/Fev./2022

HOUAISS. **Dicionário da Língua Portuguesa**: tutor. Disponível em: <https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v6-0/html/index.php#1>. Acessado em: 17/abr./2022

JAEGER, F. P.; ACCORSSI, A Tutoria em educação a distância. Disponível em: <http://www.abed.org.br/site/pt/midiateca/textos_ead/700/2005/11/tutoria_em_educacao_a_distancia_>. Acessado em: 25/mai./2022.

LAPA, Andrea; PRETTO, Nelson de L. **Educação à Distância e Precarização do Trabalho Docente**. Em Aberto, Brasília, v.3, n. 84, p. 79-97, nov.2010. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2469/2207>>. Acessado em: 30/abr./2022

LIMA, Edma Barcellos; PAIVA, Simone Cândida; GOULART, Joana Corrêa. **Ensino a Distância Frente à Pandemia COVID-19**. Revista REEDUC – UEG, v. 7, n.1 jan/abr 2021. Disponível em: <[file:///C:/Users/POSITIVO/Downloads/11064-Texto%20do%20artigo-41552-2-10-20210125%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/POSITIVO/Downloads/11064-Texto%20do%20artigo-41552-2-10-20210125%20(2).pdf)>. Acessado em: 07/abr/2022.

LOURENÇO, Abílio Afonso; PAIVA, Maria Olímpia Almeida. Abordagens à aprendizagem: a dinâmica para o sucesso acadêmico. **Revista CES Psicologia**, v. 8, n. 2, jul./dez. 2015. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/4235/423542417004.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2022.

MACIEL, Marilha dos Santos. **A Importância do Tutor Presencial no Sistema Universidade Aberta do Brasil em Cursos à Distância**: uma reflexão de minha prática no polo de Palmas. Monografia do IV Curso de Especialização em Educação Continuada à Distância, Universidade de Brasília-UnB, Brasília. In.: (Org.) SOUZA, Amaralina Miranda; FIORENTINI, Leda Maria Rangearo; ESCALANTE, Simone Bordallo de Oliveira **Tecnologias da Educação**. Brasília, UAB-UnB, 2011.

MADEIRA, Volmar; SCHNEIDER, Michele Domingos; CECHELLA, Nara Cristine Thomé Palácios; ZANETTE, Elisa Netto. **Os desafios da docência e tutoria na educação a distância no olhar do professor**. 2016. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2016/trabalhos/274.pdf>>. Acessado em: 15/10/2020.

MAIA, Carmem; MATTAR, João. **ABC da EaD: Educação a distância hoje**. Pearson, São Paulo, 2007

MALANI, Nelma de Toni Donadelli Zonta. **Tutoria na Educação a Distância**: um estudo sobre a função pedagógica do tutor. Dissertação de Mestrado: Brasília-DF; UNB, 2013. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/33545649.pdf>>. Acessado em: 15/10/2020.

MARQUES, Márcia C. P. Domingues; GOMES, Jana Paula S. B. Alves; GOMES, Anderson Joubert Alves. **A Integração das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) no Ambiente Escolar**. *Ágora – revista científica da FaSaR – Ano I – nº 01 – Julho – 2017*. Disponível em: <<https://www.fasar.com.br/revista/index.php/agora/article/view/21/19>>. Acessado em: 05/jun./2022

MATTAR, João. **Tutoria e Interação em Educação a Distância**. Cegage: série educação e tecnologia. São Paulo, 2002.

MILL, Daniel et al. **O desafio de uma interação de qualidade na educação a distância: o tutor e sua importância nesse processo**. *Cadernos da Pedagogia*, ano 2, v. 2, n. 4, 2008. Disponível em: <<http://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/viewFile/106/63>>. Acesso em: 04/Fev./2022

MILL, Daniel. **Docência virtual**: uma visão crítica. Campinas, SP: Papirus, 2015.

MISKULIN, Rosana Giaretta Sguerra; VIOL, Juliana França. **As práticas do professor que ensina matemática e suas inter-relações com as tecnologias digitais**. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, n.12 v.02 maio/out. 2014. Disponível em:< <https://revistas.pucsp.br/curriculum/article/view/20312/15385>>. Acessado em: 04/jun./2022.

MOORE, M. G.; KEARSLEY, G. **Educação a Distância: Uma visão integrada**. Trad. Roberto Galman. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

MORAES, Ana Shirley de França. **Interações e afetividade entre professor e aluno no EAD**: relações para a permanência nos estudos em instituições de ensino

superior. Pesquisa e Debate em Educação, Juiz de Fora: UFJF, v. 11, n. 2, p. 01-18, e32847, jul./dez. 2021.

MORAES, Carolina Moreira. **A Importância e Funções do tutor na EAD.** Anuário da Produção Acadêmica Docente, v. 05, n. 13, 2012, p. 9-17. Disponível em: <<http://repositorio.pgsskroton.com.br/bitstream/123456789/1470/1/Artigo%201.pdf>>. Acessado em: 16/10/2020.

MORAN, José Manuel. **Entrevista Especial: educação à distância no Brasil-situação e perspectivas.** Entrevista concedida a Escola de Governo; por Denise Magalhães e Heloisa Salgado. Assessoria de imprensa: 03/04/2014. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2014/01/ead_perspectivas.pdf>. Acessado em: 06/abr/2022

MORAN, José Manuel. **O que é Educação à Distância?** Este texto foi publicado pela primeira vez com o título **Novos caminhos do ensino a distância**, no Informe CEAD - Centro de Educação a Distância. SENAI, Rio de Janeiro, ano 1, n.5, out-dezembro de 1994, páginas 1-3. Foi atualizado tanto o texto como a bibliografia em 2002. Disponível em: <<http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/dist.pdf>>. Acessado em: 04/Fev./2022

MOREIRA, Valéria Nascimento; RANGEL, Ingrid Ribeiro da Gama. **O uso pedagógico de Tecnologias Digitais:** formação continuada de professores do Bloco Alfabetizador do Ensino Fundamental. Olhares & Trilhas | Uberlândia | vol.23, n. 2| abril-jun/2021. Disponível em:<<https://seer.ufu.br/index.php/olharestrilhas/article/view/60027/31987>>. Acessado em: 03/jun./2022.

NUNES, Vanessa Battestin. **O papel do tutor na educação a distância:** como tem sido concebido pelas instituições de ensino? Disponível em: <http://cefor.ifes.edu.br/images/stories/Documentos_Institucionais/publicacoes/2013/nunes_papel_tutor_instituicoes_ciaed_41.pdf>. Acessado em: 16/10/2020.

OLIVEIRA, Marciel da Costa. **A Importância da Educação à Distância no Contexto da Pandemia de COVID 19.** Revista de Administração do Cesmac - RACE v. 10 (2021). Disponível em: <<https://revistas.cesmac.edu.br/index.php/administracao/article/view/1415>>. Acessado em: 07/abr/2022

PEREIRA, Jaqueline Gomes. RODRIGUES, Ana Paula. **O ensino a distância e seus desafios.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 06, Ed. 07, Vol. 07, pp. 05-20. Julho de 2021. ISSN: 2448-0959. Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/o-ensino>>. Acessado em: 05/abr/2022

PRETI, Oreste. **Educação à Distância:** Fundamentos e Políticas. Cuiabá: Ed. UFMT, 2ed.rev. 2011.

RABELLO, Cíntia Regina Lacerda. **Educação à Distância: conceito e característica.** Grupo de Estudo Aprendizagem e Cognição. Extrato de: Aprendizagem na educação a distância: Dificuldades dos discentes de licenciatura em ciências biológicas na modalidade semipresencial / – Rio de Janeiro: UFRJ / Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde, 2007, pg. 22-34. Disponível em: <https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/339066/mod_resource/content/0/Texto%2003.pdf>. Acessado em: 04/Fev./2022

REIS, Dorianny Araújo; NEGRÃO, Felipe da Costa. **O Uso Pedagógico das Tecnologias Digitais**: do currículo a formação de professores em tempos de pandemia. Rev. FAEEBA – Ed. e Contemp., Salvador, v. 31, n. 65, p. 174-187, jan./mar. 2022. Disponível em:

<<https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/11392/9526>>. Acessado em: 02/jun./2022.

RIBEIRO, Débora. **Dicionário Online de Português**: Fake News. 2019, Disponível em: < <https://www.dicio.com.br/fake-news/>>. Acessado em: 17/abr./2022

RIBEIRO, Otacílio José. Educação e Novas Tecnologias: um olhar para além da técnica. In: COSCARELLI, Carla Viana; RIBEIRO, Ana Elisa (Org.). **Letramento Digital**: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas. 3.ed.; 2 reimp.; Belo Horizonte: Ceale; Autêntica Editora, 2017.

SANTOS, Flávio Reis; FERREIRA, Tarcísio José. Financiamento da Educação Brasileira: avanços e retrocessos. In: SANTOS, Flávio Reis (ORG.). **Reflexões sobre a educação em contexto capitalista neoliberal**: financiamento da educação Básica no Brasil. Curitiba: CRV, 2022.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**. Vozes: Petrópolis, 1979.

SILVA Marco. Os Professores e o Desafio Comunicacional da Cibercultura. In: AMORA, Dimmi; SANTOS, Edméa Oliveira; LEITE, Lígia Silva; SILVA, Marco; FILÉ, Valter. **Tecnologia e Educação**: as mídias na prática docente. Wak editora. 2 ed. Rio de Janeiro, 2011.

SILVA, Alba Valéria Vieira; SANTOS, Helisandra dos Reis; PAULA, Luiz Henrique. **Os Desafios Enfrentados no Processo de Ensino e Aprendizagem em Tempos de Pandemia nos Cursos de Graduação**. VII Congresso Nacional de Educação – CONEDU. Maceió-AL: 2020. Disponível em:

<https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA19_ID4434_14092020210502.pdf>. Acessado em: 05/abr/2022

SILVA, Junilson Augusto de Paula; SILVA, Rayssa Rocha; PIRES, Débora de Jesus; OLIVEIRA, Araly Cristina. **Expansão da Educação a Distância no Brasil**: censo da educação superior (2016). In: SANTOS, Flavio Reis. **Desenvolvimento e Democratização do Ensino Superior**: Desafios e Perspectivas. Curitiba: CRV, 2019.

SILVA, Robson Santos. **Gestão de EAD**: Educação a Distância na Era Digital. Novatec. São Paulo, 2013

SILVA, Robson Santos. **Moodle para Autores e Tutores**: educação à distância na web 2.0. São Paulo: Novatec, 2010.

Silveira, Regina. **A importância do Tutor no processo de aprendizagem a distancia**. Revista Iberoamericana de Educación, ISSN 1681-5653, Vol. 36, Nº. 3, 2005. 36. 10.35362/rie3632815. Disponível em: < https://www.researchgate.net/publication/41924112_A_importancia_do_Tutor_no_processo_de_aprendizagem_a_distancia>. Acessado em: 02/Fev/2023

SOUSA, Robson Pequeno; MIOTA, Filomena M. C. S.C.; CARVALHO, Ana Beatriz Gome (Org.). **Tecnologias Digitais na Educação**. Campina Grande: EDUEPB, 2011

SOUZA, Carlos Alberto de; SPANHOL, Fernando José; LIMAS, Jeane Cristina de Oliveira; CASSO L, Marlei Pereira. Tutoria na educação a distância. Trabalho apresentado no XI Congresso Internacional da Abed, Salvador, 7 a 9 de setembro de 2004. Disponível em: < <http://www.abed.org.br/congresso2004/por/htm/088-TC-C2.htm>>. Acessado em: 17/abr./2022

TORRES, Ulisses Souza. **A gestão de tutores e sua contribuição na qualidade dos cursos de educação a distância (ead)**. Revista Augustus | Rio de Janeiro | v. 18 | n. 36 | p. 31-41 | jul./dez.2013.

TRACTENBEG, Leonel; TRACTENBERG, Régis. **Seis Competências Essenciais da Docência Online Independente**. In.: 13º Congresso Internacional da ABED, Curitiba, 2 a 5 set. 2007. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2007/tc/552007113218PM.pdf>>. Acessado em: 30/abr./2022

UFC. **Cronologia da EAD**. Disponível em: < http://www.vdl.ufc.br/catedra/telematica/padiao_teleomatica_frm4.htm>. Acessado em: 11/Mar./2022

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS – UEG. EDITAL Nº 003/2019 CEAR-UEG. Edital de seleção de tutores para provimento de vagas para os cursos bacharelado em administração pública e de licenciatura em pedagogia, história, computação e ciências biológicas na modalidade a distância - UAB/UEG. Anápolis, 2019. Disponível em: < file:///C:/Users/POSITIVO/Downloads/Edital_n.003-2019.pdf>. Acessado em: 22/mai./2022

WIESNER, Rodrigo; SANTOS, Flávio Reis. **Políticas Públicas para a Educação Superior: Análise do Panorama Histórico em Goiás por meio de dados quantitativos**. In: SANTOS, Flávio Reis (Org.). **História, Educação e Relações de Poder**. Curitiba: CRV, 2020.

YAREMKO, R. K., HARARI, H., HARRISON, R. C.; LYNN, E. **Handbook of research and quantitative methods in psychology**. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum. (1986)

7. ANEXOS

7.1 ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Título da Pesquisa: A função pedagógica do tutor na educação à distância: desafios e perspectivas

Pesquisadora Responsável: Tarcísio José Ferreira

Orientador da Pesquisa: Flávio Reis dos Santos

Prezado(a):

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa intitulada “A função pedagógica do tutor na educação à distância: desafios e perspectivas”. Meu nome é Tarcísio José Ferreira, sou o pesquisador responsável e minha área de atuação é a Educação. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pelo e-mail tarcisioest@gmail.com e, inclusive, sob forma de ligação ou mensagem de *Whatsapp* pelo telefone (61) 99557-6748. Caso persistam as suas dúvidas acerca dos seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Goiás** pelo email cep@ueg.br ou pelo telefone (62) 3328-1439.

1. Justificativa da Pesquisa

Esta pesquisa se justifica pela necessidade de aprofundamento acerca das práticas dos tutores e suas funções pedagógicas no âmbito da EaD, pois como uma área em expansão requer que estudos sejam construído com a finalidade de trazer a luz novos olhares, novos horizontes, bem como, novas possibilidades para um desempenho de excelência destes profissionais que atuam diretamente como facilitadores do saber no campo da EaD. A produção de um estudo mais aprofundado e atual das práticas pedagógicas da tutoria; apresentar aspectos relevantes da prática docente em ambientes virtuais de aprendizagem e apresentar elementos que possam concatenar/refutar teorias que todos os dias são expostas e que muitas delas questionam ou colocam em xeque o desempenho profissional dos tutores. E, por fim, justifica-se pelo desejo de aprofundamento e expectativas do pesquisador, pois à vontade e os anseios deste servem como mola propulsora para a busca pelo saber e por respostas aos questionamentos que pululam sedentos por possíveis respostas acerca da temática, anseios estes que necessitam de uma pesquisa bem elaborada e atestada como uma pesquisa de cunho acadêmico para que os seus questionamentos pessoais possam tornar-se evidências, ganhar forma e robustez, consolidar com uma pesquisa até que se transforme em uma produção final.

2. Objetivo Geral

Analisar de que maneira o tutor se utiliza de suas funções pedagógicas para criar novas perspectivas de aprendizagem e transpor seus desafios no processo de ensino-aprendizagem dos discentes.

2.1 Objetivos Específicos

2.1.1 Analisar a função pedagógica dos tutores no contexto da educação à distância;

2.1.2 Discutir ações utilizadas nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem – AVA, como ferramenta metodológica na aprendizagem;

2.1.3 Apontar os principais desafios enfrentados pelos tutores no labor de suas funções.

3. Procedimentos Metodológicos

Para a materialização dessa pesquisa foi utilizado alguns instrumentos metodológicos assim como, algumas modalidades de metodologia de pesquisa, na qual sem estes, não seria possível um raciocínio linear de forma satisfatória e organizada. Assim, nesta pesquisa foram aplicados os métodos descritivo, bibliográfico, exploratório e qualitativo; o materialismo histórico e dialético – MHD, método marxista também foi utilizado nesta propositura; como instrumento de colheita de dados foi utilizado o questionário estruturado no modelo Survey.

4. Contribuições da Pesquisa

Espera-se com esta pesquisa trazer a luz, não só a importância e o papel do tutor, mas as funções pedagógicas desenvolvidas por eles, as estratégias, métodos e técnicas aplicadas no ambiente virtual de aprendizagem que tiveram efeitos positivos na aprendizagem dos discentes. Também traz em seu escopo sanar dúvida, anseios e perspectivas de diferentes abordagens da tutoria, trazendo à tona o olhar pedagógico dos tutores e quais são as suas limitações no desenvolvimento de suas funções nas plataformas de aprendizagem. Entende-se, ainda que equivocadamente, que o papel do tutor se limita tão somente a ser um facilitador no processo de ensino-aprendizagem, não obstante, espera-se com esta pesquisa mostrar as diversas facetas das funções da tutoria e trazer à tona os diversos saberes compartilhando nesta pesquisa o quão grande são e/ou pode ser as contribuições destes profissionais para o corpo discente, servindo de base inspiradora e para o aprofundamento teórico-metodológico com o intuito de enriquecer o campo acadêmico, dando voz e o lugar de fala daqueles que podem contribuir com seus saberes para uma educação mais equânime e diversa e jamais esgotando em si as perspectivas de uma educação multifacetada. Pensar a educação, mesmo que em ambiente virtuais de aprendizagem, é pensar numa educação como um todo, não tão somente no discente, métodos e técnicas, mas também pensar nos atores que compõe cada degrau da longa caminhada da educação. Posto isso, entende-se que o tutor é tão parte fundante deste processo que a proposta, aqui apresentada, girará entorno das suas práticas pedagógicas e o que elas tem a acrescentar neste novo modo de se fazer educação.

7. Desconforto Emocional

Caso ocorra algum dano comprovadamente decorrente da participação no estudo, os voluntários poderão pleitear indenização, segundo as determinações do Código Civil (Lei nº 10.406 de 2002) e das Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

5. Despesas

Os voluntários não terão despesas ao participar da pesquisa e poderão retirar sua concordância no seu desenvolvimento a qualquer momento. Não há nenhum valor econômico a receber ou a pagar aos voluntários pela participação.

8. Garantia de Sigilo

A identidade do(a) participante será mantida em sigilo, assegurando a sua privacidade, e se desejar terá livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas possíveis consequências.

9. Publicação dos Resultados

Os dados coletados e resultados serão utilizados exclusivamente para fins desta pesquisa e poderão ser publicados tanto em sua totalidade no formato de livro impresso ou digital, bem como parceladamente no formato de capítulo de livro impresso ou digital, ou no formato de artigo em periódicos científicos.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

Eu _____,
inscrito(a) sob o RG/CPF _____, abaixo
assinado, concordo em participar do estudo intitulado “A função pedagógica do tutor na educação à distância: desafios e perspectivas”. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora responsável Tarcísio José Ferreira sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Águas Lindas de Goiás/GO, _____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) Participante

Tarcísio José Ferreira
Pesquisador Responsável